

OGALUS

OBSERVATORIO GALEGO DA LUSOFONÍA



2023 Especial Lusofonia

15 ANOS DO OGALUS



INSTITUTO
GALEGO
DE ANÁLISE
E DOCUMENTACIÓN
INTERNACIONAL





Pontevedra, 2023

Especial Lusofonia: 15 anos do OGALUS

DIREÇÃO: Daniel González Palau (Diretor do IGADI)

CORDENAÇÃO: Wesley Sá Teles Guerra (Coordenador OGALUS)

COLABORADORES:

Daniel Palau González, Carlos Pazos-Justo, Enrique Sáez Ponte, Wesley Sá Teles Guerra, Diego Garcia, Diego Sande Veiga, Filipa Pais D'Aguiar, Thayane Gaspar Jorge, M^a Carmen Villarino Pardo, Manuel Altino de Barros Ribeiro, João Casqueira Cardoso, Luis Augusto Medeiros Rutledge, Flávia Abud Luz, Edson Ventura, Marcelino Sinete Pangaia, Jaime Antonio Saia, Aline Batista dos Santos Silva, José Valdemiro Lopes, Anaclara Gutiérrez Acosta, Antonio Pedro Melo Gomes, Adilson Dias Ramos, Helena Andrade Teixeira Azevedo, Genildo Pereira Galvão, Bernardo Monteiro.

DIAGRAMAÇÃO E EDIÇÃO ELECTRÔNICA: WESLEY S.T Guerra

ISSN:

Páginas: 128 Edição 1

APOIO:

CERESRI – Centro de Estudos das Relações Internacionais (Brasil)

JUPLP – Juventude Unida dos Países de Língua Portuguesa

OBSERVAÇÃO:

As opiniões expressas nestas colaborações refletem exclusivamente a opinião de seus autores e, portanto, não representam o ponto de vista oficial do IGADI/OGALUS.

Os puntos de vista que se expoñen nestas colaboracións reflicten exclusivamente a opinión dos seus autores e, polo tanto, non representan o punto de vista oficial do IGADI/OGALUS.

The views expressed here are those of individual contributors and do not necessarily represent those of the IGADI/OGALUS as such.

Imagens: CANVAS, GETYimages & PLP

Pontevedra, 2023

Carta editorial

O dia Internacional da Língua Portuguesa é uma data comemorativa internacional cujo peso vai além das fronteiras de lusofonia, sendo um patrimônio da humanidade.

Uma das línguas mais faladas do planeta, rica em diversidade, sotaques, ritmos e variações, levada pelos mares, com a força dos ventos, a todos os continentes.

O português é uma língua internacional desde seu berço, hoje dividido entre fronteiras que separam Galiza do Norte de Portugal... “A fronteira mais antiga do planeta” dizem alguns...

Porém... será que uma fronteira, uma criação humana é capaz de represar os falares e a experiência dos povos? Não será a própria vivência de cada nação os pilares que formam a diversidade linguística e somente enriquecem uma das maiores capacidades humanas que é a comunicação?

Ao longo deste especial, não vamos discutir questões filológicas nem gerar divisões ou discussões... tampouco nos decantaremos por uma versão u outra do português, buscando um purismo que é mais discursivo que real...

Usaremos uma linguagem franca, na qual todos podem participar e se entender dentro de suas especificidades e características, gerando pontes de comunicação e diálogo... usando como inspiração a própria capacidade do idioma de viajar pelo mundo, unir nações, se enriquecer e se abeberar de diversas fontes...

Ao final esse é o principal intuito do OGALUS, gerar pontes respeitando os diferentes posicionamentos, mas sem estabelecer barreiras... e talvez, só talvez... mostrando que dentro dos diferentes posicionamentos, visões e ideologias... temos muitas mais coisas em comum do que diferenças... e essas diferenças não fazem outra coisa... que enriquecer nossas experiências como seres humanos...

Wesley Sá Teles Guerra

Coordenador do OGALUS e organizador.

Sobre o OGALUS

[OGALUS – Observatório Galego da Lusofonia](#) é uma iniciativa do IGADI desde 2008 que tem como missão essencial manter uma atenção constante aos países e regiões de língua oficial portuguesa, de forma a promover o maior aproveitamento possível da afinidade linguística que a Galiza tem com estes territórios, além das sinergias nos diversos setores e os reflexos da lei Valentín Paz Andrade e a recente adesão da Espanha à CPLP.

Coordenadores: [Wesley ST Guerra](#) e [Daniel González Palau](#)

Sumário

Carta editorial.....	3
Sobre o OGALUS.....	4
O Observatório Galego da Lusofonia (2008-2023): Acento na língua para uma história do S.XXI. Daniel Palau.....	6
Dos estudos galegos em Portugal. Trajetória e alguns desafios. Carlos Pazos-Justo	11
Negócios internacionais e afinidades culturais. Enrique Sáez	15
A paradiplomacia na lusofonia. Wesley S.T Guerra	18
A Euroregião Galiza-Norte de Portugal como exemplo de cooperação lusófona e as Lusorregiões. Diego Garcia.....	23
As relações económicas e comerciais da Galiza com os países da CPLP. Diego Sande.....	27
IA e direitos humanos na era digital: como o GPT está a afectar a comunidade académica. Filipa Pais	29
A força do galego e das estratégias lusófonas no Tik Tok: Dígocho eu e o público brasileiro. Thayane Gaspar.....	32
Nélida Piñon: a ponte galego-brasileira de uma ‘mulher de raça’. M ^a Carmen Villarino.....	37
A transferência de competências em Portugal no domínio da educação: <i>Quid</i> da Lusofonia?. Manuel Altino de Barros et João Casqueira	41
A importância dos acordos de cooperação entre os países de língua portuguesa e outros blocos económicos. Luis Rutledge.....	53
O que nos une? A necessidade de pensar os sentidos da lusofonia a partir da literatura lusófona africana. Flávia Abud	58
Emigração nos países da lusofonia. Edson Ventura.....	64
Análise da luta de libertação de Moçambique. Marcelino Sinete	70
O impacto da Diplomacia Cultural na Política Externa: Caso da relação Portugal-Moçambique. Jaime Saia	76
O apreço lusófono ao rap contestatário: A força sociopolítica do hip hop moçambicano. Aline Batista.....	82
Cabo Verde, assumiu alcançar os “ODS” da Agenda 2030, como estratégia para construir um futuro e alcançar seu desenvolvimento sustentável. José Valdemiro... ..	90
Cabo Verde: inserção internacional como meio de desenvolvimento económico. Anaclara Gutiérrez.....	93
As políticas de cooperação em Cabo Verde: desafios e perspectivas. Antonio Pedro Melo	97
A Ponte lusófona entre Cabo Verde e Guiné Equatorial – Breves apontamentos. Adilson Dias Ramos.....	103
Timorenses procuram soluções na Europa, mas encontram o oposto. Diego Garcia	107
Entrevista Centro de Línguas – UFF. Helena Andrade	111
Macau, o português e a China. Genildo Pereira	118
Análise dos 100 primeiros dias do 3º mandato do governo Lula. Bernardo Monteiro	121

O Observatório Galego da Lusofonia (2008-2023): Acento na língua para uma história do S.XXI

Daniel Palau

O IGADI nasceu no 1991 como um think tank de relações internacionais comprometido com o desenvolvimento da Autonomia galega e a sua ação exterior. A história do IGADI caracterizou-se por combinar a lealdade às instituições com os compromissos da nossa missão associativa. A rota da Autonomia da Galiza ao mundo internacional de língua oficial portuguesa tem muitos caminhos desde a aprovação do Estatuto galego no 1981, mas teve no IGADI um dos seus promotores com resultados concretos.

A criação do Fundo Galego de Cooperação e Solidariedade¹ (1997) ou do Livro Branco da Ação Exterior da Galiza² (2004), são expressões concretas dos frutos dos nossos objetivos estatutários, que se podem traduzir no slogan, *IGADI, ação exterior com acento na língua*. Nessa inércia da história do IGADI como associação-instituição construindo laços com a lusofonia, no 2008 Ánxelo González, daquelas Vice-diretor, impulsionou com o apoio de Xulio Rios, fundador do IGADI, a criação do OGALUS (Observatório Galego da Lusofonia).

Na *matrioska* de projetos do IGADI e no seu mapa histórico, o OGALUS ativou uma atenção sistemática aos países e regiões de língua oficial portuguesa desde Galiza. O objetivo é promover um maior conhecimento da realidade global e particular da lusofonia, assim como um maior aproveitamento da vantagem comparativa que supõe

¹O FGCS, rede de Câmaras municipais e Deputações galegas para a cooperação ao desenvolvimento que criou o IGADI ao longo dos anos 90, institucionalizou o apoio estratégico à lusofonia desde a sua fundação (1997) como área prioritária da cooperação galega. Na sua história destaca a sistematização deste processo num modelo especial com Cabo Verde, e já desde o 2017 com o impulso ao Foro da cooperação municipalista da Lusofonia no marco da Agenda 2030.

²Com a aprovação no Parlamento Galego do Livro Branco da Acção Exterior da Galiza, a lusofonia, como o espaço xeopolítico de língua oficial portuguesa, define-se como uma área geográfica prioritária do conjunto da acção exterior da Xunta de Galicia.

a facilidade com que as pessoas galegas podem perceber-se e fazer-se perceber nos territórios lusófonos.

É preciso indicar que desde o 2014 o trabalho do IGADI-OGALUS, à hora de pensar na sua integralidade a ação exterior da Galiza, organiza-se com o seguimento e impulso direto à *Lei de aproveitamento do português e vínculos com a Lusofonia*, que o Diário Oficial da Galiza publicou o 8 de abril do 2014.

Desde a normalização do OGALUS no trabalho panorâmico do IGADI no 2008, publicaram-se centenas de artigos, editaram-se materiais informativos, organizaram-se palestras, publicações, Congressos ou até a começos deste 2023, produziu-se uma *Gala da Lusofonia: A República dos Sonhos*³, em colaboração com a Deputación de Pontevedra, na Eurocidade Tomiño-Cerveira, ideado e produzido pelos jornalistas Tino Santiago e Alberto Mancebo, conduzida pela apresentadora Esther Estévez e com a música da Uxía, junto a um conjunto de convidadas do mais interessante⁴...

Uma História para o S.XXI: Da Lei Paz Andrade à entrada de Espanha na CPLP

Se no 2009 nascia o OGALUS, três anos depois, no 2012, um grupo de ativistas reintegracionistas anunciava uma recolhida de assinaturas para o impulso da Iniciativa cidadã Paz Andrade, na coincidência com a homenagem do Dia das Letras Galegas do 2012 ao escritor e empresário galego Valentín Paz Andrade (1898-1997). A iniciativa, trazia como novidade o sublinhado sobre o potencial económico internacional da língua galega. Contra todo o prognóstico e numa sucessão de acontecimentos virtuosa, a Iniciativa converteu-se em Lei no 2014 com o total apoio do Parlamento galego.

³ Baseada na faz de Nélida Pinhão a atividade constituía a última, de num projeto coa Deputación de Pontevedra para promover uma acção exterior na Deputación em linha com o enquadramento jurídico e político da ação exterior de Galiza

⁴ Podes ver o conjunto histórico de materiais do OGALUS na web, www.igadi.gal/investigacion/observatorio-galego-da-lusofonia Também podes acceder a web em português do IGADI em www.igadi.gal/pt-pt/

No marco do OGALUS, com a colaboração de investigadoras em práticas, começamos a retratar a história da Iniciativa desde o 2013, a sua transformação em Lei e o seu desenvolvimento prático ao longo desta década. **A esta investigação, com observação participante, chamamos-lhe *Uma História para o S.XXI***. Neste tempo realizamos mais de 50 entrevistas biográficas a muitas das suas protagonistas, num processo acumulado que nos debuxa um mapa multicolor arredor da arqueologia e do processo da construção da Lei Paz Andrade. Dos seus sucessos e dos seus insucessos, assim como dos diferentes imaginários do processo, diferencia de sensação de velocidade ou significados em disputa.

Em qualquer caso e com toda a complexidade do tema que desborda este texto, a Lei Paz Andrade abriu uma nova etapa na história da Autonomia e a sua dimensão global, motivando diferentes iniciativas de releve, entre outras, os protocolos com o Instituto Camões para a facilitar a incorporação do português no ensino da Galiza, o projecto *Arritmar* de música e poesia ou o Prémio *Nortear* de literatura juvenil galego-português, o convénio de colaboração da Real Academia da Galiza com a Academia das Letras do Brasil no 2019 e o Dia das Letras a Carvalho Calero 2020, as coproduções entre a CRTVG e a Rádio Televisão Portuguesa (assim como o aparecimento do *Apuntamento Lusófono* na própria CRTVG), a incorporação do Conselho da Cultura da Galiza, a Academia Galega da Língua Portuguesa, ou os Docentes de português na Galiza, como observadores consultivos da CPLP, ou a inclusão de um *Observatório Galego da Lusofonia Paz Andrade* na Lei galega de acção exterior aprovada no 2021⁵, que agora mesmo encontrasse em processo de definição.

Nessa torrente de pequenas-grandes decisões-consequências da Lei, o anúncio da entrada de Espanha como observador associado da CPLP no Verão do 2021 é por enquanto o último grande ponto desta história. Uma caminhada que no marco da história autonómica iniciara no ano 1986 com a participação da Comissão Galega do Acordo Ortográfico nas reuniões para o Acordo de Unificação da Língua Portuguesa, em Brasília (1986) e Lisboa (1990), antecedentes fundamentais para a criação da CPLP em

⁵É preciso destacar que a Lei galega da acção exterior e a cooperação ao desenvolvimento da Galiza conta com um título III intitulado “A Eurorexión e a Lusofonia na Galiza”.

1996. Aquela participação galega no Acordo Ortográfico, impulsionada também pelo Valentín Paz Andrade, é preciso significar, realizou-se na altura com a aprovação do Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha e conhecimento das autoridades galegas, assim como com a colaboração proativa do governo brasileiro (no primeiro caso) e do governo português no segundo, como pode comprovar na documentação disponível.

Lamentavelmente no 2023, dois anos depois da entrada de Espanha na CPLP, os avanços podem-se observar só de maneira indireta e atendendo ao subtexto da agenda internacional do Estado, mas longe do entusiasmo, as impulsoras da Iniciativa expressaram em reiteradas ocasiões o seu descontentamento pela falta de mais um impulso decidido por parte do conjunto de instituições, especificamente no que diz respeito a lentidão da incorporação da aprendizagem do português no ensino.

O OGALUS e a lusofonia no mundo do futuro

O trabalho do OGALUS possibilitou e possibilita na Galiza e no espaço global da língua portuguesa, um lugar de conhecimento plural e intercontinental de encontro, aberto, onde a discussão cria valor acrescentado ativando o futuro, numa lusofonia do S.XXI construtiva⁶ do económico ao sociocultural.

Para a Galiza dos anos 20, além das evidentes conexões, empatias e sinergias, tomar consciência e atuar, cuidar estrategicamente as relações desde Galiza com a língua portuguesa e as suas sociedades, assim como a relação com a CPLP, tem potencial para ser um novo pilar do nosso modelo de desenvolvimento alargando e focando os mapas. Falamos do âmbito económico e comercial, mas também de âmbitos estratégicos onde temos complementaridades por explorar com o espaço da lusofonia: o pesqueiro, o académico, a indústria cultural ou turístico, por significar alguns. Cooperando multiplicamos as nossas possibilidades num mundo interdependente e cheio de

⁶Tanto dentro da Galiza como fora dela, a ideia da *Galeguía* ajuda a construir, não como rival conceptual, se não como complemento explicativo do significado da lusofonia e a nossa pertença na mesma (desde as origens da língua e a lógica não colonial que queremos para as relações internacionais deste S.XXI). A ideia da *Galeguía* popularizou-se desde fora da Galiza, por personalidades como o escritor brasileiro Luiz Ruffato ou a cantora angolana Aline Frazao, por citar alguns.

incertezas. Assim as coisas para o IGADI-OGALUS, participar e celebrar ativamente esta história e o Dia internacional da língua portuguesa do ano 2023 enchem-nos de alegria e entusiasmo.

Por último, em primeiro lugar quero agradecer a Wesley ST Guerra, brasileiro com o que tenho a honra de coordenar o OGALUS, agradecido por todo o conhecimento e alegria que acompanha, que representa as melhores caras da Galiza do presente e do futuro, por impulsionar esta obra coral e intercontinental. Ao CERES e a JUPLP, que dignificam os estudos internacionais e as possibilidades de sucesso para o futuro da humanidade e da lusofonia do possível, achegando aos palcos em chave tão realista como construtiva, em linha com a Agenda 2030 e o melhor do sistema de Nações Unidas. Finalmente agradecer a todas as pessoas investigadoras das três entidades, que graças ao seu conhecimento e colaboração desinteressada seguimos a semear ideias e agitar corações, assumindo os reptos do presente à procura do bem-estar das nossas sociedades.



DANIEL PALAU GONZÁLEZ, Diretor do IGADI desde 2017. Bacharel em C. Políticas e Administração pela USC, com mestrados em Cooperação Internacional e Gestão Cultural pela mesma Universidade. Foi técnico de sensibilização (2009-2011) e Secretario do Fondo Galego de Cooperación e Solidariedade (2011-2015). Publicou «Os irmandamentos en Galiza: Globalización, redes e goberno local» (IGADI, 2010), entre outros muitos trabalhos arredor da paradiplomacia regional e local galega. Desde o 2014 é o responsável da investigación «Unha historia para o S. XXI» arredor do desenvolvemento da Lei Paz Andrade em Galiza. dpalau@igadi.ga

Bibliografía básica relacionada

IGADI 2013, IGADI Paper 111, “A reivindicación de Galicia como actor *estratéxico da lusofonía trala aprobación da Iniciativa popular Valentín Paz Andrade e o XXVI Cumio España-Portugal*”

- IGADI 2016, IGADI Paper 171: “Galicia gaña relevancia na CPLP”.
- IGADI 2019, Nós No Mundo, Informe anual da acción exterior de Galicia (2018-2019) “Da Lei Paz Andrade á EGAEX”
- UVIGO-IGADI 2019, Vídeos de todas as sesións do 3º Congreso de Estudos Internacionais. “Galicia e a lusofonía diante dos desafíos globais”
- IGADI (2022) Nós No Mundo, Informe anual da acción exterior de Galicia 2021-2022: “Da creación da Secretaría Xeral á Lei de Acción Exterior de Galicia”.

Dos estudos galegos em Portugal. Trajetória e alguns desafios

Carlos Pazos-Justo

A partir de inícios da década de 90 do século passado, a Xunta de Galicia começou a promover uma rede de Centro de Estudos Galegos (doravante CEG) em várias universidades de Europa e América. Apesar de diferentes casuísticas, em geral o papel dos CEG passa por lecionar diversas matérias de temática galega (mormente aulas de língua) em âmbito universitário; passa também por promover a cultura galega no espaço académico e na sua área de influência. Para tal, segundo a página web da Secretaría Xeral de Política Lingüística da Xunta de Galicia atualmente “o galego é obxecto de estudo en trinta e nove universidades. Vinte e oito delas contan con lectores – licenciados/as en Filoloxía Galega-, asentados en departamentos coñecidos como Centro de Estudos Galegos” (<https://www.lingua.gal/o-galego/proxectalo/rede-de-centros-de-estudos-galegos>).

Esta rede de CEG implica, cabe destacar, um importante esforço económico pois, em regra, a Xunta de Galicia atribui um orçamento, mediante a assinatura de um protocolo com cada universidade, que tem por objetivo retribuir o/a leitor/a e custear as atividades culturais. Não sendo, em geral, quantias económicas desorbitadas – apesar das dificuldades económicas que muitos/as leitores/as enfrentam – significam, como dizíamos, um esforço económico notório no sentido de, cabe pensar, internacionalizar a cultura galega.

Em Portugal o primeiro CEG foi criado em 1994 na Universidade Nova de Lisboa. Um ano depois, nasceu a Cátedra de Estudos Galegos da Universidade de Lisboa, hoje sem vínculo institucional com a Xunta de Galicia. De 1997 data a criação do CEG da Universidade do Minho e, alguns anos mais tarde, em 2002, o da Universidade do Algarve. Os estudos galegos em Portugal não se esgotam nesta rede, naturalmente; acreditamos, no entanto, que os CEG de Portugal são um dos espaços privilegiados para

a dinamização do que poderíamos chamar a internacionalização da cultura galega no espaço português.

A reflexão acerca do papel dos CEG em Portugal não pode descurar, entendemos que o relacionamento, de variada espécie, entre Galiza e Portugal nunca, em séculos, foi tão intenso e diversificado como na atualidade.

Lembre-se ao respeito a relativa institucionalização da relação Galiza-Portugal derivada do surgimento de, a partir da década de 90 do século passado, diversas organizações galego-portuguesas: a Comunidade de Trabalho Galiza/Norte de Portugal (1991), a partir de 2008 Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza - Norte de Portugal; o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular (1992), constituído por mais de 40 cidades e vilas; com dimensão estritamente local, as Eurocidades (até a data: Valença-Tui, Chaves-Verim e Cerveira-Tominho, a partir de 2012, 2014 e 2018, respetivamente); ou, no plano académico, a constituição do Centro de Estudos Euroregionais Galiza – Norte de Portugal (2004), integrado por 7 universidades galegas e portuguesas. O até aqui sinteticamente referido, deve ser complementado com outras iniciativas de foco cultural que vão ganhando visibilidade nomeadamente a partir de, *grosso modo*, 2014 (significativamente data da promulgação no Parlamento galego da Lei Valentim Paz Andrade): o Prémio Literário Nortear (primeira edição em 2015), promovido pela Direção Regional de Cultura do Norte, a Xunta de Galicia e mais o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza - Norte de Portugal; o bracarense Festival Cultural Convergências Portugal Galiza (também desde 2015); Arri[t]mar. Prémios Música e Poesia Galego-Portuguesa (a partir de 2016), iniciativa da Escola Oficial de Idiomas de Santiago de Compostela; ou, no âmbito académico, o Programa IACOBUS, cujo objetivo passa por incrementar a cooperação entre as universidades galegas e as do Norte de Portugal replicando em parte o programa Erasmus da Comissão Europeia.

Perante este quadro parece necessário refletir acerca da possibilidade de os CEG portugueses contribuírem para – em termos de diplomacia cultural digamos – o diálogo entre a Galiza e Portugal ou até entre a Galiza e a Lusofonia. Para tal, apontamos alguns desafios, seria preciso repensar a própria rede de CEG. Resulta surpreendente o vazio

desta rede na Universidade do Porto, localizada numa das cidades de referência do Norte português, ou na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; também na pujante Universidade de Aveiro, entre outras. A eventual reformulação da rede e outras iniciativas deve, em nossa opinião, problematizar a lógica central da relação atual: a consequência sobretudo das políticas da União Europeia (de *des-fronterização*), os termos do relacionamento estão a virar para a dupla Galiza-Norte de Portugal (ou vice-versa), frente ao antes relativamente consolidado Galiza-Portugal (ou Portugal-Galiza). Cabe, portanto, os atores envolvidos repensarem esta incipiente lógica *eurorregional*.

Por outro lado, com o sentido de otimizar recursos e promover um trabalho significativo, seria esperável os CEG portugueses contarem com planificações alinhadas com estratégias e objetivos previamente definidos. Nesta direção os três CEG portugueses começamos incipientemente a estabelecer programas de atuação conjuntos, tentando articular o trabalho desenvolvido e poder alcançar mais e melhores objetivos. Entre outras atividades destacamos uma linha de investigação em curso que pretende conhecer as ideias e imagens dos/as alunos/as de estudos galegos em Portugal; igualmente a publicação em *Galiza e(m) nós. Estudos para compreensão do relacionamento cultural galego-português* (2021; acessível em <http://hdl.handle.net/1822/76402>) em que pretendemos dar voz a pessoas da Academia portuguesa que se têm interessado pelos estudos galegos; também a articulação entre os três CEG que terá como cólofon a celebração do próximo congresso da Asociación Internacional de Estudos Galegos em Portugal (Universidade do Minho, 2024).



foto: Festival CEG.

Por fim, com uma trajetória de cerca de três décadas os estudos galegos ancorados nos CEG portugueses apresentam-se como um espaço privilegiado para o fortalecimento do diálogo intercultural entre a Galiza e Portugal, entre a Galiza e a Lusofonia. Falta, a vários níveis, identificar horizontes possíveis e desejáveis. Para alguns, entre os que nos incluimos, esses horizontes devem de alguma forma estar articulados com as necessidades várias que, em termos socioculturais, a Galiza enfrenta e para o que o mundo em português poderá ser uma ajuda preciosa.



CARLOS PAZOS-JUSTO, Doutor em Ciências da Cultura, é professor da Universidade do Minho (UMinho) onde integra o grupo de investigação Galabra-UMinho do Centro de Estudos Humanísticos. É coordenador do Centro de Estudos Galegos da UMinho e Presidente da Asociación Internacional de Estudos Galegos [<https://cehum.elach.uminho.pt/researchers/3>]

Case todos admitimos que os falantes de galego e português têm capacidade de perceber-se, falam línguas muito similares. Tive ocasião de aproveitá-lo durante os 12 anos que fui responsável pela presença do Banco Pastor em Portugal, através de uma filial especializada em fornecer crédito ao consumo a clientes de comércios e empresas de serviços. Case todos os meses passava um par de dias na central do Porto. Desde o princípio, empreguei o meu galego, aportunizado, com clientes, parceiros, empregado, conselheiros, assessores e autoridades bancárias. A equipa humana era local, tomavam-me como um mais e falavam-me com naturalidade na sua língua. Devo acrescentar que, graças a esse contacto periódico, melhorei muito o domínio de um idioma que não é a minha língua materna.

São muitos os que contam com experiências similares e sabem que é muito importante falar o idioma local para fazer negócios e desenvolver estruturas operativas. Acredite muita empatia e faz todo mais singelo. O galego é uma poderosa arma de competência. Da acesso a uma comunidade de 300 milhões de falantes do português, mais numerosa que as do francês, alemão ou russo. Como pessoa com formação em economia e vencelhada ao mundo da empresa, devo destacar que a língua própria, que diz o Estatuto é a mais singela e barata ferramenta para o desenvolvimento económico e cultural que Galiza tem e não emprega.

Estamo-la desaproveitando, mergulhados numa identidade nacional na que o espanhol é o único idioma com projecção mundial. O galego também a tem, mas é prisioneiros de “guerras de religião” sobre como escrever ou como incorporar ao ensino o português. A Lei Valentín Paz Andrade do 2014 é o melhor exemplo de como o sistema político-burocrático pode frear um processo de trazer riqueza a Galiza.

A magnífica exposição de motivos dessa norma, diz: “No actual mundo globalizado, as instituições galegas, comprometidas com o aproveitamento das potencialidades da

Galiza, devem valorizar o galego como uma língua com utilidade internacional.... É preciso fomentar o ensino e a aprendizagem do português, com o objectivo, entre outros, de que empresas e instituições aproveitem a nossa vantagem linguística... Portanto, para a melhora do desenvolvimento social, económico e cultural galego, as autoridades devem promover todas quantas medidas sejam possíveis para melhor valorizar esta vantagem histórica.”

Mas o barco que ia pôr o nosso idioma no mundo leva uma eiva no motor que lhe impede arrancar. Está no artigo 2º que diz “O Governo galego incorporará progressivamente a aprendizagem da língua portuguesa no âmbito das competências em línguas estrangeiras nos centros de ensino da Comunidade Autónoma da Galiza.” Ou seja, ensinar o português aos adolescentes que falam galego como se fora chinês. Eles já sabem que não é necessário perder tanto tempo e não se apontam. A lei fracassou.

Desde a incorporação à União Europeia dos dois países ibéricos ergue-se pontes que nos achegam aos vizinhos do sul. A primeira foi a libertação dos trânsitos mercantis com a queda das tarifas. Muitas empresas galegas aprenderam a internacionalizarem-se em Portugal. Galiza integrou-se mais na fachada atlântica de Iberia, sempre com um balanço comercial favorável. A segunda põe-te foi a auto-estrada costeira que se sufragou com fundos europeus e reforçou o funcionamento do comércio. O dinamismo gerado foi a causa principal de que, desde os 90, Galiza tenda crescer mais que a média de Espanha e tenha abandonado o grupo de CCAAs menos desenvolvidas. Séculos depois, voltamos ser norte.

Está pendente a ponte do transporte ferroviário, que já entra nos planos dos governos de Espanha e Portugal, graças a que este é mais sensato e aposta eixo atlântico, em lugar do AVE radial, para desenvolver uma ferrovia moderna, que inclua o transporte de mercadorias e conecte cidades, portos e aeroportos.

A quarta põe-te é a da língua, a mais barata pois chega com reforçar um pouco o que há. Também a mais importante porque nos leva além do Minho, além do Atlântico, além do Sáhara, além do *Índico. Compre ensinar português, desde o galego, a 100% dos

estudantes de ensino médio. Se se faz bem, chega com dois ou três meses para que possam comunicarem-se, oralmente ao menos. Há outras coisas que se podem fazer, não custariam muito dinheiro e ajudariam à projecção do idioma próprio no plano internacional: abrir a televisão digital a canais de Portugal e outros países lusófonos e que TVG adquira séries populares desses lugares, nomeadamente do Brasil, e, se é preciso, as subtitle em galego normativo nos primeiros tempos para melhorar a compreensão.

Como demonstrou a aprovação unânime da Lei Valentín Paz Andrade, há um grande consenso a favor de desenvolver a vertente mundial da língua que aqui nasceu e Portugal espalhou pelo planeta. Não é uma língua estrangeira, necessita-se só um pouco de imaginação e determinação, valores escassos no ameto público, que perde muito tempo em questões marginais, agitadas quotidianamente por interesses corporativos. Os seareiros da Espanha uniforme aproveitam as pequenas liortas para bloquear-nos. Defendem interesses alheios, não querem que nos seja mais competitivo graças a um idioma que menosprezam.

Galiza vai necessitar que a sua sociedade civil faça um grande esforço neste tema. O meu agradecimento à Deputação de Pontevedra e ao Igadi por organizarem estas jornadas para analisarmos e debatermos um problema mais grave que o do chapapote que invadiu as nossas praias há 20 anos, mas muito menos visível. Há demasiados interessados em agachá-lo, deitando-lhe areia acima, em lugar de limpar diferenças menores entre línguas de comum origem.



ENRIQUE SÁEZ PONTE, licenciado em Economia e Direito pela Universidade de Santiago de Compostela (USC). Trabalhou durante trinta anos no Banco Pastor, onde desenvolveu distintas funções de Direção nos últimos catorze. Atualmente é presidente do Grupo Torres & Sáez e da Fundación Juana de Vega. Também é Patrón do Museo do Povo Galego e membro do conselho assessor do Instituto Galego de Análise e Documentación Internacional (IGADI)

A paradiplomacia na lusofonia

Cidades com a mesma língua, porém sem muito diálogo.

Wesley Sá Teles Guerra

Introdução:

A paradiplomacia é a área das Relações Internacionais, responsável pelo estudo das dinâmicas e projeções dos interesses locais no cenário internacional cuja titularidade é de uma determinada região (Guerra, 2022) dito de uma forma mais singela é a ação política das cidades no cenário internacional, também conhecida como diplomacia das cidades.

Embora a paradiplomacia surgiu com a irmandade de cidades após o fim da II Guerra Mundial, através do acordo entre Coventry (Reino Unido), Dresden (Alemanha) e posteriormente Stalingrado (Na antiga União Soviética) como uma tentativa de restaurar os laços fraternais entre os diferentes territórios e fomentar a cooperação internacional entre os que participaram do conflito, somente com o auge da globalização e a consolidação das cidades globais (Sassen, 2001) se transformou em uma tendência a nível mundial e em uma nova projeção de poder.

Embora a ação dos chamados entes subnacionais (cidades, estados, províncias e municípios) ainda possuam barreiras, já que não estão devidamente legisladas em diversas nações, havendo ainda uma centralização da ação e representação internacional em seus governos centrais, limitando a projeção de determinadas regiões e cidades, gerando duas realidades, uma formada por um grupo de cidades que concentram influência econômica, social e política no cenário internacional, e outro formado por cidades isoladas em suas realidades locais.

Ainda assim, desde o início do milênio o número de cidades que participam ativamente nos temas internacionais aumentou consideravelmente, havendo uma progênie de instituições locais que representam seus interesses em escala global, mesmo na

Lusofonia, cidades como São Paulo, Lisboa e Rio de Janeiro, conseguiram se projetar internacionalmente.

Desenvolvimento:

Porém a paradiplomacia é uma realidade desigual na esfera lusófona, seja pelas restrições legislativas de algumas nações que continuam centralizando as Relações Internacionais em seus governos centrais e representantes máximos do Estado Nação, ainda que existe uma continua descentralização do poder em países como o Brasil (com alguns expoentes de paradiplomacia já consolidados), ou devido ao tamanho e particularidade de seus territórios ou até mesmo devido a sua inserção em marcos supranacionalistas como as cidades de Portugal em relação a União Europeia e a ação das chamadas eurocidades.

Assim mesmo, existe uma vasta lista de acordos de cidades irmãs entre os países da lusofonia, e até mesmo algumas ações e projetos realizados pela CPLP -Comissão de Países de Língua Portuguesa, ou através das agências estatais de cooperação internacional.

Sendo alguns deles já consolidados como a UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, também conhecida como União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, a Rede Galabra de âmbito acadêmico, o Forum de Macau cujas bases se concentram na diplomacia oficial, ou até mesmo a Rede de Cidades Criativas da ONU.

Sem embargo, a real relação entre as cidades da lusofonia, na maioria das vezes estão concentradas mais no âmbito acadêmico e institucional que em uma realidade pragmática perceptível pela sua população ou economia, somando-se a isso uma concentração nas relações com os dois principais players da lusofonia, Brasil e Portugal, marginalizando muitas vezes as demais nações falantes do português.

Basta ver a falta de conhecimento generalizada em relação as cidades de outros países de fala portuguesa que não sejam estes dois players, a falta de cooperação técnica, internacionalização de empresas, fluxos acadêmicos, investimentos e até mesmo de

conectividade... Muitos países da lusofonia não possui conexão área entre eles, nem muito menos existe um fluxo turístico (seja este de lazer ou negócios) importante que não seja protagonizado pelo Brasil ou por Portugal.

Países que falam o mesmo idioma, mas que ignoram quase que completamente a realidade de cada um deles, havendo ainda uma aura colonialista nas relações lusófonas e recapitulada através de um capitalismo muitas vezes impositivo e de relações diplomáticas institucionalizadas, porém defasadas.

É curioso saber que na Angola, Cabo Verde, Moçambique, etc... existem novelas do Brasil, quando dificilmente é possível encontrar alguma produção realizada por estes países na programação brasileira... e isso acontece não somente no setor audiovisual, más também nos livros, revistas, produtos e artigos... Até mesmo encontrar produtos de Portugal que não sejam o seu vinho, azeite de oliva ou bacalhau... Ou seja... sim que existem laços comerciais e culturais, porém eles não são capazes de permear a realidade social, continuam concentrados em uma porcentagem muito pequena da população ou em negociações elevadas que estão fora do alcance da percepção do povo.

Uma aproximação entre as cidades, de fato é uma alternativa para aproximar a esfera das negociações lusófonas e ações de cooperação internacional governamentais à realidade do cotidiano e produzir dessa forma reflexos perceptíveis para a população, assim como acontece em outros espaços linguísticos ou até mesmo políticos... (Guerra,2022)

Assim mesmo, a adesão de políticas de paradiplomacia dentro da esfera da lusofonia, permitiria uma maior penetração de áreas de influência do português tais como Galiza e Extremadura (Espanha), Goa (Índia), Macau (China) e até mesmo inserir aquelas com grande número de falantes tais como Andorra la Vella (Principado de Andorra) ou Luxemburgo, onde o português não é língua oficial.

Gerar grandes áreas geopolíticas baseadas em semelhanças linguísticas e culturais é sem dúvida um fator estratégico para as nações e por esse motivo forma parte da diplomacia

oficial dos países lusófonos, porém se não houver uma maior divulgação e penetração deste diálogo além da participação dos atores locais, será sempre um tema alheio a realidade social, negligenciando de fato o peso das cidades na gestão e na geração de riquezas dos países e na tomada de decisões e até mesmo no direcionamento dos fluxos sociais (Lefebvre, 2008).

Conclusão:

A paradiplomacia é o meio através do qual as cidades projetam seus interesses e se relacionam, de modo a refletir na dinâmica do espaço social e urbano a realidade internacional e esta deve formar parte das ações lusófonas e das discussões dentro dela... Pois de que me serve ter um acordo fantástico de cooperação e migração, se não existe uma conexão aérea?... Que bom que o presidente do Brasil tenha um parecer sobre a questão dos refugiados, porém não temos voo direto desde São Paulo a Maputo e não podemos receber as vítimas do conflito de Moçambique... Ou de que me servem as ações internacionais? se quando vou numa agência de viagens salvo Portugal... não tenho oferta alguma para países lusófonos, não conheço atores, escritores ou cantores de outros países da lusofonia... de que servem tratados, quando minhas empresas continuam teimando com mercados altamente competitivos já que desconhecem de fato a realidade e demanda de outras cidades que falam o mesmo idioma... De que servirá a lusofonia se ela continua sendo discutida nas altas esferas e jamais se concretizam no meu dia a dia?

Perguntas sem dúvidas provocativas e com mais de uma resposta, mas que no caso do Brasil deixa claro o contrassenso, de... por um lado estar descentralizando o poder, mas por outro inibindo a participação das cidades receptoras desse poder e responsáveis por fim de colocar tudo na prática. Vos deixo com essa reflexão.



WESLEY SÁ TELES GUERRA, coordinador do Observatório Galego da Lusofonia (OGALUS) desde 2022. Coordenador de pesquisa da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro e Doutorando em Relações Internacionais, Mestre em Políticas Sociais e Intervenção Comunitária (Universidad de Coruña), Especialista em Migrações (UDC), Especialista em Ciências Políticas e Relações Internacionais (FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo), MBA em Global Management (Massachusetts Business Institute), MBA em Parcerias Globais (ILADEC – Instituto Latinoamericano para o Desenvolvimento da Economia e Ciência), Bacharel em Administração de Empresas (UCB – Universidade Católica de Brasília). Especialista em Gestão de Projetos para o Desenvolvimento pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Membro do Smartcities Council, ECPR European Consortium for political research, Aliança Eurolatina de Cooperação entre Cidades e IAPSS International Association for Political Sciences Students, Atualmente é pesquisador e presidente do CERES.

Bibliografia básica

GUERRA, Sá Teles, Wesley. Cadernos de Paradiplomacia, Ed. Simplíssimo, 2022, São Paulo.

LEFEBVRE, Henri. O direito a Cidade. Editora Centauro, 2008, São Paulo.

SASSEN, Sakia. Cidades Globais. Editora Princepton, 2008, São Paulo.

A Euroregião Galiza-Norte de Portugal como exemplo de cooperação lusófona e as Lusorregiões

Diego Garcia

A cooperação entre o Norte de Portugal e a Galiza é cada vez mais uma peça de destaque quando falamos de cooperação internacional, nomeadamente dentro do espaço lusófono. Esta cooperação, nesta região em específico, é derivada das proximidades linguísticas e geográficas, fortalecida pela continuidade populacional existente entre Aveiro (Portugal) e a Corunha (Galiza).

É um organismo que tem como base a promoção e a valorização do tecido empresarial da região, mas também cria equipamentos necessários para aumentar a coesão territorial e social e promover a atividade cultural e turística. Esta euroregião tem um papel importante para criar um diálogo entre as populações e os seus organismos representativos e foi a oportunidade para debater e pensar novas reflexões sobre o território e a sua identidade.

Por que não aproveitarmos os bons exemplos e levamos esta cooperação territorial para toda a Lusofonia? É claro que entre o Brasil e Angola ou entre Guiné-Bissau e a Galiza não existe uma continuidade geográfica nem populacional (no sentido lato da palavra), mas com certeza que encontramos pontos de aproximação que nos levará a dialogar e promover a cooperação institucional, social, cultural e financeira entre estes territórios.

O desenvolvimento territorial não está só dependente de uma continuidade geográfica e já existem projetos entre vários territórios lusófonos que demonstram isso, como por exemplo os efetuados pelo Fundo Galego de Cooperação e Solidariedade, fazendo um excelente trabalho em países como Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola. É necessário sim uma continuidade temporal nestes projetos e estarem baseados, claramente, no território e nas suas necessidades específicas para sustentar bases num processo de criação de um sentimento de pertença do espaço lusófono.

Já que existem projetos esporádicos, mas competentes, de cooperação entre os vários territórios lusófonos, existe assim também o reconhecimento de que é necessária esta cooperação, que ela é importante.

Quero levar à reflexão esta ideia: criar lusorregiões com base em pontos de aproximação cultural, social, arquitetónica ou territorial nas diferentes regiões, vilas ou cidades dos países ou territórios que falem o galego-português. Refletir sobre a construção destes territórios como espaços colaborativos, dialogantes e, claro, complementares para a promoção do desenvolvimento territorial e social.

Os pontos de aproximação das Lusorregiões podem ser extremamente diversificados, indo desde a afinidade linguística, as relações históricas, as semelhanças urbanísticas ou arquitetónicas, a proximidade cultural, entre outras. Também é óbvio que existem necessidades diferentes de território para território, de Timor-Leste para Moçambique, de Portugal para São Tomé e Príncipe, mas com certeza que também encontraremos necessidades semelhantes e é nesse âmbito que se deverá sustentar a Lusorregião, potencializando o financiamento e diversificando os investimentos.

É importante institucionalizar ou potencializar a relação entre estes territórios com o financiamento de projetos específicos para estas zonas, projetos comuns. É neste processo que também acabaremos por potencializar estratégias comuns na economia, na inovação e na investigação. Envolver municípios, universidades, governos e todas as formas de organizações locais que sejam necessárias para levar os projetos avante.

Com que pontos de aproximação poderemos sustentar uma Lusorregião?

Culturais: A região do Rio de Janeiro, no Brasil, é conhecida por ser o palco da maior festa do país com o seu Carnaval. O Carnaval carioca cria momentos de diversão para todos os públicos com as suas folias, os blocos de rua e os bailes cheios de glamour e cores. As escolas de samba são as rainhas da festa e nela participam milhares de pessoas.

Noutro continente, em Moçambique, a cidade de Quelimane é considerada como o “Pequeno Brasil” porque lá se realiza o maior e melhor Carnaval do país africano. Durante anos, sobretudo durante o período colonial, este Carnaval só era realizado nos salões de alguns clubes, mas a partir da década de noventa que a folia foi transportada para a rua ganhando assim um perfil claramente popular, e é neste carácter popular que se poderá sustentar a Lusorregião do Rio-Quelimane.

Em Quelimane existem grupos de foliões, carros alegóricos, máscaras e reis e rainhas do Carnaval, tal como na grande festa carnavalesca do Rio de Janeiro. Por que não começar a debater projetos de desenvolvimento social, económico e comercial para melhorar e desenvolver estas duas cidades?

Arquitetónicos: Devido ao período colonial português, muitas cidades e vilas dos territórios ocupados acabaram por ter uma clara semelhança na sua construção e forma de organização territorial, muitos exemplos teríamos e aqui encontraremos dezenas de possibilidades para sustentar uma Lusorregião.

Por dar um exemplo podemos nomear a cidade de Ouro Preto, no estado brasileiro de Minas Gerais, sendo um ponto fundamental de convergência mineira a partir do século XVII. Muitas das igrejas da cidade são consideradas muito semelhantes com a forma arquitetónica da maior parte das igrejas portuguesas. A cidade, de facto, tem as suas parecências com a cidade portuguesa de Óbidos ou de Sintra e aqui podemos encontrar mais um ponto de convergência para trabalhar uma Lusorregião.

Atividade económica: Na Galiza, o setor pesqueiro é um grande fator de desenvolvimento económico sendo o porto do Vigo um dos mais importantes do setor na Europa, já existiram movimentações para projetos de cooperação económica, nomeadamente entre a região galega e a região brasileira de Itajaí, por isso, este também seria um forte ponto de aproximação para sustentar, de forma continuada, uma Lusorregião.

Para além de na Galiza, estudos em Cabo Verde mostram que o país, na última década, aumentou os recursos humanos neste setor em mais de 1500 trabalhadores, as exportações cabo-verdianas derivadas da atividade pesqueira, sobretudo conservas e peixe congelado, chegou aos 38 milhões de euros em 2021, um aumento de 1,6% face ao ano anterior.

Uma Lusorregião servirá para aproximar pontos entre a região de Vigo, por exemplo, e a Ilha de São Vicente, em Cabo Verde, e, em conjunto, desenvolver projetos de cooperação que fortaleça a atividade pesqueira no país africano e desenvolva economicamente a região galega.

Realizo assim uma breve reflexão do que poderá ser um projeto de cooperação lusófono com base nos exemplos das Euroregiões, sobretudo a Euroregião Galiza e Norte de Portugal. As lusorregiões poderão ser as bases para o fortalecimento da relação entre os vários territórios de fala portuguesa, sustentado no desenvolvimento mútuo em prol das populações e do setor económico através da aproximação de diversos setores económicos como o pesqueiro, turístico ou através da aproximação de marcos arquitetónicos, culturais e sociais.



DIEGO GARCIA, É uma simbiose galego-portuguesa, passou a sua infância na Galiza, na Mezquita, até aos 16 anos, mas reside em Portugal, no distrito de Viseu, desde 2009. É um dos coordenadores da Juventude Unida dos Países de Língua Portuguesa e responsável pelo departamento de comunicação da organização. É finalista da Licenciatura em Estudos Europeus pela Universidade Aberta de Portugal, com especialização em Direito, Economia e Sociologia. Membro também do CERES – Centro de Estudos das Relações Internacionais.

Bibliografia:

- ceres.org;
- ccrd-n.pt/pagina/servicos/cooperacao/galiza-norte-de-portugal;
- A Euroregião Galiza-Norte de Portugal: uma plataforma territorial para a inovação. Paula Ribeiro e Teresa Sá Marques nas VII Jornadas da Geografia Económica;
- pgl.gal
- European Commission (2006): Territorial State and Perspectives of the European Union;
- interiordoavesso.pt;
- rio-carnaval.com/guia/carnaval-no-rio
- rfi.fr/br/africa/20160207-carnaval-no-pequeno-brasil-em-mocambique

As relações económicas e comerciais da Galiza com os países da CPLP

Diego Sande

O presente artigo nasce com o objetivo de contribuir à análise das oportunidades de expansão económica exterior da Galiza, pondo para isso o foco na conexão comercial com a comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A CPLP é uma organização internacional formada por países lusófonos, cujo objetivo é o “aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros”. De acordo com o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, a população dos países membros da CPLP soma aproximadamente 270 milhões de pessoas (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste).

A nível comercial e no período 2016-2021 as principais exportações galegas foram os materiais de transporte -case um terço do total (30,12%)-, seguidas pelo sector têxtil que supôs algo mais de uma quinta parte do total de vendas ao exterior (22,56%). A seguir situavam-se outras atividades como a exportação de animais vivos (8,31%), metais comuns (7,38%) e produtos industriais alimentícios (4,31%). No referido às importações galegas destacavam as de materiais de transporte (27,22% do total), as de produtos minerais (14,21%) e as de animais vivos (11,83%). Com um peso algo menor caberia sublinhar a compra de metais comuns (9,67%) e de materiais têxteis (9,66%). Tanto as exportações como as importações vinham aumentando neste período em quase todos os produtos, exceto para os materiais têxteis no segundo caso.

No que se refere às principais relações comerciais galegas com países da CPLP, estas vêm tendo lugar, por ordem de importância no que diz respeito a volume de negócio, com Portugal e Brasil. O mais destacável nas relações comerciais com estes dois países durante as duas últimas décadas é o descenso do peso relativo das exportações galegas, como consequência da diversificação dos comprados de destino. Estas vendas ao exterior supunham 17,55% do total galego em 2000, mas caíram até o 13,37% em 2021. Por sua parte, o peso das importações destes países manteve valores mais estáveis entre todo o período 2000-2021, movendo-se aproximadamente entre o 9%-14%. Apesar

disto, a crise de 2008 supôs um ponto de inflexão que conduziu a uma estabilização de alguns dos valores

No que diz respeito aos restantes países que conformam a CPLP, o volume de negócio com Galiza foi muito menor que no caso dos dois países anteriores. Um dado significativo a nível empresarial: case 70% das empresas galegas que exportam a países da CPLP faziam-no a Portugal. Enquanto, 12,13% das empresas vendiam a Brasil, 6,58% a Guiné Equatorial, 6,21% a Cabo Verde, 3,07% a Angola, 1,48% a Moçambique e 0,82% a Guiné Bissau. No que diz respeito a volume de exportações, as vendas estatais aos restantes países da CPLP (sem incluir Portugal nem Brasil) supunham só 2,62% do valor das exportações a Portugal. Contudo, e com os últimos dados disponíveis, o valor médio das exportações por empresa galega ao conjunto de países da CPLP foi de 1,9 milhões de euros, existindo disparidade entre os valores observados para Portugal (2,38 milhões de euros) e Angola (1,05 milhões) e os restantes destinos (Brasil e Moçambique arredor de 0,5 milhões de euros, Cabo Verde e Moçambique perto de 0,15 milhões e Guiné Bissau com menor importância).

Em vista dos dados, e tendo em conta a oportunidade que a Lei Paz Andrade e a Lei de Acção Exterior supõem para a atividade económica galega no exterior, existem ainda uma série de tarefas pendentes nas relações comerciais galegas com os países da CPLP. Estas tarefas abrangem tanto a consolidação das relações comerciais já estabelecidas fundamentalmente com Portugal e Brasil- através dos produtos que tradicionalmente exporta a Comunidade Autónoma, até a diversificação em produtos aproveitando a comercialização das inovações obtidas no território- e cara comprados menos explorados mas atrativos. Neste último aspecto, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e Moçambique apresentam uma interessante potencialidade tendo em conta a especialização produtiva galega no sector do turismo, energético, meio ambiental, biotecnológico e automobilístico fundamentalmente.



DIEGO SANDE VEIGA (Santiago de Compostela) é coordenador da [Linha de investigação em Economia do IGADI](#). É professor de Economia Aplicada na Universidade de Santiago de Compostela e doutor em Economia e Empresa. Colabora com o Grupo de Investigação ICEDE (Inovação, Cambio Estrutural e Desenvolvimento) da Universidade de Santiago de Compostela e com IGADI. Forma parte do Conselho de Redação da Revista Tempo Exterior.

IA e direitos humanos na era digital: como o GPT está a afectar a comunidade académica

Filipa Pais D'Aguiar

A recentíssima disseminação do uso do GPT traduziu-se, de certo modo, num primeiro esgar de suspeição, principalmente, por parte da comunidade académica.

Não podemos negar o facto de que o uso da IA encerra, em si mesmo, variadíssimos desafios no âmbito dos Direitos Humanos.

As questões mais comumente debatidas pela doutrina referem-se, no essencial, à protecção, armazenamento e uso de dados, o direito à privacidade, o emprego e o impacto económico da utilização da IA, nas mais diversas áreas de actuação humana.

No entanto, como tudo o resto, é possível argumentar que os denominados 'perigos' da IA dependem do uso que, de facto, se escolhe aplicar. A pura verdade é que, atrás de um sistema de IA está ou sempre esteve uma mente, consciência vontade e/ou acção humana.

Considerando esta questão, relembramos a 48ª sessão do Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/48/31), realizada em 13 de setembro de 2021, onde a Alta-Comissária para os Direitos Humanos expressou algumas preocupações e dirigiu várias recomendações aos Estados relativas ao direito à privacidade na era digital, no âmbito do Relatório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Uma dessas recomendações foi a imposição de uma moratória

“[...] moratorium on the use of remote biometric recognition technologies in public spaces, at least until the authorities responsible can demonstrate compliance with privacy and data protection standards and the absence of significant accuracy issues and discriminatory impacts [...]”; por outro lado, o Alto-Comissariado recomendou que os Estados “[...] Fully recognize the need to protect and reinforce all human rights in the

development, use and governance of AI as a central objective, and ensure equal respect for and enforcement of all human rights online and offline; [...]”.

Também a Carta Portuguesa dos Direitos Humanos na Era Digital (Lei n.º 27/2021, de 17 de Abril) reconhece a importância da protecção dos Direitos Humanos no ambiente digital e nos espaços virtuais de onde destacamos, v.g., a liberdade de expressão e criação em o ambiente digital (artigo 4º) e o direito à liberdade de criação e protecção de conteúdo (artigo 16º). Mas, podemos argumentar: por que razão são relevantes estas disposições para a forma como o GPT está a afectar a comunidade académica?...

Na realidade, com a utilização do GPT, questões como a autenticidade, a autoria e os direitos de autor do trabalho académico encontram-se no cerne da questão. Não obstante, se a protecção e o reforço de todos os direitos humanos no desenvolvimento, utilização e administração da IA forem, de facto, cumpridos por todos os intervenientes relativamente ao GPT, então o GPT pode tornar-se, muito simplesmente, num instrumento com utilidade para a actividade humana, à semelhança de muitos outros. Depende, de facto, do tipo de utilização que se lhe atribui. Mas... retomemos a questão da autoria. Poderemos, verdadeiramente, considerar o GPT enquanto autor, em sim mesm@? Ainda não nos é possível responder a esta questão.

Contudo, a realidade é que o GPT-3 já consta na capa de um livro² recente, ao lado de outros autores humanos.

De todo o modo, para responder a esta questão, teríamos de ponderar questões como a susceptibilidade de a IA ser/ter consciência. Embora este não seja o momento nem o local, deixamos-lhe o desafio de participar na VIII Conferência Internacional de Direitos Humanos de Coimbra: uma abordagem transdisciplinar, que irá realizar-se entre os dias 10 a 12 de Outubro de 2023, onde o 56º simpósio online irá discutir o Constitucionalismo Digital e os desafios globais na promoção e protecção dos Direitos Humanos. Contamos com a vossa participação e colaboração! <https://www.cidhcoimbra.com/>



FILIPA PAIS D'AGUIAR, professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada – Lisboa. Investigadora integrada do CEJEA – Centro de Estudo Jurídicos Económicos e Ambientais. Orcid ID: 0000- 0003-1614-1521. Grupo de Investigação de Direito Público e Teoria Política – <http://cejea.ulusiada.pt/en-us/>. Doutoramento em Direito pela Universidade Lusíada (Lisboa, 2019) sob o tema: “Ne bis in idem e o ordenamento jurídico chinês e português, na atualidade. Subsídios históricos, desafios e aspectos prospectivos.”

³¹ THOMAS, Ian S.; GPT-3; WANG, Jasmine (2022) – *What makes us human? An Artificial Intelligence answers life’s biggest questions*. Sounds True, USA.

A força do galego e das estratégias lusófonas no Tik Tok: Dígocho eu e o público brasileiro

Thayane Gaspar Jorge

Que a lusofonia é uma promissora estrada de tijolos amarelos para a manutenção, a visibilidade e o reconhecimento da língua galega isso é indubitável, e esse tema ficou em evidência com a recente entrada da Espanha na Comunidade de Países de Língua Portuguesa, como membro observador associado (2021). Mas, diferentemente de Dorothy e de seus companheiros no livro *O mágico de Oz* (1939), essa estrada apresenta bifurcações e os galegos parecem estar se dando conta de que há muitos outros caminhos dentro dos conceitos da lusofonia e da Galeguia para encontrar/criar o seu destino.

Muitas expectativas foram acumuladas desde a implementação da iniciativa legislativa popular, a Lei nº 1/2014, conhecida como Lei Valentín Paz-Andrade, que cumprirá dez anos no ano próximo sem colecionar um repertório significativo de frutos para concretizar “o aproveitamento da língua portuguesa e de seus vínculos com a lusofonia”, proposta e premissa desde a sua instituição. Contudo, outros tantos setores culturais bebem desses elos telúricos com Portugal que vêm sendo restituídos e reformulados nos últimos anos, todavia o verdadeiro mérito de todos esses empreendimentos e de seus responsáveis e colabores é justamente terem alargado o seu campo de visão e percebido que a lusofonia não é um percurso que os leva somente até o seu vizinho, estimado e íntimo, Portugal, mas também ao Brasil. A metáfora da ponte atlântica, tão difundida nesta esfera lusófona, é quase literal para nós, estudantes de galego no Brasil. O nosso caminho é por mar, não tanto pela estrada de tijolos, e sim pelas varandas marítimas, como a própria mãe da literatura galega moderna, Rosalía de Castro, sugeriu nos versos que adornam a obra fundante, *Cantares Gallegos* (1863): “*Si a mar tivera barandas. Forate ver o Brasil; Máis a mar non ten barandas, Amor meu, por donde hei d'ir?*”.

Um grande exemplo disso é a aposta que o programa *Dígocho Eu* tem feito nessa ponte atlântica e também na nova rede social do Tik Tok. *Dígocho eu* é um programa de cunho didático e de caráter humorístico sobre a língua galega e que goza da assessoria linguística de Rocío Pérez. O *Dígocho Eu* foi transmitido pela primeira vez em janeiro de 2020 pelo canal galego, TVG, mas que se popularizou surpreendentemente no Tik Tok, ganhando diariamente um quantitativo relevante de visualizações e curtidas. Sucesso esse que se deve ao carisma da jornalista e apresentadora Esther Estévez, e ao dinâmico e bem estruturado roteiro do programa escrito por ela e também pelo idealizador e diretor, Carlos Amado, quem está sempre dinamizando e inovando os quadros.

Não é por casualidade que recentemente o programa foi agraciado com dois importantes prêmios: em 2021 o *Dígocho Eu* recebeu o Prêmio de Cultura Galega na categoria Língua Galega e no ano de 2022 Esther Estévez e o programa concorreram e venceram em duas diferentes categorias no prestigioso Prêmio Mestre Mateo, as categorias de melhor programa e melhor apresentadora. Atrevo-me a dizer que desde a Xeración Xabarín não vemos um fenômeno tão exitoso de promoção do galego entre o público infantil e juvenil como o *Dígocho Eu*, que consegue abordar assuntos que consomem as gramáticas e os defensores da normativa galega por meio de uma linguagem divertida, da presença nas redes sociais e de outros recursos como participação e ação de Esther nas *trends* e nos *challenges* no Tik Tok, o seu trabalho nas escolas galegas, e, especialmente, pelo personagem criado pelo programa, o *Digochiño*. *Digochiño* é “uma raposa muito jeitosa que gosta de aprender” e que ensina o galego por meio de músicas e de pequenas esquetes, que duram menos de três minutos, das quais participam *Digochiño*, Esther e a senhora Virtudes, a vizinha mal-humorada que insiste em chamar a raposinha de cão, performada por María Foscaldo, outra grande joia do galego nas redes sociais com grande apelo popular.

Para quem acompanha o programa desde a sua transmissão original, fica nítido o interesse que o *Dígocho Eu* sempre demonstrou em relação a Portugal e ao Brasil e como essa linguagem jovial, espontânea e rápida foi sendo incorporada nos vídeos destacados

que eram postados ou recortados de programas maiores e que acabaram por recheiar a *foryou* do Tik Tok. Num vídeo fundamental e bastante extrovertido, publicado no dia 27 de janeiro de 2021, a apresentadora Esther explica o uso e as matizes das formas “Galicia” e “Galiza”, e no seu discurso, assim em diversos outros vídeos, a jornalista faz questão de comentar como nós, brasileiros, interagimos com esses nomes. As bandeirinhas de Portugal e de Brasil passaram a ser recorrentes nesses vídeos, as dúvidas sobre as formas usadas na nossa variante de português também e, desde então, Digocho eu abri uma das possíveis portas da lusofonia: as varandas rosalianas.

No ano de 2021, de forma natural, o programa incorporou esse interesse de maneira mais explícita ao roteiro e aos assuntos selecionados nos vídeos, e num vídeo publicado em maio do mesmo ano, Esther apresentou o ator português, Rodrigo Paganelli, que se uniu ao quadro “Apuntamentos lusófonos”, no qual Esther se dedica a encontrar as similitudes e explorar as diferenças entre o galego e o português de Portugal. Entre risadas, dúvidas linguísticas e choque cultural, o programa trilhou um caminho lusófono que me trouxe até o texto que aqui escrevo.

Esses vídeos passaram a ser comentados e repostados por muitos brasileiros que, em sua maioria, estavam tendo, através de Esther, contato com o galego pela primeira vez. A surpresa por entenderem tão bem o galego de Esther quanto entendiam o português lisboeta de Rodrigo fez com que essa porta metafórica que estamos aludindo frequentemente neste texto deixasse de ser unilateral. Eram tantos comentários e participações de brasileiros nestes vídeos que, neste ano, o quadro “Apuntamentos lusófonos” foi retomado em janeiro deste ano, mas dessa vez com a companhia da jornalista portuguesa, Márcia Silva Gonçalves, que se uniu a Esther como jurada e comentarista de um concurso que tem mobilizado muitos brasileiros, “O concurso do mais fofinho” que vai ao ar todas às quartas-feiras entre às 16h/17h, do horário brasileiro,

O concurso foi anunciado no 16 de janeiro de 2023 por meio de uma chamada em que Esther Estévez parodiava a música “Tubarão, te amo”, ritmo de funk que foi um grande *hit* no último ano viralizou no Tik Tok com uma coreografia difundida na *internet*. O concurso foi batizado de “Fofinhos”, pois o primeiro estranhamento linguístico foram os muitos comentários que Esther recebeu por parte dos brasileiros que a consideravam uma apresentadora muito “fofinha”, expressão que no Brasil significa alguém cuja personalidade é gentil, doce, tenra, palavra equivalente a “riquiño”, “feitiño”, em galego.

O programa recebeu 400 candidaturas de brasileiros que precisavam apenas justificar por que gostariam de conhecer a Galícia para, então, ganharem 1.200 euros para serem gastos numa viagem a Santiago de Compostela, onde poderão conhecer a Esther pessoalmente e gravar um vídeo com ela, além de desfrutar dos encantos de se estar na Galícia. Assim como nos torneios futebolísticos, o concurso conta com etapas eliminatórias que acontecem com a participação dos candidatos em *quizzes*, entrevistas e jogos *on-line* que são transmitidos pelo Twitch às quartas, na TVG às segundas e aos sábados esses vídeos são replicados no YouTube e nas redes sociais do programa. A previsão é que em maio, dentre estes 15 candidatos selecionados, conheçamos, por fim, o ganhador, escolhido pelo júri composto pela dupla apresentadora, pelos participantes do *chat* e pelos convidados especiais que surgem a cada semana. O sucesso dessa investida é tanto que os vídeos dos “fofinhos” bateram 1,1 milhões de visualizações no Tik Tok.

A penetração do galego nas redes sociais e o seu apelo ao público lusófono soa surpreendente, entretanto, nós, pesquisadores da língua, reconhecemos que isso é fruto de um trabalho de muitos anos e que nos foi deixado de herança pelos principais intelectuais da língua galega. Notamos o interesse que os galegos tinham na lusofonia, mas é a primeira vez que nos sentimos convidados também ao debate de forma tão direta, espontânea e aberta. De maneira tímida, mas potente, vemos o galego marcar diversos marcos como o de ter uma série em idioma no catálogo da Netflix e em outras

plataformas de *streaming*; de percorrer o mundo pelo Spotify com as canções das Tanxugueiras, grupo que participou da Eurovision e que mobilizou meio mundo para que se fizessem vencedoras deste grande concurso musical; e, agora, vemos o Tik Tok, uma rede utilizada principalmente por um público jovem (faixa etária que parece abandonar cada vez o galego), ser palco de mais um passo que o galego dá em direção à galeguia e à sua internacionalização.

O futuro do galego segue sendo incerto, o consenso no asseio da discussão a respeito da lusofonia, da normativa e do reintegracionismo parece um horizonte alcançável que nos repele, porém já entendemos que o galego pode e deve ocupar todos os espaços que lhe foram negados nos “600 anos de represión contra o noso”, como canta Dios Ke Te Crew. Ainda há gente em cima do muro quando são chamadas a responder àquela pergunta feita por Ricardo Carvalho Calero, quando, em realidade, não parece haver dúvidas que a justifiquem mais, o galego é galego-português. A metáfora d’ *O mágico de Oz* não foi fortuita, todas as vezes que vejo o galego ser abraçado e acolhido pela lusofonia a sensação é a mesma que tomou Dorothy e a sua trupe: tudo que o galego precisa ser para sobreviver ele já é e sempre foi, e a lusofonia é só um dos caminhos para ele voltar à casa. Os demais caminhos, os falantes irão nos dizer à medida que continuarem a falar, dia após dia, a língua própria e natural da Galiza.



THAYANE GASPAS JORGE, é investigadora associada do IGADI. É professora, jornalista, escritora e investigadora de língua, cultura e literatura galega. Graduada em Comunicação Social: Jornalismo (UCB, 2014) e Letras: português/literaturas (UERJ, 2016), pós-graduação em Português para Estrangeiro com a investigação intitulada “O ensino da língua portuguesa na Galícia e a lei Valentín Paz-Andrade: o Modelo Burela” (UFF, 2021), máster em Teoria Literária e Literatura Comparada com trabalho “Galícia, nai e señora? Celtismo e masculinização do nacionalismo galego em Na noite estrelecida” (UERJ, 2019) e doutoramento em Ciência da Literatura desenvolvendo do trabalho “A velha: feminização e redirecionamento do discurso nacionalista na literatura infantil e juvenil galega” (UFRJ, em andamento). Colaboradora do Programa de Estudos Galegos (PROEG) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) onde atualmente atua como professora convidada nas disciplinas de galego sob a orientação da coordenadora Cláudia Amorim.

Nélida Piñon: a ponte galego-brasileira de uma ‘mulher de raça’

M. Carmen Villarino Pardo⁷

Universidade de Santiago de Compostela

Nélida Piñon foi uma mulher forte e, de certo modo (e com a necessária cautela), parecia-se com várias personagens de suas obras, tanto de contos quanto de romances. Era também “uma mulher de raça”, como se alude a Marta, a protagonista da novela *A casa da paixão* (1972).

Esta escritora e intelectual brasileira (Rio de Janeiro, 1937-Lisboa, 2022) sempre manifestou um grande interesse por explicar seu país, sua cultura e, no fundo, por explicar sua singularidade. Foi uma autora ‘herdeira de diversas culturas’ e, muito especialmente, da galega, que lhe transmitiu sua família -procedente de Terra de Montes, em Pontevedra-, e da brasileira, de que sempre se sentiu parte.

Sua presença era habitual, há décadas, em numerosos congressos e encontros internacionais –incluídas feiras internacionais do livro-, para além de em instituições acadêmicas dentro e fora do Brasil. De fato, durante anos viajou com frequência por diferentes lugares do mundo, e não apenas nas últimas décadas em que suas obras foram mais traduzidas e premiadas fora das fronteiras do Brasil (com prestigiadas distinções, como o Prêmio Juan Rulfo -1995- ou o Príncipe de Asturias das Letras -2005) e seus capitais literário e simbólico alcançaram destacada relevância.

A jovem que visitou a terra de sua família na Galiza quando era criança (e onde viveu durante quase dois anos) fez muitas outras vezes essa viagem –física, emocional e ficcional-; mas também descobriu, com apenas dois livros no mercado (*Guia-mapa de Gabriel Arcanjo* e *Madeira feita cruz*) e a condição de escritora recém estreada, um mundo diferente para ela em uma viagem aos Estados Unidos em 1965 –convidada pelo

⁷ É professora Titular de Literatura Brasileira na Universidade de Santiago de Compostela. Vid. <https://orcid.org/0000-0002-1355-3574>; <https://investigacion.usc.gal/investigadores/60661/detalle>. Grupo Galabra.

Departamento de Estado-, que lhe permitiu conhecer colegas de prestígio e comparar sua situação com a dos/as escritores/as de seu país, já mergulhados nos inícios de uma ditadura que se prolongou até 1985.

Em 1990, e com vários livros já no mercado (o último na altura, *Doce canção de Caetana*), entrou na Academia Brasileira de Letras (ABL), quem só em 1977 abriu suas portas às escritoras, com a incorporação de Rachel de Queiroz. Nélda Piñon passou a ocupar a cadeira número 30, proferindo um discurso que intitulou “Sou brasileira recente”. Nele, lembrava as origens galegas de sua família quem, com sua ida para o Brasil, lhe “ofertaram um país de presente” (Piñon, 2002: 78). Poucos anos depois, em 1996, tornou-se a primeira mulher a presidir esta instituição, no momento de seu primeiro centenário. Consciente dessa singularidade, em seu Discurso de Posse como Presidente (“A pátria do verbo”), no dia 12 de dezembro de 1996, lembrava que “tinha gosto em servir à literatura com memória e corpo de mulher” (Piñon, 2002: 10), que escrevia por ser sua “a memória coletiva da minha espécie feminina” e assumia o cargo “como mulher, escritora, cidadã brasileira” agradecendo aos membros da ABL que, “libertos de preconceitos confiaram na minha condição feminina” (11).

Uma voz de escritora que mostrou numerosas e diversas marcas (pessoais e literárias) de sua condição de mulher, ao longo de uma trajetória literária de mais de seis décadas, e cujas lembranças ecoam em dois de seus livros de caráter biográfico: *Coração andarilho* (2009) e *Livro das Horas* (2012). A autora de obras que abordam o erotismo a partir da perspectiva da mulher –publicadas em momentos muito diferentes da história sócio-política do Brasil- como *A casa da paixão* (ACP, 1972) e *Vozes do deserto* (2004) é também a escritora dos contos “Ave de Paraíso” e “Colheita” de *Sala de Armas* (1973) ou “I love my husband” e “O revólver da paixão” de *O Calor das Coisas* (1980), em que aborda a situação da mulher no espaço doméstico.

As protagonistas de seus textos são rebeldes (como Esperança de *A República dos Sonhos* –RS- ou Marta, de ACP), distraídas (Ana, de *Madeira feita cruz* ou Monja, de *Fundador*), submissas como Antonia (RS) ou decididas como Breta (RS). Umas e outras, em geral, encontram nessas atitudes modos de contestar aquilo que lhes foi imposto

socialmente e atingem assim “um espaço próprio para viver, por vezes, fora do habitual ‘destino de mulher’ a que estavam habituadas” (Villarino Pardo, 2000: 418).

Em várias ocasiões, essas personagens aproximam-se de uma imagem que Piñon usou para se referir à Sara bíblica: “dona de uma memória oficialmente submersa” (Piñon, 1994: 55). Ela, ao casar com Abraão (interlocutor de Deus), “condenara-se ao mutismo, a viver uma memória sem nome, sem arquivo” (57). Através desta figura e de forma metafórica e resumida, a autora apresentou uma visão da história das mulheres no texto “A intriga de Sara” de seu livro *O pão de cada dia. Fragmentos* (Piñon 1994: 55-60) ou, de modo mais extenso, na conferência “O sorriso de Sara ou a memória clandestina”, proferida na Universidade de Santiago de Compostela (Galiza) em junho de 1996, como convidada do programa de eventos de seu Vº Centenário.

Nélida Piñon, quem já tinha recebido a Medalha Castelao da *Xunta da Galicia* em 1992 e regressado às terras da família em várias ocasiões, tornou-se -de novo com caráter pioneiro- a primeira mulher a obter a distinção de *Doutora Honoris Causa* da Universidade de Santiago de Compostela (USC), em 1998. Foi uma distinção que homenageou sua premiada e dilatada trajetória como escritora e intelectual, como evidenciou também um colóquio dedicado a sua obra (“Nélida Piñon: diferentes olhares e leituras”) naquela mesma altura, na Faculdade de Filologia da USC⁸. Em seu discurso como *Doutora Honoris Causa*, intitulado “Retorno ao centro”, evocou as memórias galegas -próprias e familiares- para tentar explicar melhor seu percurso literário em que, assinala, “desfruto, como escritora, da pujança e riqueza da língua portuguesa, tenho o Brasil como pátria, sou filha desta amada Galícia” (Piñon, 2002: 66)⁹.

⁸ Após esses, foram vários os encontros organizados pela universidade galega em relação à autora, com destaque -nos últimos anos- para o de 2013 (<https://www.usc.gal/gl/xornal/novas/encontro-parainfo-nelida-pinon>) e, mais recentemente, em outubro de 2022 voltou para uma sessão na Faculdade de Filologia com estudantes e professores/as, que acabou sendo uma homenagem dois meses antes do triste desenlace: https://www.youtube.com/watch?v=Yq-5ayRWohw&ab_channel=UniversidadedeSantiagodeCompostela.

⁹ A cerimônia completa, com os diferentes discursos (também o de seu padrinho, o Prof. José Luis Rodríguez, Catedrático de Filologia Portuguesa da USC), está disponível na seguinte ligação: <http://tv.usc.es/mmobj/index/id/841>.

Como mencionado anteriormente, é também a autora de *A República dos Sonhos* (1984), uma homenagem ficcional ao papel dos emigrantes (especialmente os galegos e galegas) na construção do Brasil. Escreveu também *O livro das horas* –com forte presença do ‘eu’ e de seu universo– em que lemos, com o eco do discurso de 1990 na ABL: “Há muito sinto-me antiga no Brasil. Roubei da história pátria os episódios que me faltavam, e sobra-me agora autoridade para crer em uma nação que reparta benesses” (Piñon, 2012: 137).

São várias as marcas que singularizam a autora carioca e algumas as ‘obsessões repertoriais’ mais presentes em seus textos e depoimentos, como a defesa do ofício de escritor ou a presença da memória e do mundo clássico; mas são, sem dúvida, a condição feminina e a “galegidade” seus traços mais significativos, tanto como mulher quanto como escritora.



CARMEN VILLARINO PARDO é doutora em Filologia Galega pela Universidade de Santiago de Compostela (USC) com uma Tese sobre literatura brasileira (Aproximação à obra de Nélida Piñon. *A República dos Sonhos*, Prêmio Extraordinário de Doutorado) e, na atualidade, é Professora Titular de Literatura Brasileira na USC. As suas pesquisas mais recentes centram-se, fundamentalmente, na análise das feiras internacionais do livro e da literatura e cultura brasileiras contemporâneas, com ênfase nos processos de internacionalização da produção literária (eventos literários, diplomacia cultural, soft power, agentes literários) e na análise de trajetórias e profissionalização do ofício de escritor (Nélida Piñon, Luiz Ruffato).

Referências bibliográficas:

- Piñon, Nélida (1994). *O pão de cada dia*. Fragmentos. Rio de Janeiro: Record.
- Piñon, Nélida (2002). *O presumível coração da América*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks.
- Piñon, Nélida (2012). *Livro das Horas*. Rio de Janeiro: Record.
- Villarino Pardo, M. Carmen (2000). *Aproximação à obra de Nélida Piñon: A República dos Sonhos. A trajetória de Nélida Piñon no sistema literário brasileiro da segunda metade do século XX*. Tese de Doutorado. Universidade de Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións.

A transferência de competências em Portugal no domínio da educação: *Quid* da Lusofonia?

Manuel Altino de Barros Ribeiro

João Casqueira Cardoso

Resumo

A descentralização na área da Educação tem por base o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e ocorre tendo em consideração os desafios de novos modelos de governação, marcado pela necessidade de um maior envolvimento do poder local. Se este processo ocorre num caminho em consonância com o Ministério de Educação, os Agrupamentos de Escola e Escolas não agrupadas, as Associações de pais, e as Juntas de Freguesia, implica para os municípios novos desafios, e novas responsabilidades. Este breve artigo faz um enquadramento legislativo, partindo da meta da descentralização, tendo em consideração, a definição, objetivos, ordenamento da Rede Educativa, em Portugal, o seu conteúdo e os seus parâmetros técnicos. Interroga-se, no final, sobre o potenciais deste processo para a promoção da lusofonia.

Palavras-chaves: Descentralização; Portugal; Educação; Poder Local; Envolvimento.

Introdução

A descentralização de competências na área da educação é um propósito algo recente, em Portugal, e surgiu da afirmação do poder local, alinhado no sentido de aproximar decisões e soluções de forma mais próxima das populações, promovendo paralelamente a coesão territorial, a eficiência e a eficácia da gestão pública. De forma muito pragmática, essa transferência descarregue o governo, ou seja, a vertente central do Estado, de muitas tarefas. Este processo concretizou-se através dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei-Quadro da transferência de competências para

as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, 2018).

Importa salientar que o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que “Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação” (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, 2019), identifica como instrumento de planeamento a “carta educativa” que, segundo o artigo 5.º do Decreto-Lei, é “(...) a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.” Este instrumento é considerado como um recurso essencial de suporte à aplicação das competências locais nos domínios da gestão, planeamento, investimento e promoção do sucesso escolar. A carta educativa, que se voltará e evocar, tem como objetivo, em particular, a identificação dos edifícios e equipamentos, e localização geográfica de todos os níveis escolares abrangendo modalidades especiais de educação, e aspetos que tocam as atividades extraescolares – o que pode incluir a aprendizagem sobre outras culturas, por exemplo de outros países ou regiões do mundo partilhando a língua portuguesa. Deve conter igualmente a estratégia para a promoção do sucesso escolar, as atividades complementares da ação educativa e os estímulos ao desporto.

A legitimidade da transferência de competências na área educativa

Descentralizar as competências centrais do Estado na área da educação, de modo a envolver mais o poder local, pode ter duas vertentes complementares: antes de mais, pode ser visto como uma necessidade, de boa gestão. Mas pode ser visto igualmente como uma forma mais democrática, mais próxima das populações, de efetivar o direito fundamental que é direito à educação.

Partindo deste duplo foco, foi produzida em Portugal uma legislação variada, que serviu de suporte e enquadramento à referida transferência de competências. Nesta perspetiva, como suporte de enquadramento legislativo das políticas descentralizadoras, é importante iniciar fazendo referência à Constituição da República Portuguesa (CRP)(Assembleia da República, 2005), nomeadamente nos artigos 73.º, 74º e 75.º, que definem que é da responsabilidade do Estado promover a educação, cultura e ciência, através da escola ou meios formativos, de modo que permita a igualdade de oportunidades, independentemente da situação socioeconómica, social e cultural, permitindo o evolução da personalidade, do respeito pela diferença, e uma maior responsabilidade na participação social da vida em sociedade. O Estado, em articulação com outros agentes, deve ainda deve garantir o acesso à cultura, apoiar a investigação científica e inovação tecnológica.

Importa frisar que o Estado deve combater o insucesso escolar, e eliminar o analfabetismo através de uma política de educação perene independentemente da idade, assegurar ensino básico para todos, obrigatório e gratuito e progressivamente estender-se a todos os níveis de ensino – isso, em conformidade com o artigo 14.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, aprovado no seio da Organização das Nações Unidas a 16 de dezembro de 1966, e em vigor desde de 3 de janeiro de 1976/01/1976 (em Portugal, o seu início de vigência foi mais tardio: 31 de outubro de 1978). Este artigo prevê: “Todo o Estado Parte no presente Pacto que, no momento em que se torna parte, não pôde assegurar ainda no território metropolitano ou nos territórios sob a sua jurisdição ensino primário obrigatório e gratuito compromete-se a elaborar e adoptar, num prazo de dois anos, um plano detalhado das medidas necessárias para realizar progressivamente, num número razoável de anos, fixados por esse plano, a aplicação do princípio do ensino primário obrigatório e gratuito para todos.” (Ministério Público, s/d).

Note-se que, para além do Pacto sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, Portugal vinculou-se igualmente à Convenção sobre os Direitos da Criança, adoptada

pela Organização das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989, e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990. A Convenção não é simplesmente uma declaração de princípios gerais, mas uma norma jurídica que enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais. Importa ainda salientar que a convenção tem 54 artigos enquadrados em quatro tipos de direitos (direito à sobrevivência, direitos relativos ao desenvolvimento, direitos à proteção e por último à participação). Com a ratificação da Convenção dos Direitos da Criança, Portugal enquanto Estado, o que inclui as suas entidades públicas no seu conjunto, tem uma responsabilidade acrescida no que refere ao direito à educação da criança, nomeadamente presentes nos artigos 28.º e 29.º desta convenção internacional, nos quais é explanando que o Estado deve assegurar a Educação nos diferentes níveis de ensino, e tomar medidas adequadas para mitigar o insucesso escolar e abandono. Paralelamente, o Estado deve igualmente proporcionar o desenvolvimento da sua personalidade, das suas capacidades, aptidões físicas e mentais, que lhe vai permitir o respeito pelos valores culturais e pelos direitos do homem de modo a ter uma vida adulta responsável e, em última análise, harmoniosa (Comité Português para a UNICEF, 2019).

A Constituição Portuguesa vai mais longe, tendo em consideração algumas das especificidades nacional. Aponta para o desenvolvimento da educação pré-escolar, de modo a possibilitar uma maior abrangência de crianças – algo que encontra-se cronicamente aquém das metas. Segundo um recente relatório da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura, Eurydice, que depende da Comissão Europeia, apenas sete Estados-Membros da União Europeia (Dinamarca, Alemanha, Estónia, Letónia, Eslovénia, Finlândia e Suécia) garantem o acesso a prestações financiadas por fundos públicos a todas as crianças desde a mais pequena idade (6-18 meses)(Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura, Eurydice, 2019).

Além disso, a Constituição realça o dever de apoiar os cidadãos portadores de deficiência ao ensino e, quando necessário, ao ensino especial. Existe igualmente um especial destaque relativamente à “língua portuguesa” (*cf.* ponto final) e ao acesso à

cultura dos filhos dos emigrantes, do acesso à educação e da igualdade de oportunidades, não esquecendo os filhos dos imigrantes no acesso ao ensino.

Cabe ainda ao Estado criar uma rede de estabelecimento públicos que vá de encontro com as necessidades da população e efetuar o reconhecimento de fiscalização nos termos da lei do ensino particular e cooperativo.

A Constituição salienta o direito à participação democrática no ensino e na gestão das escolas de alunos e professores, no seu artigo 77.º, e sublinha também as formas de participação na definição de políticas de ensino de associações de professores, de alunos, de pais, das comunidades e das instituições de carácter científico.

A execução da descentralização de competências

A Lei de Bases do Sistema Educativo (ou LBSE), Lei n.º 46/86, de 14 outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo, 1986) estabelece o quadro geral do sistema educativo, em Portugal, focando-se nas políticas educativas e no funcionamento do próprio sistema educativo. No artigo 3.º da referida Lei, define os “princípios organizativos”, do qual importa destacar que o sistema educativo deve organizar-se de forma a permitir “descentralizar, desconcentrar e diversificar” as várias estruturas de ação educativa para ir de encontro com as necessidades das realidades ajustadas a cada meio, de modo que as decisões sejam mais eficientes.

Igualmente, o objetivo é criar ferramentas para reduzir ou corrigir assimetrias de desenvolvimento regional e local, de modo a contribuir para a igualdade no acesso aos benefícios da educação, cultura e ciência. Indo mais longe, visa fortalecer o espectro e o exercício *democrático* através da participação especial de alunos, docentes, na administração e gestão do sistema escolar.

A versão atualizada da Lei de Bases do Sistema Educativo contém as alterações constantes nos seguintes diplomas, que precederam à sua revisão: a Lei n.º 115/97, de 19 de setembro (Lei n.º 115/97, de 19 de setembro, 1997); a Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto (Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, 2005); e a Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto que sofreu a sua primeira alteração pela Lei n.º 65/2015, de 03 de julho, a qual estabeleceu a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade (Lei n.º 65/2015, de 03 de julho (2015)).

Em 2009 verifica-se em Portugal a alteração do regime de *escolaridade obrigatória* através da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, para crianças jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, com o objetivo de que todos os jovens terminem o ensino secundário (Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto (2009)).

Para voltar à pequena infância, a Lei Quadro da Educação Pré-Escolar está patente na Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro, a sua principal novidade assenta na criação de uma rede pública de jardins-de-infância, e caso se verifique insuficiente, apoiar outras entidades na criação. No artigo 6.º encontra-se explanado que o governo irá fixar as condições envolvência das autarquias locais na participação nesse processo.

Precisamente, neste domínio da participação das entidades locais, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto é a Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, tendo presente os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. A transferência para as entidades podia ser efetuada de forma gradual até 1 de janeiro de 2021 (art.º 3.º), e o exercício de novas competências implicou, na prática, um acréscimo de despesas para os orçamentos das autarquias locais, nomeadamente com a gestão e a transferência de recursos patrimoniais (bens móveis e imóveis), e transferências de recursos humanos que passaram a ser geridas pelas entidades intermunicipais e autarquias locais. Assim, verificou-se um reforço financeiro por parte do governo, junto das autarquias locais, para fazer face às despesas.

De facto, o conjunto das novas competências em matéria educativa, e de gestão das infraestruturas, não é modesto. A título de exemplo, o art.º 11.º desta norma define como novas competências, para as autarquias locais: o planeamento, a gestão, o investimento e a manutenção dos estabelecimentos de ensino público de educação, integrado no 2.º e 3.º ciclo do ensino básico, secundário e profissional. Destaca ainda no referido artigo que as entidades locais devem garantir as refeições escolares, a gestão de refeitórios, apoiar na ação social escolar, participar na gestão de recursos educativos e na aquisição de bens e serviços, e finalmente participar na gestão de pessoal inserido nas carreiras de assistente operacional e técnico.

Os órgãos municipais têm ainda a competência de garantir o alojamento, o transporte, assegurar as atividades de enriquecimento escolar, promover a escolaridade obrigatória e participar na organização da segurança escolar. No fundo, os principais elementos que a Constituição Portuguesa refere como tarefas do Estado em matéria de educação são, de jure ou de facto, competências das autarquias locais.

O já referido Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, 2019) preconiza a transferência de competências no domínio da educação ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e regula o funcionamento dos “conselhos municipais de educação”. Destaca no capítulo II instrumentos de planeamento secção I, a já referida “carta educativa”. A carta educativa torna-se um instrumento crucial no planeamento e ordenamento de edifícios e equipamentos educativos e rede de oferta de educação e de ensino, em Portugal, tendo em consideração o amplo leque de competências que detém agora as autarquias locais. Na subsecção III, define que a carta educativa deve conter a caracterização da localização e organização dos edifícios e equipamentos com o respetivo diagnóstico estratégico, projeções de desenvolvimento e propostas de intervenção na rede pública. Na carta educativa, deve constar o relatório, que indique as fundamentais medidas a aplicar e a sua justificação, assim como o programa de execução com a calendarização das medidas elencadas. No que concerne à elaboração da carta educativa, esta é da responsabilidade da Câmara Municipal, aprovada pela Assembleia Municipal do respetivo Município, depois de discussão e parecer do Concelho Municipal de Educação,

e parecer do departamento com competência na matéria, devendo a mesma fazer parte integrante do “Plano Diretor Municipal”. Convém frisar que a carta deve ser obrigatoriamente revista a cada dez anos.

Considerações sobre a lusofonia

Visto numa perspetiva meramente pragmática, a descentralização de competências na área da educação afigura-se como uma inovação potenciadora de mais democracia e de mais autonomia local. Sobretudo, permitiria responder melhor às necessidades locais. Mas muito haverá ainda que fazer para concretizar esse caminho, e para ajustar as novas competências locais com as necessidades. No que diz respeito à lusofonia, e à sua vertente na área educativa – a aprendizagem da língua portuguesa, e a partilha cultural com outros países e entidade não estaduais lusófonas, qual a situação?

Estranhamento, a Constituição da República Portuguesa não refere a lusofonia, embora afirme que “Portugal mantém laços privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa” (Artigo 7.º, n.º 4). Inclui-se nas “tarefas do Estado” o dever de “f) Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa” (Artigo 9 f)). Mas o artigo mais interessante da Constituição, nesse domínio, é o artigo 78.º n.º 2 d), intitulado “Fruição e criação cultural”, e que refere que “incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais: (...) d) Desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os de língua portuguesa, e assegurar a defesa e a promoção da cultura portuguesa no estrangeiro” (Assembleia da República, 2005). Deste último artigo, deduz-se que existe uma vocação descentralizada, ou pelo menos participativa (ou seja, via o poder local), no que diz respeito ao desenvolver das relações culturais com, mais especialmente, os povos lusófonos; e ainda mais especificamente no que toca à aprendizagem da língua portuguesa, notando-se aliás a postura bastante agressiva da expressão “defesa” da cultura portuguesa no estrangeiro.

Inserido de facto no espaço da lusofonia, Portugal tem uma dupla responsabilidade acrescida: primeiro, não pode falhar nas suas reformas e no sucesso das suas políticas na área educativa, pois sabe que é observado por um conjunto de outros oito Estados, e certamente muito mais – sem contar com as entidades não estaduais, com a Galiza. Segundo, a língua portuguesa tem uma *projeção internacional* que passa igualmente pelas autarquias locais. Basta pensar nos acordos de cooperação, ou na gemações. Nesse sector, igualmente, do sucesso das políticas educativas em língua portuguesa é essencial.

Um dos verdadeiros desafios será, no futuro, de descentralizar *verdadeiramente* as políticas educativas, em particular no que diz respeito ao ensino da língua portuguesa. Algumas questões colocam-se, nesse domínio. Por exemplo, será que o ensino da língua portuguesa fora de Portugal deverá necessariamente passar pelo Instituto Camões, entidade ligada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Portugal e, portanto, longe de ser descentralizada?

No caso das relações cada vez mais essenciais para a lusofonia, e fortalecidas em termos de cooperação local (ver o caso das eurocidades fronteiriças) entre o Norte de Portugal e a Galiza, o sucesso das iniciativas na área da educação depende da real margem de autonomia das autarquias locais. No caso da chamada Lei Paz-Andrade, aprovada na Galiza (formalmente Lei 1/2014, de 24 de março, “para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos com a lusofonia” (Xunta de Galicia, 2014) que, concretamente, permite o ensino da língua portuguesa nas escolas na Galiza, o seu real sucesso poderá depender, da autonomia e dos recursos que têm que as autarquias locais – do lado de Portugal, mas igualmente do lado da Galiza. Nesse domínio, como noutros, a centralização mostra os seus limites.

Conclusão

Com a transferência de competências na área da educação, promoveu-se em Portugal não apenas uma descentralização, mas uma verdadeira autonomização do poder local,

permitindo uma potenciação das sinergias e de parcerias. Essas dinâmicas são lançadas para permitir, numa escala local, desenvolver um leque vasto (demasiado vasto?) de iniciativas, atividades, projetos e medidas indutoras de objetivos educativos de sucesso.

Permite, em especial, o enquadramento de políticas educativas ajustadas às carências específicas e às necessidades culturais de cada concelho, com maior eficiência e qualidade na satisfação das necessidades das populações, e esse aspeto pode beneficiar um aprofundamento concreto das relações entre países e entidades territoriais lusófonas.

Segundo a teoria weberiana, atinge-se a máxima eficiência através de um controlo metódico das atividades, como normas e hierárquica bem definidas. Em Portugal, a descentralização segue, a priori, esta linha: é extremamente enquadrada por uma legislação detalhada e abundante. Mas a transferência de competências educativas para o poder local em Portugal poderá ter atingido um ponto que vai bem para além da lógica de boa administração: toca hoje a questão da autonomia e da governação local, a do poder local, capacitado e pronto para dialogar com entidades de outros Estados e outros territórios de língua portuguesa que, já há mais tempo, gozam da autonomia novamente adquirida pelos municípios portugueses.

Manuel Altino de Barros Ribeiro

Doutorando em Estudos Políticos e Humanitários, Universidade Fernando Pessoa
ORCID ID 0009-0001-5510-6609

João Casqueira Cardoso

Professor Associado, Universidade Fernando Pessoa, Coletivo de Estudos das Minorias (CENMIN)/CEPESE.
ORCID ID 0000-0002-0894-452X

Referências bibliográficas

Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura, Eurydice (2019). *Chiffres clés de l'éducation et de l'accueil des jeunes enfants en Europe, 2019*, Luxemburgo: Publications Office, <https://data.europa.eu/doi/10.2797/067904>

Assembleia da República (2005). *Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional*. <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>

Comité Português para a UNICEF (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*. https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf

Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (2019). *Diário da República n.º 21/2019, Série I de 2019-01-30*, páginas 674-749. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/21-2019-118748848>

Ministério Público (s/d). *Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais*. <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/pacto-internacional-sobre-os-direitos-economicos-sociais-e-culturais>

Lei de Bases do Sistema Educativo (1986). *Diário da República n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14*, pp. 3067-3081. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/46-1986-222418>

Lei n.º 115/97, de 19 de setembro (1997). *Diário da República n.º 217/1997, Série I-A de 1997-09-19*, pp. 5082-5083. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/115-1997-653145>

Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto (2005). *Diário da República n.º 166/2005, Série I-A de 2005-08-30*, pp. 5122-5138. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/49-2005-245336>

Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro (1997). *Diário da República n.º 34/1997, Série I-A de 1997-02-10*, pp. 670-673. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/5-1997-561219>

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (2018). *Diário da República n.º 157/2018, Série I de 2018-08-16*, pp. 4102-4108. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/50-2018-116068877>

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (2018). *Diário da República n.º 157/2018, Série I de 2018-08-16*, pp. 4102- 4108. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/50-2018-116068877>

Lei n.º 65/2015, de 03 de julho (2015). *Diário da República n.º 128/2015, Série I de 2015-07-03*, pp. 4572-4572. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/65-2015-67664945>

Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto (2009). *Diário da República n.º 166/2009, Série I de 2009-08-27*, pp. 5635-5636. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/85-2009-488826>

Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto (2009). Diário da República n.º 166/2009, Série I de 2009-08-27, pp. 5635-5636. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/85-2009-488826>

Xunta de Galicia (2014). *LEI 1/2014, do 24 de marzo, para o aproveitamento da lingua portuguesa e vínculos coa lusofonía*. DOG Núm. 68, Martes, 8 de abril de 2014, Páx. 15608. https://www.xunta.gal/dog/Publicados/2014/20140408/AnuncioC3B0-310314-0001_pt.html

A importância dos acordos de cooperação entre os países de língua portuguesa e outros blocos econômicos

Luis Augusto Medeiros Rutledge

Os acordos comerciais e de cooperação internacional visam o fluxo de capitais e desenvolvimento de parcerias entre países que possuem uma agenda de interesse comum. E, quando as relações são entre países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) têm-se como objetivo não somente aumentar os laços comerciais e econômicos entre os países do grupo, mas também criar facilitadores para ações estratégicas da cooperação nos setores considerados prioritários para o desenvolvimento humano dos cidadãos de língua portuguesa.

Vivemos uma época de incertezas na esfera da economia internacional, onde as guerras comerciais, a constante necessidade do exercício da soberania e a crescente dependência energética são resultados da dinâmica da geopolítica global. Portanto, o intercâmbio entre blocos econômicos, sobretudo numa economia por vezes monopolista e setORIZADA, se torna fundamental para reforçar laços econômicos e a consequente promoção do desenvolvimento em áreas como segurança, saúde e educação.

A língua portuguesa é a mais falada do Hemisfério Sul e, logicamente, uma importante ferramenta nas tratativas comerciais entre países que a compartilham. Ao longo dos últimos anos, a CPLP esteve sempre atenta ao desenvolvimento comercial e cooperativo dentro do grupo de países que a compõem. E, visando aumentar a integração científica, o desenvolvimento social e facilitar a migração de cidadãos que compõem os países da CPLP, foi concluída a ratificação do Acordo de Mobilidade por todos os Estados-membros. A partir deste acordo, os cidadãos terão mais facilidade e rapidez nos trâmites burocráticos para se deslocar em qualquer país da comunidade. Em termos práticos, alguns exemplos, entre diversos outros: resposta à crise de mão de obra para revitalização da economia portuguesa, entrada de capacitação técnica, principalmente

brasileira, nas produções *offshore* de petróleo de Moçambique e Angola e menor burocracia no intercâmbio entre estudantes de universidades brasileiras e africanas.

Ao trabalhar em conjunto, a CPLP se apresenta de forma única, onde mais países passam a ter mais força. E, desta forma, esta organização internacional vai ganhando dimensão para aprovar agendas e programas importantes. A coalizão do bloco da CPLP foi fundamental para, por exemplo, abrir caminho para conversações sobre o acordo de livre comércio entre o Mercosul, bloco econômico composto por vários países da América do Sul, entre eles o Brasil, e a União Europeia. Portugal, país-membro da União Europeia e da CPLP, fez em várias ocasiões o papel de país-ponte, através de seu corpo diplomático, entre os dois blocos econômicos. O esforço de Portugal de colocar as questões que são importantes para o conjunto da CPLP permitiu que o Brasil, membro do Mercosul e da CPLP, tratasse de questões fiscais que envolvem a maior economia da América do Sul e o bloco econômico da União Europeia.

O acordo, se de fato for concretizado, permitirá uma janela de oportunidades para o Brasil. Hoje, os produtos brasileiros que são exportados para diversos países da União Europeia enfrentam tarifas de 4,5%, inviabilizando a disputa de mercado com os produtos chineses. Com a eliminação de tarifas comerciais o Brasil poderá dobrar sua participação no importante mercado europeu e abrir portas comerciais para seus pares da CPLP.

Ao longo da última década as relações comerciais não foram expressivas dentro da comunidade de países lusófonos. Desta forma, se torna crucial um maior intercâmbio para fomentar a economia de países que não possuem destaque na economia global. E, para piorar, recentemente todas as economias da CPLP foram atingidas pela pandemia da Covid-19. Numa primeira fase da pandemia, países turísticos como Portugal, Brasil e Cabo Verde, foram por demais prejudicados. E, em seguida, Angola e Brasil, países produtores e exportadores de petróleo, sentiram sensivelmente a retração do consumo energético. Agora, em 2023, é esperado que tanto Brasil e Portugal em suas respectivas retomadas econômicas e com líderes de governos que possuem um maior alinhamento político puxem o crescimento do bloco da CPLP.

A CPLP é um espaço natural de desenvolvimento dos mercados português e brasileiro. Porém, o desnível nos campos econômico e social entre os demais países do bloco acarreta dificuldades para o fortalecimento da comunidade. E, incluir a economia, de forma que todos os países participem ativamente, é o caminho para a inserção da CPLP no mercado global pós-pandemia e guerra da Ucrânia. E o caminho natural para a retomada econômica deve se iniciar junto à União Europeia.

O cenário político-econômico começa a se estabilizar numa União Europeia pós-guerra da Ucrânia, com novos governos eleitos e com suprimento de gás natural numa situação menos crítica que no ano anterior. E, para que bons ventos voltem a soprar no continente europeu novos parceiros econômicos fora do eixo tradicional serão necessários. Esta estratégia favorecerá novos acordos bilaterais e entre blocos econômicos.

E, no setor de óleo e gás, a recente crise energética europeia poderá favorecer os produtores africanos de língua portuguesa. Hoje, mais de 50% das novas descobertas de petróleo e gás na última década estão localizadas em países lusófonos. Este novo ambiente geopolítico poderá favorecer países de língua portuguesa no caminho da segurança energética da economia global.

Em 2022, o comércio entre os países da CPLP foi em torno de 5 bilhões de dólares e essa cooperação deve aumentar, não somente entre Brasil e Portugal, mas também entre outros países de língua portuguesa. Ainda em 2022, durante a presidência de Angola na comunidade, a CPLP aprovou a primeira agenda econômica e dessa forma formalizaram um caminho a percorrido por todos os países-membros para aumenta seu crescimento econômico.

A CPLP tem por natureza alguns fatores favoráveis para seu crescimento. Possui posição geoestratégica de seus Estados-membros que estão distribuídos por diversos continentes, diversidade de recursos naturais e, no caso do Brasil, forte conhecimento tecnológico para desenvolvimento de energias renováveis. Além disso, a presença de

Portugal e Brasil em blocos econômicos, como BRICS, G20 e União Europeia só favorecem o crescimento da comunidade.

E mecanismos para alavancar a economia, em especial de países africanos de língua portuguesa, estão sendo realizados. Portugal fez um acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento para apoiar o investimento privado de empresas de países de língua portuguesa na África com condições especiais dadas pelo banco e, assim, criar mecanismos para investimentos no continente africano.

No campo da diplomacia e das relações internacionais é importante destacar a habilidade de Portugal em inserir questões conjuntas da CPLP na agenda da União Europeia e também nas agências da ONU, em especial, na Comissão Econômica para a África (ECA), onde a promoção do diálogo multilateral e o compartilhamento de conhecimento entre os Estados-membros dão suporte à integração econômica de Angola, Cabo Verde Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

O caminho para o fortalecimento da CPLP deverá ser liderado por Brasil e Portugal, países que possuem estruturas comercial e política consolidadas. Porém, a inserção de países africanos produtores de petróleo no comércio energético global será determinante para o crescimento econômico do bloco e dos países envolvidos. Uma nova geopolítica global está se construindo com o desenvolvimento de cooperações multilaterais. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa não pode perder a oportunidade de fazer parte da reconstrução geoeconômica mundial.



LUIS AUGUSTO MEDEIROS RUTLEDGE é engenheiro de petróleo e possui MBA Executivo em Economia do Petróleo e Gás pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Analista de Geopolítica Energética, Membro Consultor do Observatório do Mundo Islâmico de Portugal e Membro do CERES - Centro de Estudos das Relações Internacionais. Atua como colunista e comentarista de geopolítica energética do site Mente Mundo Relações Internacionais. Pós-graduando em Relações Internacionais pelo Ibmec. Possui 16 anos de experiência em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento entre a UFRJ e o CENPES/PETROBRAS. Colaborador de colunas de petróleo, gás e energia em diversos sites da área. Contato: rutledge@eq.ufrj.br

Referências

EXPANSÃO. Todas as economias da CPLP tiveram uma queda do PIB em 2022. <https://expansao.co.ao/economia/interior/todas-as-economias-da-cplp-tiveram-uma-queda-do-pib-em-2020-103256.html>. Acesso em: 15 abr. 2023.

ONU NEWS. Na União Europeia, Portugal alinha questões relevantes para outros países da CPLP. <https://news.un.org/pt/story/2023/03/1810817>. Acesso em: 12 abr. 2023.

RETO, L. (Coord.); ESPERANÇA, J.; AZZIM, M.; MACHADO, F. e COSTA, A. (2012), O Potencial Económico da Língua Portuguesa. Texto Editora, Lisboa.

O que nos une? A necessidade de pensar os sentidos da lusofonia a partir da literatura lusófona africana

Flávia Abud Luz

O termo lusofonia costuma ser utilizado para designar os países que possuem a língua portuguesa como oficial ou língua materna, sendo que no contexto das relações estabelecidas entre os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP, criada em 1996) observa-se um tom mais estratégico, por assim dizer, que implica no desenvolvimento de projetos de cooperação entre os países que a compõem.

Outro sentido interessante e mais recente para o termo – como apresentou Paula Medeiros (2006) – é justamente seu caráter histórico e político, ou seja, retomando a relação direta entre a atuação colonial portuguesa e seus reflexos para os países que compartilharam aspectos como o domínio e a violência. Medeiros (2006) argumenta, então, que a noção de lusofonia pressupõe esse movimento duplo de reflexão que se localiza no limiar entre a memória do passado colonial recente (principalmente considerando o tardio processo de descolonização portuguesa de países no continente africano) e a possibilidade de esquecimento do mesmo sob a égide da construção de novos Estados. Além disso, a autora destaca a dimensão ideológica da língua no desenvolvimento de identidades cultural e nacional, sobretudo ao apontar as relações de poder e a hierarquia que permearam tais processos.

Ao longo do texto pretendo discutir a importância de refletirmos sobre identidade, cultura, materialidade ao apresentar aspectos dos debates acerca da valorização de saberes locais na América Latina com o intuito de refletir sobre os múltiplos sentidos que podem ser atribuídos à noção de lusofonia com base nos estudos acerca da literatura lusófona africana e seus principais expoentes.

Discussões sobre decolonialidade e saberes locais na América Latina

A atuação de movimentos sociais e grupos identitários foi fundamental para o levantamento de temáticas que não cabiam mais na lógica fragmentada e disciplinar como a violência, os direitos humanos e a educação. No campo do pensamento decolonial observamos na década de 1990 o desenvolvimento de uma série de discussões por parte do grupo Modernidade/Colonialidade (formado por pesquisadores vindos da América Latina e que atuavam em universidades norte-americanas) que tinham como centralidade a reflexão sobre as consequências políticas, raciais, econômicas e sociais deixadas pelo colonialismo europeu que atingiu os povos da América Latina mesmo após os processos de descolonização.

Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Catherine Walsh e Maria Lugones figuram entre os principais nomes desse movimento do pensamento decolonial e trouxeram importantes contribuições para pensarmos a importância que deve ser atribuída aos conhecimentos, saberes, ensinamentos e forma de vivência que tradicionalmente foram colocados às margens e foram pouco valorizados pela academia e instituições formais de ensino no em diferentes regiões do mundo, mesmo aquelas – como a América Latina e África – que viveram e ainda convivem com os efeitos epistêmicos da colonização.

A reflexão epistemológica proposta pelos autores do pensamento decolonial apresentou as contradições dos processos de dominação desenvolvidos pela Europa em seu controle e exploração de recursos de diferentes regiões do mundo, ou seja, apontou que as dinâmicas de poder estabelecidas para garantir os objetivos europeus conduziram à um processo de subalternização dos povos locais que foram dominados que foi complexo e multifacetado. Tal complexidade esteve relacionada as formas de opressão social, economia, racial e de gênero que controlaram as relações entre os povos dominados e dominadores, principalmente se observarmos aspectos como o controle e a construção das subjetividades dos indivíduos, a ameaça às práticas culturais pré-existentes, bem como os saberes acumulados por gerações acerca da natureza, dos cuidados comunitários e das formas de viver coletivo.

A partir de tal contexto a proposta foi justamente de refletir acerca da construção do conhecimento articulado com as relações de poder que assumiram contornos próprios em nas sociedades subjugadas e em momentos históricos, de acordo com a marcha imperial europeia para América, África, Ásia, por exemplo, e com as formas de resistência/ insurgência locais para fazer frente ao poder colonial.

A *colonialidade do saber*, tal qual cunhada por Walter Mignolo (2005), aponta as desigualdades e contradições das formas de conhecimento desenvolvidas a partir da subjugação dos povos não-europeus ao argumentar que a valorização das formas de conhecimento europeias dificultou que os indivíduos dos povos dominados fossem capazes de valorizar as suas próprias epistemes como formas válidas de ler e entender o mundo que os cercava.

Maria Lugones ampliou as discussões iniciadas por Aníbal Quijano acerca da *colonialidade do poder* ao apontar que os efeitos da colonialidade nos processos de subjetividade dos indivíduos pertencentes aos povos dominados, principalmente ao interligarem aspectos como gênero, raça e sexualidade como elementos estruturadores universais das sociedades, algo que silenciou e em muitos casos apagou a existência de outras formas de vivência e organização de papéis nas sociedades na África, Ásia e América Latina.

Um dos desafios da valorização dos saberes tradicionais, mesmo que na perspectiva da pesquisa interdisciplinar, concerne ao fato de seu reconhecimento científico passar por uma avaliação e certificação científica, considerando que é necessário redefinir padrões/ critérios de avaliação para pesquisas interdisciplinares tendo em vista a diversidade metodológica e complexidade. A experiência observada junto aos movimentos de mulheres bolivianas sob a égide do feminismo comunitário, por exemplo, permite observar a importância da retomada de formas de pensar e viver que foram subjugadas ao longo do processo colonial, como a noção de *bem viver*, que parte de uma série de conhecimentos e memórias transmitidos entre gerações, e que confere corpo a uma série de práticas comunitárias acerca da relação entre as pessoas, bem

como de sua relação com a natureza, modelos econômicos e formas de organização da vida social.

A retomada de tais saberes e formas de viver coletivos acima mencionada possui um caráter contra hegemônico ao questionar o individualismo, iniciando uma ética de mobilização capaz de romper com os efeitos da colonialidade a partir das relações cotidianas estabelecidas entre os indivíduos de tais sociedades, ou seja, questionando aspectos como a hierarquia de força, de poder, de gênero, bem como os sistemas de trabalho e economia que se desenvolveram a partir de tal lógica, com vistas a fazer alterações no tecido social.

(Re)pensar as fronteiras: a literatura lusófona africana como chave de leitura

A utilização da língua portuguesa em países africanos após as independências com relação ao poder português é um aspecto recorrente no debate entre autores que se dedicaram a compreender os processos de libertação nacional e também pode ser observado na área da literatura. O teórico, pedagogo e político guineense Amílcar Cabral; o professor e crítico literário brasileiro Mario Cesar Lugarinho; e o escritor português Alfredo Margarido figuram entre os nomes que se colocaram no referido debate, tendo elaborado contribuições importantes desde as últimas décadas do século XX.

O teórico, pedagogo e político guineense Amílcar Cabral (1924-1973), nome central no movimento de independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde, trouxe reflexões importantes acerca do desenvolvimento da consciência revolucionária e o uso da língua portuguesa como forma de alcançar um tipo de unidade em torno da pauta nacionalista, por exemplo. Cabral apostava na busca pelo desenvolvimento de uma consciência coletiva que fosse capaz de desenvolver as mudanças políticas e sociais almejadas, sendo que nesse contexto a língua era fundamental para exprimir a realidade vivenciada, fazer um diagnóstico sobre os caminhos a serem seguidos no processo emancipatório.

A língua e a literatura foram de grande importância nesse contexto de organização dos movimentos de independência, principalmente pelo fato de elaborar a realidade da forma que se compreendesse melhor. Além disso, Cabral também destacou a importância da educação e da reforma do sistema educacional colonial como aspectos essenciais no processo de formação e afirmação das identidades nacionais.

O professor e crítico literário brasileiro Mario Cesar Lugarinho destacou o lugar da língua portuguesa junto aos movimentos nacionalistas, tendo destacado o seu uso na literatura, principalmente dos anos 1950 e 1960, como forma de reivindicação de identidades social e política. Lugarinho apontou que a descoberta, por parte de autores africanos, da literatura brasileira trouxe uma perspectiva importante para inspiração em modelos literários que falam de si mesmos, de interpretações sociais e políticas de sua realidade, evitando assim a repetição dos modelos portugueses. Ao tomar como base a poesia da angola Paula Tavares, Lugarinho aponta a necessidade de refletir acerca da construção de um sujeito poético que ao mesmo tempo distanciava-se de grandes mitos e discursos sobre a nacionalidade (do imediato pós-independência) e apontava para a valorização de vozes silenciadas, como a vozes femininas, suas conexões com a ancestralidade e a importância de discutir as relações de gênero na sociedade. Assim, Lugarinho argumenta que a poesia de Tavares seria “(...) a subversão da de uma ordem binária que pressupõe um dominador e um dominado, um sujeito e um objeto (LUGARINHO, 2003, p.316)” pois em temas como o amor a poetisa apresenta um sujeito que é ao mesmo tempo objeto e sujeito das ações apresentadas.

O escritor português Alfredo Margarido trouxe uma perspectiva crítica com relação ao processo de imposição da língua portuguesa junto as colônias na África e Ásia, apontando elementos de extrema importância que permearam a experiência colonial: como o reforço às hierarquias raciais, sociais, de gênero e linguísticas. Margarido apontou de maneira assertiva algumas falhas do discurso que se pretende universalista e homogêneo com relação aos países que falam português – a lusofonia. Aqui o autor enfatizou que existiam contradições entre o dito reconhecimento de um espaço e uma história em comum, de um lado, e de outro o reconhecimento das violências produzidas ao longo da colonização e a dificuldade dos países recém independentes (considerando

que alguns alcançaram a independência apenas na década de 1970) e suas populações se integrarem à dinâmica capitalista da Europa, que insistia em manter uma distância entre si e o restante do mundo.

Ao tomar a literatura lusófona africana como uma chave de leitura dos possíveis sentidos da lusofonia sugeri uma reflexão sobre a valorização das realidades dos países africanos de língua portuguesa, bem como a importância de refletirmos sobre identidade, cultura, materialidade, aspectos que têm sido mobilizados pelo debate pós-colonial e decolonial desde o final do século XX.



FLÁVIA ABUD LUZ, Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Mestre em Ciências da Religião na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), possui especialização em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e Bacharel em Relações Internacionais pela Fundação Armando Álvares Penteado (2014). Membro fundadora do NEMRI – Núcleo de Estudos Multidisciplinar de Relações Internacionais posterior CERES. Autora do livro: *A Apropriação dos conceitos de Martírio e Jihad pelo Hezbollah e a questão da violência como resistência*.

Referências

LUGARINHO, Mário César. “Dizer ‘eu’ Em África – Poesia E Subjetividade”. **Scripta**, 7 (13), 314-19, 2003.

MARGARIDO, Alfredo. **A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

MEDEIROS, Paula Cristina Pacheco. Lusofonia: Discursos e Representações. **O Cabo dos Trabalhos: Revista Eletrônica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/FEUC/FLUC**, nº1, p.1-28, 2006.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 71-103.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.33-49.

Emigração nos países da lusofonia

Edson Ventura

Dez países em quatro continentes diferentes: esse é o mundo lusófono, que apesar das diferenças culturais, partilha um mesmo idioma.

A colonização portuguesa deixou-nos a “última flor do Lácio” – como já dizia Olavo Bilac – como herança cultural. Fomos a maior colônia de Portugal, mas outros países também receberam a ilustre “visita” dos portugueses. No mundo todo, o português é a língua oficial em dez países de quatro continentes.

Portugal, Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, Brasil, Moçambique, Timor Leste, São Tomé e Príncipe, Macau e Guiné Equatorial: países unidos pelo idioma.

Segundo Jean-Jacques Rousseau não se pode, porém falar de todo ou parte de um tema sem que falemos inicialmente do seu conceito.

O que é um país lusófono?

Os países lusófonos são os países que fazem parte do grupo que tem a língua portuguesa como língua oficial. Ao todo, são 10 países do mundo.

O que é emigração?

A noção de emigração, do latim “emigratiōne”, alude ao ato e consequência de emigrar: afastar-se do local de origem ou residência para se estabelecer em outro. Os seres humanos geralmente emigram para diferentes partes de seu próprio país ou para o exterior para melhorar as condições de vida.

Entre os objectivos dos países lusófonos contam-se, com efeito: “- Promover, sem prejuízo dos compromissos internacionais assumidos pelos países membros, medidas visando a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades imigradas nos

países membros, bem como a coordenação e o reforço da cooperação no domínio das políticas de imigração (...); - Contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos elementos da sua identidade específica, e nesse sentido, promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Países Membros da CPLP - Promover acções de cooperação entre si e de coordenação no âmbito multilateral para assegurar o respeito pelos Direitos Humanos nos respectivos países e em todo o mundo; - Promover medidas, particularmente no domínio pedagógico e judicial, visando a total erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia.” As organizações da sociedade civil no Espaço da CPLP têm dado voz repetidamente a estas aspirações relativas à Circulação.

É desse primeiro que se pretende tratar neste artigo.

A emigração nos Países da Lusofonia

A agilização da emigração entre os países da lusofonia considera-se uma verdadeira aspiração crescentemente manifestada pelos cidadãos dos países lusofonos.

A existência de uma língua partilhada, a Língua Portuguesa, permite um elevado grau de comunicação entre os cidadãos dos seus Estados-Membros e que se faça a experiência espontânea da pertença a uma mesma Comunidade. Simultaneamente, exige que se criem condições para uma maior aproximação entre os Povos de Língua Portuguesa e que se dê tradução prática a esse sentimento de pertença através do que se pode designar como cidadania lusófona, ou cidadania da CPLP.

Nesta senda, foram celebrados acordos em matérias de circulação para servir de facilitadores da integração dos cidadãos de um Estado-Membro nos restantes Estados-Membros, ao contribuírem para a afirmação dessa Comunidade concorrem para concretizar os objectivos que estão na origem da sua formação.

Os Acordos aprovados são os seguintes:

- ✓ Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, nacionais da CPLP;
- ✓ Acordo sobre Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Visto de Curta Duração;
- ✓ Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da CPLP;
- ✓ Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da CPLP;
- ✓ Acordo sobre Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o Atendimento de Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- ✓ Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais de Estados-Membros da CPLP, cuja iniciativa foi de Angola, e que foi feito e assinado em Lisboa a 2 de novembro de 2007;
- ✓ Acordo de Cooperação Consular entre os Estados-Membros da CPLP, feito e assinado em Lisboa, a 24 de julho de 2008.

Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, nacionais da CPLP

Os cidadãos de um dos Estados-Membros da CPLP, portadores de passaporte comum válido que sejam homens e mulheres de negócios, profissionais liberais, cientistas, investigadores/pesquisadores, desportistas, jornalistas, e agentes de cultura/artistas, ficam habilitados a vistos para múltiplas entradas em qualquer dos outros Estados-Membros da Comunidade, com duração mínima de um ano.

A permanência no território de qualquer um dos Estados-Membros realizada ao abrigo deste regime, não poderá, salvo regime mais favorável previsto em legislação interna, ser superior a 90 dias consecutivos por semestre em cada ano civil, a contar da primeira entrada, prorrogável mediante apresentação do respectivo justificativo.

Acordo sobre Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Visto de Curta Duração

Prevê medidas comuns tendentes a agilizar a concessão de vistos de curta duração para os cidadãos da CPLP. Na instrução dos processos de visto de curta duração (trânsito, turismo e negócios) não serão exigidos outros documentos além dos seguintes: duas fotografias iguais, tipo passe (3x4) a cores; documentação de viagem com validade superior, em pelo menos, três meses à duração da estada prevista; prova de meios de subsistência; bilhete de passagem de ida e volta; certificado internacional de imunização/vacinação.

Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da CPLP

Os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa outorgarão reciprocamente aos seus cidadãos visto temporário, de múltiplas entradas, para tratamento médico. O visto terá validade de dois anos, a critério da autoridade consular, e passível de prorrogação por um período mínimo de um ano. Para a concessão do visto, além dos documentos necessários para a instrução do pedido, serão exigidos: indicação médica para tratamento; capacidade para custear o tratamento e meios de subsistência suficientes para a sua manutenção durante o período de duração do tratamento; seguro de saúde válido no território nacional, que ofereça cobertura para atendimento específico; certificado de prestação de serviço de saúde previsto em acordo internacional ou outro meio de ressarcimento, quando o tratamento for efectuado pelo sistema de saúde nacional.

Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da CPLP

Os cidadãos dos Estados-Membros da CPLP, residentes nos outros Estados-Membros, estão isentos do pagamento de taxas e emolumentos devidos na emissão e renovação de autorizações de residência, com excepção dos custos de emissão dos documentos.

Acordo sobre Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o Atendimento de Cidadãos da CPLP

Prevê o estabelecimento de balcões específicos nos principais postos de entrada e saída, sujeitos a controlo, para o atendimento de cidadãos dos Estados-Membros da CPLP sem prejuízo de utilizar os demais canais. Os balcões específicos nos postos de entrada e saída para atendimento privilegiado dos cidadãos dos países da lusofonia, deverão estar identificados e, na medida do possível, serão utilizados nas mesmas condições daqueles destinados aos nacionais do País de embarque.

Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados Membros da CPLP

Adoptaram-se normas comuns para a concessão de visto para estudantes nacionais dos Estados-Membros da CPLP. Consideram-se estudantes, para efeitos deste Acordo, os cidadãos de um Estado-Membro, aceites ou inscritos em curso académico ou técnico-profissional, com um mínimo de duração de 3 (três) meses, leccionado em estabelecimento de ensino reconhecido, situado noutro Estado-membro.

O pedido de Visto deve ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias após aceitação da candidatura a estabelecimento de ensino reconhecido. O visto de estudo terá a duração mínima de 4 (quatro) meses e máxima de 1 (um) ano. A continuação dos estudos permite que o pedido de renovação da autorização de estada seja apresentado 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo de validade da autorização original, devendo para esse efeito o estudante fazer prova de frequência e de inscrição para o período lectivo seguinte num dos estabelecimentos de ensino reconhecidos.

Acordo de Cooperação Consular entre os Estados-Membros CPLP

Estabelece as condições em que qualquer das partes assegurará, na medida das suas possibilidades e nos limites do disposto no acordo, a assistência e protecção consular

aos cidadãos nacionais, bem como a defesa dos interesses das demais partes, nos locais onde estas últimas não disponham de posto consular ou equivalente acessível.

Os agentes consulares de cada Estado-membro poderão prestar socorro, bem como, em circunstâncias excepcionais, e sob a coordenação das entidades competentes da nacionalidade do visado, apoiar o repatriamento, aos cidadãos nacionais de cada uma das outras partes que residam na sua área de jurisdição ou nela se encontrem ocasionalmente, mediante pedido, e desde que provem encontrar-se temporária ou definitivamente desprovidos de recursos e não tenham possibilidades locais de os obter. Os postos consulares de cada parte prestarão assistência às embarcações e aeronaves com pavilhão da outra Parte, bem como aos respectivos tripulantes, quando solicitada pelo respectivo capitão do navio.

Contudo é mister realçar que há muito a fazer para que sejam efectivamente aplicados em todos os países da lusofonia, o que não acontece actualmente. Se forem correctamente aplicados contribuirão fortemente para enraizar a CPLP nos cidadãos dos seus Estados-Membros, porque correspondem a aspirações e esperanças legítimas.



EDSON VENTURA, 37 anos de idade, nacionalidade moçambicana, Licenciado em Ciências Jurídicas e Investigação Criminal, Empreendedor e profissional de Recursos Humanos há mais de 12 anos, técnico profissional de Administração Pública e Autárquica desde o ano 2009.

Membro da JUPLP.

Bibliografia: Intervenção proferida na Reunião do Grupo de Trabalho Alargado sobre Circulação e Cidadania no Espaço da CPLP, a 18 de Junho de 2008. Disponível em: <http://www.imigrante.pt/site-brasilia> e <http://www.cplp.org/Circulação.aspx?ID=185>

Francisco Lucas Pires, Schengen e a Comunidade de Países Lusófonos, Coimbra, Coimbra Editora, 1997, pp.37 e segs.

José Leitão, Estudo Sobre Cidadania e Circulação no Espaço da CPLP, pp. 1-7.

Análise da luta de libertação de Moçambique.

Marcelino Sinete Pangaia

Introdução.

O tema em pesquisa, enquadra-se no contexto da presença dos portugueses em Moçambique, que numa primeira fase conviveram de uma forma pacífica com os Moçambicanos, mas depois começaram a oprimir o povo dentro do seu próprio território, atitude esta que criou um espírito de nacionalismo aos Moçambicanos, pois já clamavam pela sua liberdade e pela sua verdadeira identidade que o colono não-lhe dava, pois o colono via o Moçambicano como lazarento, que não tinha direito de reclamar, somente devia obediência aos portugueses. É através da firmeza, que os Moçambicanos se juntaram e formaram um movimento que desencadeou uma guerra no dia 25 de setembro de 1964, que culminou com a vitória de Moçambique em 1974. Portanto, o nacionalismo moçambicano significou a tomada de consciência, ou seja, o desejo de desenvolver a força, a liberdade ou prosperidade em Moçambique por parte de indivíduos em relação à estrutura socioeconómica do país, buscando a autodeterminação e sua independência.

Causas Sociais do nacionalismo africano.

Segundo Recama (2006:79) nacionalismo africano é o despertar dos africanos, é o ressurgimento de uma personalidade outrora sofrida, é tentativa de opôr-se ao poder do opressor estrangeiro forçosamente estabelecido no continente africano. Daí que se torna importante sublinhar que o nacionalismo só é justificável quando um povo se encontra oprimido. Ele concentra então numa aspiração bruta as diversas forças sociais, igualmente humilhadas e que vivem na esperança. Mas uma vez liberto esse povo, o nacionalismo não pode fornecer resposta seria aos problemas reais. Não passa de excitações estereis e de contradições indefinidas. Torna-se o hábil dos privilegiados, recorrem ao mito da totalidade para fazerem esquecer as desigualdades reais.

De acordo com Silva (1968:43) nacionalismo são reivindicações políticas de uma nação oprimida. Por sua vez Bragança (1978:43) considera o nacionalismo como sendo a tomada de consciência por parte de indivíduos numa nação ou de um desejo de desenvolver a força, a liberdade ou a prosperidade dessa nação.

Causas do nacionalismo africano

A partir da segunda Guerra Mundial os africanos começaram a ter ideias mais precisas sobre como pôr fim ao colonialismo, pois começaram a compreender que a exploração colonial não era apenas de uma tribo ou região, mas de todo um mal que abalava ao povo africano por inteiro, isto é, toda a nação africana. Portanto, tais ideias não tinham caráter tribal ou regional, mas talvez continental ou nacional (Recama, 2006:79).

A conferência de Bandung, realizada em 1955, declarou apoio ao anti-colonialismo e ao combate ao racismo e ao imperialismo, além de debater problemas do terceiro Mundo e questão de não alinhamento.

O massacre de Mueda

Segundo Mondlane (1975:68), o colonialismo português, fomentou o tribalismo a fim de impedir o nascimento de um sentimento nacionalista. Não obstante isso, divididos em vários movimentos, grupos patriotas reclamavam a independência por meio de greves e manifestações. Em 1960, uma concentração espontânea e pacífica, em Mueda foi reprimida selviticamente, deixando um saldo de 500 mortos, facto este que convenceu os Moçambicanos de que o diálogo pacífico com os colonialistas era inútil.

Importa salientar que, em Moçambique, já existiam três movimentos de libertação, nomeadamente: A União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) esta foi constituída por Adelino Guambe, com apenas 19 anos de idade, em outubro de 1960 na Rodésia do Sul actual Zimbabwe. Seus membros provinham em grande parte de Manica, Sofala, Gaza. Mozambique African National Union (MANU) primeira organização a se formar em Tanganhica em 1959. E União Nacional Africana de Moçambique

Independente (UNAMI) surge em 1961, na antiga Niassalândia (actual Malawi), com base em emigrados das zonas de Tete, Zambézia e Niassa.

Trata-se de movimentos separados entre si, em que alguns membros nem sequer sabiam da existência dos outros movimentos. Esta situação não ajudava na conjugação de esforços e estratégias para-se derrubar o sistema colonial em Moçambique.

De acordo com o colaborador do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, Carlos Fontes, o processo unificador destes partidos foi assumido em especial pela UDENAMO que convocou para janeiro de 1962, uma reunião com MANU e UNAMI. Nessa reunião organizou-se o Comité de Unificação dos Movimentos Nacionalistas de Moçambique, presidido por um dirigente da UDENAMO, Uria Simango, filho de pastor protestante.

Surgimento da Frelimo

A FRELIMO foi criada para combater o colonialismo português, ou seja, para combater um sistema de exploração, um sistema de opressão, um sistema não democrático. A FRELIMO queria criar um Moçambique unido e democrático, isto é, onde o povo pudesse escolher o seu governo, participar nele e tomar parte na discussão dos assuntos do país (Frelimo, 1967).

A FRELIMO, surgiu em decorrência de um processo de negociações que levou à união de três organizações nacionalistas, a União Democrática Nacional de Moçambique (Udenamo), a Mozambique African National Union (Manu) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (Unami), de carácter regional, com o objectivo de agregar forças na luta pela independência nacional, forjando uma frente comum para liquidar o colonialismo português e todos os vestígios do imperialismo (Pachinuapa, 2005:10).

Em fevereiro de 1961, Eduardo Mondlane efectuou uma viagem a Moçambique. A dinâmica dos acontecimentos mostra que esta viagem serviu para Eduardo Mondlane

conhecer melhor a situação real no terreno. Durante a sua visita organizaram-se manifestações de recepção, pintaram-se cartazes denunciando o governo colonial e prepararam-se também panfletos distribuídos pelos correios em vários pontos do país. Estas e outras actividades clandestinas levaram nacionalistas como Albino Mahehe, Amaral Matos, Virgílio Lemos e outros a cadeia, em 1961.

Durante a sua visita Eduardo Mondlane, teve ensejo de se reunir com diversas personalidades com quem refletiu sobre mecanismos de libertação do seu país. Em 1962, Eduardo Mondlane chegou a Dar-es-Salam, país este que acabava de ascender sua independência nacional e outros países ainda estavam em processo de negociação de independência por via pacífica, como é o caso da Zâmbia e do Malawi.

Segundo Pachinuapa (2005:12) Eduardo Mondlane convence os diferentes grupos da necessidade de se unirem, aspirações que concretiza em 25 de julho de 1962, na Tanzânia com a criação da FRELIMO, constituída por militantes e organizações de todas as regiões e etnias do país.

O I congresso da Frelimo

O I congresso da Frelimo realizou-se nos dias 23-28 de setembro de 1962 em Dar-es-Salam, três meses após a unificação dos três movimentos nacionalistas por essa época existentes no país. O I congresso foi dirigido por Eduardo Mondlane, que foi eleito presidente do movimento de libertação, Uria Simango como vice-presidente, Pulo Gumane como vice-secretário geral, Silverio Nungo como secretário das relações externas e Leo Millas como secretário para cultura e informação. Foi neste congresso que se definiu o sistema colonial como alvo a derrubar na guerra pela autodeterminação dos Moçambicanos (Frelimo, 1967).

Partes envolvidas na luta de libertação de Moçambique.

Após dois anos de actividade organizativa e política clandestina, a Frelimo a 12 de outubro de 1963, egiu uma negociação directa ao governo português, acerca do futuro do território Moçambicano, mas o governo português não aceitou a ideia, o que fez com

que se desencadeasse a guerra em 25 de Setembro de 1964, a luta armada para conquistar a independência total e completa (*Ibid*).

A guerra rebentou com um ataque a uma base militar no norte de Moçambique fora nitidamente assinalada muito tempo antes por as partes. Chipande estava à frente de um grupo de 12 homens que atacou um posto administrativo na localidade de Chai, matando o chefe do posto e outras seis pessoas. As acções estender-se-ão de Cabo Delgado ao Niassa e Tete até atingir a região da Beira, no final da guerra. Portanto, historicamente, Chipande é considerado como o primeiro que disparou o primeiro tiro que deu início ao conflito. Normalmente, uma guerra é antecedida por algum tipo de contacto entre nós combatentes, mas neste caso, os dois lados não reconheceram a existência um do outro.

Proclamação da Independência de Moçambique

A 25 de Junho de 1975 foi proclamada a independência de Moçambique, território que durante muito tempo foi colonizado por Portugal a partir dos finais do séc.XV e inícios do séc.XVI. a guerra colonial terminaria com golpe militar dev 25 de Abril em Portugal e, no seguimento dos acordos de Lusaka a 7 de setembro de 1974, teria lugar a passagem de administração do povo moçambicano, a 25 de junho de 1975.

Conclusão

Em gesto de conclusão da presente pesquisa, importa destacar os acontecimentos que assolaram ao povo Moçambicano, dando menção que um dos marcos que permitiu a ocupação portuguesa em Moçambique, foi a conferência de Berlim, realizada entre 1884 e 1885, onde estiveram reunidas 14 potências imperialistas do século XIX, para debater a ocupação do continente africano.

Importa referir que a estratégia militar empregue pela Frelimo, durant a luta de libertação, criou condições à Frelimo, alcançar com êxito os objectivos definidos e tendo resultado a obrigação do governo português a reconhecer formalmente o direito do

povo Moçambicano à independência Nacional e transferência da soberania que detinha sobre o território Moçambicano.



MARCELINO SINETE PANGAIA, Doutorando em Estudos de Desenvolvimento; Mestrado em Administração Pública e Licenciado em Psicologia das Organizações e do Trabalho pela Universidade Politécnica - Moçambique

Docente da Universidade Eduardo Mondlane- Faculdade de Educação e Especialista do Regime Geral do Ministério das Obras Públicas Habitação e Recursos Hídricos – Moçambique. Convidado do CERES.

Referências

União dos três movimentos sendo UDENAMO, MANU, UNAMI, para a fundação da FRELIMO em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, em 25 de Junho de 1962. (FRELIMO, 1962).

Pachinuapa, Raimundo Domingos. Do Rovuma ao Maputo: a marcha triunfal de Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique.

Mondlane, Eduardo Chivambo. Lutar por Moçambique, declaração da luta armada. (Mondlane, 1975:68).

O papel do povo Moçambicano nas zonas libertadas, consolidando a Unidade Nacional (FRELIMO, 1967).

Recama, Dionísio. Povo Moçambicano como elemento determinante na luta pela independência. Maputo.

O impacto da Diplomacia Cultural na Política Externa: Caso da relação Portugal-Moçambique

Jaime Antonio Saia

A diplomacia cultural representa hoje um dos temas mais discutidos e de difícil explicação no campo das ciências sociais, daí a razão porque diversas pesquisas sobre este tema, e em particular na área científica das Relações Internacionais, procuram aprofundar estudos acerca da diplomacia cultural com o propósito de apresentar uma imagem mais próxima da contemporaneidade para compreender a posterior, pois Diplomacia cultural é de maneira geral a actuação dos países no âmbito das relações internacionais por meio de acções simbólicas as quais têm sido utilizadas com objectivos mais diversos.

A globalização encurtou distâncias e facilitou o intercâmbio de informação e pessoas, colocando assim o tema cultural no centro dos debates. Em conjunto com temas tais como direitos humanos, democracia, meio ambiente e terrorismo, as relações culturais também passaram a ocupar espaço na agenda externa dos Estados (Bijos & Arruda, 2010).

A diplomacia cultural se configura como uma importante ferramenta de obtenção e desenvolvimento de vínculos internacionais. Por muito tempo foi considerado que as relações culturais entre Moçambique e, principalmente, a Europa e América do Norte aconteciam em uma única direcção, nas quais as políticas culturais europeias e norte-americanas impactavam em Moçambique, mas o contrário não ocorria (Dumon & Fléchet, 2014).

A mesma literatura analisa a questão da Política externa de Moçambique a partir de duas Principais linhas de abordagens, a primeira defendida por Zeca (2015) onde olha para questões da política externa como sendo políticas relacionadas com o desenvolvimento de uma nação e a outra, defendida por Figueira (2011) onde

analisa a questão da Política externa como sendo algo ou políticas produzidas fora do contexto nacional.

Por outro lado, Massangaie, (2017) aponta que a Política Externa de Moçambique foi definida pela primeira vez em 1977, durante o III Congresso da FRELIMO. Nesse período, sob liderança de Samora Machel, Moçambique tornou-se um país de orientação marxista-leninista e a política externa caracterizava-se pelo não-alinhamento e “fazer mais amigos e menos inimigos”. Contudo, com a morte de Machel e a ascensão de Joaquim Chissano à presidência de Moçambique, há uma virada na Política Externa Moçambicana e uma maior aproximação ao mundo capitalista Ocidental.

A partir de 1987, Moçambique começa a implementar os planos de reajustamento estrutural definidos pelo FMI e Banco Mundial, transformando a sua economia socialista em economia de livre-mercado, abrindo-a à entrada de produtos estrangeiros, privatizando as empresas estatais. Sobre o desenvolvimento dessas relações e da política externa Gomes (1990: 57) destaca que desde a constituição dos Estados nacionais, estes têm predominado na vida internacional e sendo nela os seus actores principais, senão exclusivos. Na verdade, até há bem pouco a sociedade internacional era basicamente uma constelação de Estados justapostos, ligados entre si por relações de interesse ou de força, orientando-se apenas por vagas indicações dum direito internacional embrionário e desprovido de mecanismos sancionatórios.

As únicas formas de organização existentes eram rudimentares e consistiam em relações de domínio ou de equilíbrio de forças, em alianças temporárias contra inimigos comuns e em sistemas de representação mútua, através da acreditação de diplomatas (Gomes, 2012:57).

Quando as relações internacionais se expandiram a um nível mais significativo, no qual deixaram de ser pontuais, ou seja, desempenhadas por grupos específicos de povos e tomaram proporções globais, a necessidade de uma estruturação nessas relações se tornou mais evidente. Quanto a percepção da relação de

interdependência das nações, importante preceito para o estabelecimento estrutural de relações diplomáticas, (Gomes 1990:59) apresenta que “a política externa trata dos interesses do Estado em relação à comunidade internacional. Nenhum Estado é autossuficiente; todos são, mesmo as superpotências, interdependentes”.

Justificativa

A escolha do tema em abordagem deve-se ao facto de hoje em dia as relações entre Portugal e Moçambique, na área da Diplomacia cultural serem cada vez mais boas devido a troca de experiência entre os mesmos, que aproxima os dois povos que no passado estiveram divididos por questões históricas e que hoje em dia usam a Diplomacia como forma de resolver os seus problemas e unir os povos, com relação à diplomacia arcaica ou clássica, podemos ter dúvida quanto à representatividade cultural dos seus agentes, tal dúvida desaparece a partir do mundo medieval árabe, ocidental, oriental. E desaparece no sentido de que o diplomata de então é quase invariavelmente um padrão de homem culto do meio que representa.

As teorias tradicionais de Relações Internacionais, principalmente a Realista, tratam o Estado como “actor unitário”, sendo suas principais análises definidas pela natureza anárquica do sistema internacional e pelas acções estatais, como resposta às forças externas, sem analisarem determinantes domésticos nas escolhas governamentais conforme diz Allison citado por Lima, (2013). Outra premissa intrínseca às análises convencionais é a separação ontológica entre os campos interno e externo.

As duas ideias são questionadas pela Análise de Política Externa (APE), que procura desvendar o Estado e os impactos de seus elementos internos, os quais se relacionam com os acontecimentos internacionais (Lima, 2013). Daí a importância desta pesquisa para âmbito socialé por demonstrar como pode ou tem feito o país para se posicionar na cooperação internacional.

Estratégias entre Portugal e Moçambique para o reforço da Diplomacia Cultural

Segundo Gomes (2005) a visão estratégica entre os dois Estados visa reforçar as relações bilaterais existentes entre eles. Com o fim da Guerra Fria, a experiência histórica mais recente do processo da globalização trouxe uma renovada consciência e uma nova actitude quanto às relações Norte-Sul. É esta consciência que está na base de transformação histórica do papel da cooperação internacional a que se assiste, nos nossos dias, em especial desde a Cimeira do Milénio no ano 2000.

De uma forma cada vez mais vincada, os países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) e em particular os da União Europeia, entendem as suas políticas de cooperação como elementos integrantes das suas estratégias para a globalização.

Para Portugal a cooperação constitui também um dos pilares da sua política externa e um instrumento imprescindível na sua relação com o mundo, reflectindo-se essa política sobretudo em três vertentes (Ibid):

1. A relação preferencial com os países de língua portuguesa, em particular os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor Leste.
2. A promoção da língua portuguesa no mundo como comunidade linguística de valor histórico e trunfo na actual era da globalização.
3. A promoção da nossa capacidade de interlocução e influência em redes temáticas internacionais, orientado a nossa cooperação bilateral e multilateral no proveito das vantagens existentes em alguns dos centros internacionais de decisão.

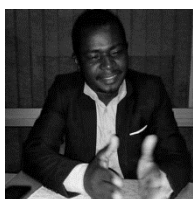
Conclusão

A pesquisa desenvolvida tinha como tema o impacto da diplomacia cultural na política externa: caso da relação Portugal-Moçambique. O Impacto da Diplomacia Cultural na Política Externa: Caso da relação Portugal-Moçambique, chegamos à conclusão de que a diplomacia cultural usa de uma forma específica a relação cultural para a consecução de objectivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou económica.

Com relação ao poder e suas formas de se manifestar na Relações Internacionais concluímos que todas as nações exercem algum poder, embora em diferentes níveis, para afirmar seus princípios norteadores e estruturar vias de cooperação internacional. O exercício desse poder se distingue por meio de seus objectivos e princípios basicamente entre *Hard Power* e *Soft Power*. Enquanto o *hard power*, apresenta-se com um viés coercitivo, como o uso da força militar para alcançar objectivos nas políticas externas, o *soft power*, em sua essência se baliza na persuasão.

A cultura desempenha um papel importante nas relações internacionais e somente quando os Estados reconhecerem a existência das diferenças e das semelhanças de cada um no cenário global, encontramos, sem dúvida, uma lição útil e valiosa de como o outro funciona, para que então consigam se comunicar de maneira mais efetiva e evitem o surgimento de conflitos.

No decorrer da nossa pesquisa, tivemos a percepção de que as relações internacionais têm passado por avanços significativos que desafiam o actual balanço do status quo, e que, embora possível em algum futuro distante, à medida de que antigos valores vão sendo deixados para trás por conta de sua inadequação à realidade do século XXI, o mundo em que vivemos hoje ainda é um mundo que passa por transições confusas e ainda sem respostas concretas para seus conflitos. Embora a cultura tenha um valor inestimável no jogo entre os Estados, ela sozinha não seria capaz de resolver todos os problemas contemporâneos. A cultura, porém, continuará sendo primordial para o desenvolvimento de uma nação.



JAIME ANTÓNIO SAIA, Licenciado em Relações Internacionais e diplomacia pela Universidade Joaquim Chissano (Maputo, Moçambique) Mestrando em Resolução de Conflictos e Mediação. Analista da política internacional na TVM (Televisão de Moçambique), SoicoTV (Stv), na MédiaMaisTV, FTV, pesquisador do Centro de Estudos das Relações Internacionais (CERES), palestrante em áreas sociais e políticas em Moçambique. Com ampla experiência em gestão de empresas.

Referências Bibliográficas

- Cervo, A. L. (2008) *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva.
- Chakraborty, K. (2013). *Dicionário de Diplomacia Cultural*. Berlin: Center for Cultural Diplomacy Studies.
- Collier, P. (2013) *Exodus: how Migration is changing our world*. New York: Oxford University Press.
- Da Silva, C. A. S. (2015) *A política migratória Moçambicana para refugiados (1998-2014)*. Curitiba: Íthala.
- Dos Santos, J. L. (2017) *O que é cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Eagleton, T. (2011) *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora Unesp.
- Fortin, M.F. (2000) *O processo de investigação*. Loures: LUSODIDACTA.
- Fortin, M.F.; Cote, J.; Fillion F. (2009) *Fundamentos e etapas no processo de investigação*. Loures: LUSODIDACTA.
- Gil, A. C. (2008) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Gomes, Sergio (2012) *Imigração e fluência cultural: dispositivos cognitivos da comunicação entre culturas legais*. Maputo.
- Hall, S. (2015) *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Lafer, C. (2014) *A identidade internacional Moçambicano e a política externa Moçambicana: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. de A. (2007) *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas.
- Malhotra, N K. (2005). *Introdução a pesquisa de marketing*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

O apreço lusófono ao rap contestatório: A força sociopolítica do hip hop moçambicano

Aline Batista dos Santos Silva

Compreende-se que decorrendo de maneiras similares como na conjuntura de inúmeros países de origens e raízes africanas ou não, a musicalidade do rap de início foi importada pelos Estados Unidos da América, como produção estadunidense originária, com enfoque no público juvenil, haja visto a noção de subversão e impulsionamento dessa camada da sociedade nas composições ritmadas. Todavia, após alguns anos de “internacionalização” dinâmica do gênero musical, o rap moçambicano foi empossado de uma reconfiguração, reestruturação para com uma simbologia própria, lançando músicas redigidas na língua portuguesa, abarcando a denúncia de condições sociais e políticas em reais experiências.

Na conjuntura de Moçambique, constata-se que os denominados rappers mais engajados e em posse de um pseudo radicalismo, constituem uma minoria no cenário do Estado. As figuras simbólicas e representativas do gênero musical auferiram memorável influência na juventude, com especificidade na zona urbana e no que concerne a nova configuração de praxes, as práticas e costumes, com enfoque na priorização dos direitos humanos, pela objetivação de uma distribuição igualitária no segmento socioeconômico, discursando sobre problemáticas sociais que cerceiam a injustiça e a sucessão de decisões corruptas no palco governamental, sob arbitrarias ações que negligenciam camadas da sociedade.

Tudo isso com uma ascendência musical visibilizada, ao mesmo que ainda midiática e politicamente disfarçada, haja vista a conjuntura política reacionária condicionada de um modo constante e ausente de alterações na contemporaneidade, sucedendo apenas um partido político empossado de poderio e influência, decorrendo de espaços reduzidos para que se proporcione um diálogo público e o protagonismo nacional. Logo,

a ideia de uma disrupção emanada com amparo da musicalidade é recurso excepcional para que se declare um posicionamento advindo da população, condição que salvaguarda notoriedade aos rappers e figuras artísticas que performam o sinônimo de oposição e da controvérsia.

Ainda sobre o cenário moçambicano, percebe-se que a priori, a associação dos recursos para controle e o monitoramento no Estado constituído com uma democracia visivelmente limitada, compiladas à uma indústria cultural regida pela mesma instrumentalização, faz com que seja priorizada e prevalecida a disseminação de um hip-hop, um gênero musical, de majoritária comercialização e sob pouca profundidade no diálogo social e político, haja vista que a ausência de barreiras disruptivas viabiliza maiores espaços na mídia estatal, com um sucesso publicizado auferido. Porém, cabe uma ressalva de que, em ambos os universos, governamental ou comercial, indireta ou diretamente, vê-se a regência da elite.

E de homenagens póstumas se reconfiguram mobilizações: O legado do Mano Azagaia.

O rap moçambicano possui uma figura referencial que excede a posição de ícone ativista, alcançando contemporaneamente configurações de recurso geopolítico e com relevância musical nos Estados lusófonos. Edson da Luz, comumente conhecido pelo nome artístico de Azagaia (falecido aos 38 anos de idade, no dia 09 de Março de 2023), foi uma figura pública sob midiática projeção ao longo de sua carreira, dispendo enfoque político com a uma jornada que objetivava a defesa de causas sociais, acompanhando explícitas críticas sobre Chefes de Governo que governavam Moçambique, elencando indignações e o seu específico posicionamento na harmonização dos seus versos e ritmização de suas rimas.

Em diversas ocasiões, Azagaia foi preso e recebeu ameaças advindas pelas jurisdições moçambicanas, sob justificativa da maledicência do conteúdo de suas composições, que

sustentavam uma posição de afronta e criticidade às autoridades políticas em vigência. E com referência a essa conjuntura com encaixos posicionados pelo Estado, presenciou-se no ano de 2016 o cancelamento de uma das apresentações do músico, sem razões reais e, de acordo com as próprias mídias sociais do artista, a emissão dessa proibição possui origem na Frelimo (um acrônimo para a Frente de Libertação de Moçambique), instituição que exercia autoridade à época e que enxergava ameaças políticas em sua musicalidade.

Comunicado o seu falecimento, as reações de surpresa e melancolia foram expressadas e inclusive, acompanharam pesares de autoridades moçambicanas (em específico com a fala da Ministra da Cultura sobre o impacto do artista). A admiração à Azagaia advinda do público jovem e os seus fãs de uma maneira geral, auferiu em organizações de reuniões como vigília, para demonstração de solidariedade aos seus familiares, com uma lusófona comoção que mobilizou Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Angola, concentração de enorme repercussão e significado. E de modo “conclusivo”, passeatas possuíam como propósito uma despedida realizada na celebração do enterro, no dia 14 de Março de 2023.

Homenagens seguiram aplausos e incontáveis lágrimas no decurso do funeral que seguia mais de 20 quilômetros sob preces e icônicas canções do emblemático Edson da Luz. Todavia, o simbolismo do cenário melancólico e as almejadas despedidas não possuíam a conclusão aguardada pelos seguidores de Azagaia como músico ativista e figura pública, pois quando os fãs se mobilizaram rumo ao cemitério, os mesmos foram impossibilitados pela força policial que impedia a passagem de um dos caminhos da procissão fúnebre com a justificativa de que a localidade seria imprópria. Logo, houve a mudança da direção do cortejo, para que desviasse da Presidência da República, o que impulsionou reações.

O que os veículos de comunicação elencam nas derradeiras semanas, menciona um famigerado “impulso” após o falecimento da figura artística de Azagaia, na qual liderou os “despertares” políticos em camadas da sociedade do Estado moçambicano, que viviam uma “inércia” decadária. Ainda que suas composições não correspondessem à alguma ameaça palpável para a governabilidade Frente de Libertação de Moçambique, eminente Frelimo, empossada de poderio e influência desde a independência do país em meados do ano de 1975, a caracterização da sua oposição à corrupção aos governos nacionais designava incômodos aos detentores de governança, pelo sucesso e o alcance juvenil.

Em concisa análise conjuntural, cabe um retrospecto sobre a instituição da Frelimo como pseudo “hegemonia” política e a detentora de uma autoridade ainda em prevalência. Enfim, antecedendo a sua denominação de partido político, com fundação em meados de 1962, institui-se a priori como uma mobilização nacionalista que lideraria o conflagratório processo de independência do Estado Moçambicano, esse colonicamente dominado pelos portugueses, nas quais objetivavam a exploração do ouro extraído nessa localidade. Após o devido êxito do movimento de “emancipação”, a entidade angariou uma enorme força no contexto nacional e ainda global, sob posse do sinônimo de domínio e arbitrariedade.

E de um modo sucinto, a Frente de Libertação de Moçambique resistiu à queda do Muro de Berlim (no ano de 1989), reconfigurou-se para o sistema capitalista, sob adequação aos que designavam como uma democracia burguesa, com aquisição de sucessivo apoio no globo, em específico das principais potências ocidentais do Sistema Internacional no período, um reconhecido desígnio de influência. Nesse viés, como um vindouro partido político, cabe a menção de uma posse de “proveitos” do cenário dividido, com vulneráveis e escassas possibilidades para oposição eleitoral, característica que sucedeu sucesso para as próximas campanhas políticas e ainda eleições dos anos sequenciais ao ocorrido.

Compreende-se que a ausência de uma consolidada oposição, hoje embasa a justificativa para a depreciação e o enfraquecimento do partido político nos diálogos que cerceiam a opinião pública nacional e análises advindas do Sistema Internacional. Na condição atual, o ordinário comodismo é companhia da estruturação do aparelho do Estado, de maneira paradoxal, contempla-se o extravasamento da escassez em aspectos de governança e de governabilidade. Nesse sentido, as memoráveis rimas de Azagaia apropriam-se do vazio de discurso, calcificando necessidades negligenciadas e elencando possibilidades já não mais vislumbradas pelo desuso no exercício do senso crítico político, instaurando fôlego.

A expansão da consciência pela conectividade melódica lusófona: Ideia que ressoa.

A apropriação dos conceitos revolucionários advindos do pós-independência, angariou no subjetivo palco para diálogo eficaz de Azagaia para com uma efervescente benesse da opinião pública, ainda que de um modo exclusivo na audição das suas composições, com a “prerrogativa” artística do próprio hip-hop. Todavia, o seu óbito, mesmo que sob causas naturais identificadas, proporcionou vazão para a perpetuação do seu legado e a exposição da identificação do público para com as suas mensagens, no recurso de uma mobilização para memória e, com égide de uma esperança revolucionária. E é uma ironia nada casual a de que a população defenda os mesmos ideais já aplicados pela oposição.

E caso as suas canções fossem agora revisitadas, o ocorrido do mês de março de 2023 possuiria excepcional “Trilha sonora”, já que possuía menção mesmo com a inexistência do acontecimento. Não é uma incoerência ou algum acaso do destino pela culturalidade, haja visto que as suas melodias narravam do passado à realidade experienciada no local, mencionando de injustiças às desigualdades presenciadas nas camadas negligenciadas da sociedade. Toda a repressão do Estado Moçambicano à homenagem instaurada nesse ano, referência a razão de existência da figura icônica de Azagaia, o que não só

sustém mas exemplifica o porquê do “desespero” estatal sob o real receio de levantes populares.

O nível de conhecimento das relações internacionais e da consciência política de Azagaia sobre o espectro da realidade nacional para com iniciativas e realizações no globo é algo passível de consideração. As suas músicas carregam profundas discussões, não única e exclusivamente com o peso de “chamadas” revolucionárias, mas carregadas de discursos fundamentados em dados e acontecimentos históricos, que influenciaram na conjuntura hodierna do continente africano e, em específico, da problemática vivenciada no Estado Moçambicano, diferenciando a posse de recursos e influências da elite, em detrimento de camadas sociais desprezadas em arguições no campo de políticas públicas, se iniciadas.

Há um diálogo lusófono no espaço para comentários dos seus vídeos, os disseminados nas mídias/redes sociais e/ou no YouTube, como um veículo que une essa comunidade formada pelas nações e indivíduos na qual partilham o mesmo idioma. Porém, não só de elogios relacionadas à musicalidade se vive o legado do poeta referencial do rap, hip-hop, levando em consideração as mensagens de similaridade que comparam as realidades intercontinentais, posicionando suas identificações para com as composições, na qual são elencadas as problemáticas análogas. Em suma, a ideia de ciclicidade nunca foi mais ilustrada do que pelas melodias que ressaltam os resquícios e resultados da colonização.

O incentivo ao raciocínio crítico-analítico disseminado nunca foi recurso mais feroz do que com a ascensão da popularização das mídias/redes sociais, instrumentalização que agora impulsiona o alcance de massas com proporção de identificação e indícios revolucionários globais. Azagaia foi simbólico pelos discursos de contrariedade à meias verdades (as famigeradas verdades com mentiras), impulsionando a observação da ingerência da força e exercício de poderio internacional no contexto diário de um

cidadão comum, sendo logo o exemplo mais completo de um agente que propagou de maneira mais lúdica e palpável a conjuntura do Sistema Internacional em alusão às consequentes inferências nacionais.

Ainda que projeções sobre a conjuntura vislumbrada sejam confeccionadas, sabe-se que nenhuma delas negligenciaria a pólvora musicalizada que incendiou consciências rumo à uma mobilização revolucionária e/ou propriamente ao desprendimento de verdades dadas como absolutas e advindas de arbitrárias ideologias e iniciativas governamentais. Azagaia permanece vivo como o início da renúncia moçambicana à sucessiva subserviência; como a repercussão de uma lusófona construção identitária que indaga as heranças advindas de vis históricos de colonização; como o mecanismo de eliminação dessa “aceitabilidade” designada ao senso comum; como uma militância viva que qualifica o **“Povo no Poder.”**



ALINA BATISTA DOS SANTOS SILVA, Professora de Educação Básica | Analista Internacional - Internacionalista | Facilitadora de Aprendizagem - Educadora Social | Program Instructor and Activity Specialist | Graduada no Bacharelado em Relações Internacionais (2020 - 100% de Bolsa pelo Programa Universidade para Todos) | Master of Business Administration em Gestão de Projetos Educacionais (2022 - 100% de Bolsa pelo Programa Protagoniza Aí) | Pós-graduação Lato Sensu - Especialização em Ciência Política (2022) | Graduação - Licenciatura Plena em Geografia pela Formação Pedagógica (2022) | Membro do CERES.
Graduação - Licenciatura Plena em História pela Formação Pedagógica (2023).

Fontes consultadas

Araldi, J. (2016). A palavra-viva que corta: O rap de Azagaia em combate a colonialidade em Moçambique. Trabalho de conclusão de curso de licenciatura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Cabaço, J.L. , O. (2007). Moçambique: Identidades, colonialismo e libertação. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.

Césaire, A. (1978). Discurso sobre o colonialismo. (Sousa, N. Tradução). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. (Obra original publicada em 1955).

Moçambique: Polícia reprime marchas de homenagem a Azagaia – DW – 18/03/2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-pol%C3%ADcia-reprim-e-marchas-em-homenagem-a-azagaia/a-65034912>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

Moçambicanos despedem-se do rapper Azagaia – DW – 14/03/2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambicanos-despedem-se-do-rapper-azagaia/video-64987670>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

Cabo Verde, assumiu alcançar os “ODS” da Agenda 2030, como estratégia para construir um futuro e alcançar seu desenvolvimento sustentável...

José Valdemiro Lopes

“... Para Bruna Lopes e Lisa Lopes, minhas filhas ...”

O propósito programado para o ano 2020, que infelizmente foi atípico para todas as nações do mundo seria internamente, apresentar, um “relatório” que poderíamos chamar, de “progresso”, orientado e programado exclusivamente para o cumprimento da Agenda 2030, que permitiria, já nessa data, avaliar a acção dos poderes executivos cabo-verdianos nos seus diferentes níveis, tanto na administração do governo central e nas municipalidades, os progressos, virados, ao alcance de metas dos compromissos que este arquipélago do atlântico médio assumiu conjuntamente com os mais outros 192 países das Nações Unidas em 2015, quando esta nação ilhas, subscreveu o quadro global “Agenda 2030” como ferramenta orientadora para se poder, aqui nestas ilhas dar o salto qualitativo certo e desejado para conseguir alcançar seu desenvolvimento sustentável, embora com modéstia...!!

O relatório apresentaria à nação cabo-verdiana uma análise real, mas abrangente, que ajudaria a saber ou fazer conhecer qual é a situação de Cabo Verde, relativo aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável os (ODS), avaliando o seu cumprimento aqui, em Cabo Verde permitindo ao arquipélago-nação enfrentar as incertezas, e mesmo corrigir erros e orientar-se para a melhor estratégia que permite “(re)construir o futuro”, sempre orientada para as metas definidas na Agenda 2030...

A pandemia Covid-19 paralisou o mundo inteiro e afectou seguramente o cumprimento integral da agenda. Situação que piorou-se mais ainda, com a guerra na Europa... Mas a verdade é que quer queiramos quer não os ODS devem ser readequados à nova conjuntura política mundial e a realidade da situação de vivência socioeconómica cabo-verdiana... A saúde da população, o acesso aos bens e serviços, sobretudo os da primeira necessidade nas nove ilhas habitadas e as novas condições socioeconómicas seriamente

agravadas pela epidemia Covid-19 e a nova guerra na Europa ou a invasão da Ucrânia atingiu a todos os cabo-verdianos em todas as nove ilhas habitadas, mas o nosso objectivo, continua firme e queremos enfrentar todos esses contratemplos, lutando com “optimismo” e numa perspectiva que chamo de “(re)construção” como oportunidade de fazer “emergir”, desta feita, um modelo diferente orientado para a inclusão e justiça social em todo este arquipélago de economia de sobrevivência.

Esta responsabilidade a nível do governo (central e os governos locais) é relevante... a maioria da população vive na pobreza, sobretudo nos bairros periféricos onde as condições socioeconómicas ficaram piores, mas é também verdade que o governo central agarrou-se a uma “política social circunstancial” para reverter a situação no curto prazo...

A crise da pandemia e da nova guerra na Europa trouxe mais prejuízos aos já nossos conhecidos desafios de desigualdade social e não devemos subestimar a emergência climática que nos transtorna e assola devido a nossa realidade condicionante de ser um pequeno país insular desprovido de recursos naturais, obrigado a importar 90% dos produtos que consumimos para o nosso “existencialismo” quotidiano...

Cabo Verde quer recuperar-se da profunda crise económica e financeira, decorrente da forte quebra na procura turística, sector que garante 25% do PIB do arquipélago, desde Março de 2020 ano em que registamos uma recessão económica histórica, equivalente a 14,8%, seguindo-se um crescimento de 7% em 2021 impulsionado pela pequena retomada procura turística.

A lei do Orçamento do Estado de Cabo Verde, para 2023, aprovada no parlamento em Novembro de 2022 está avaliada em 77,9 mil milhões de escudos (712 milhões de euros) e prevê um crescimento económico de 4,8% do PIB e uma inflação inferior a 4%.

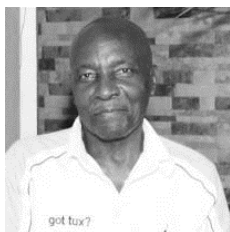
É importante e necessário também actuar com mais firmeza na prevenção e luta contra a pobreza, a exclusão social, a desigualdade de género e a exclusão social, integração da juventude em todas as nove ilhas e nos vinte e dois municípios...

O país tem um Plano de Promoção da Economia de Cabo Verde, baseado numa série de propostas e iniciativas de vários grupos de trabalhos, quadros nacionais que trabalharam dimensões diferentes referentes aos factores de “uma economia circular” ... imaginem as diferentes etapas para o processamento e obtenção de um produto, começando pela produção até à gestão final dos resíduos (economia circular) ...

Mas, para construir o futuro melhor e de justiça social, esta nação, tem a obrigação de criar condições de participação activa da sua Diáspora, ou a décima primeira ilha, neste propósito. Os filhos deste arquipélago na diáspora contribuíram sempre na afirmação de “quem somos”, como construção colectiva. O papel socioeconómico e cultural, da Diáspora no processo do Desenvolvimento Sustentável excede o emocional e emerge o estratégico, influenciador positivo do crescimento inclusivo de Cabo Verde.

As remessas da emigração cabo-verdiana superaram os valores do investimento externo (IDE) e as receitas do turismo em 2018/2019 (dados da INE “estatística”). Neste tempo de crise, o país, deve investir mais nos seus filhos e contar menos com a ajuda e cooperação internacional...

Cabo Verde deve identificar mais e melhor, colocando, em posição de destaque, a acção da sua diáspora no socioeconómico e cultural, para que dentro e fora do país, todos os cidadãos possam compreender, o valor relacional tanto da diáspora tradicional como as novas formas de emigração tais como a dos atletas desportivos, artistas musicais, escritores e outros... na criação de um futuro inclusivo, para o povo das ilhas...



JOSÉ VALDEMIRO LOPES, Cabo-verdiano, engenheiro informático, com estudos de sociologia na Bélgica. Foi o primeiro responsável da informática de *Cabo Verde Airlines (TACV)*.

Cabo Verde: inserção internacional como meio de desenvolvimento econômico

Anaclara Gutiérrez Acosta

Os Internacionalistas são ensinados a olhar para as oportunidades, resolver problemas, criar soluções e buscar a aproximação de todos os povos. Teoricamente, parece um trabalho fácil, com roteiros a serem seguidos e passos que guiam para o objetivo. Mas na prática, ainda lidamos com guerras, crises, ameaças, pobreza e uma busca interminável pelo pleno desenvolvimento sustentável.

Attingir o pleno desenvolvimento de cada área imprescindível para nosso sustento - educação, política, economia, meio ambiente - requer um plano de trabalho com objetivos e metas claras, com parcerias determinadas a efetuar seu papel acordado e uma comunidade engajada pela transformação.

Cabo Verde, é um dos países que se assemelham a estas características. Um país a ser estudado com atenção. Com um território de difícil locomoção, mas com uma democracia exemplar, um alinhamento internacional aberto a negociações e um setor comercial crescente, ocupam uma posição no ranking de equidade de gênero melhor do que a de muitos países subdesenvolvidos - 45ª posição em 2022, segundo o Fórum Econômico Mundial.

Este arquipélago, com apenas 550mil pessoas (dados de 2019), é um dos países com maior democracia da África Subsaariana, de tradição portuguesa, conquistou sua independência em 1975. Atualmente, um dos seus principais setores econômicos é o turismo.

Cabo Verde, embora seja um país novo, possui um alinhamento internacional digno de estudo, mostra-se comprometido com a agenda internacional e toda comunidade. Este país é membro da União Africana, das Nações Unidas e um dos fundadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

No âmbito comercial, com uma localização estratégica no atlântico, é um país majoritariamente importador para suprir suas necessidades. No entanto, quanto exportador, possui como maior atividade o mercado de pescados. Por ser um país de baixa industrialização e produção agrícola, com crescimento no setor do turismo, é um grande mercado em potencial dentro do cenário internacional.

Indubitavelmente, este país possui uma localização geoestratégica, mas desafiadora. No entanto, usufrui das suas vantagens para promover seu desenvolvimento, como programas para o setor marítimo e serviços portuários no seus quatro Portos. Este é o caso do EMPREAMAR, um programa de empreendedorismo para o setor marítimo.

O EMPREAMAR visa a inovação e o empreendedorismo como meios para o desenvolvimento sustentável, criando soluções para a geração de emprego e facilidades de acesso para quem depende do setor marítimo. Para este programa ser concretizado foram necessárias parcerias internacionais, como o Governo da Espanha, e a construção de planos de trabalho entre estruturas nacionais, como o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP), Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e Campus do Mar.

O programa tem formado empreendedores para o setor que é um dos principais pilares econômicos do país. De certa forma, o país educa mobilizadores para desenvolver o principal setor econômico, junto com o turismo. Ao mesmo tempo, o programa segue uma metodologia sustentável, que está de acordo com os preceitos da agenda internacional.

Cabo Verde, embora seja um país novo, em pleno desenvolvimento, possui programas, valores e ferramentas para trabalhar pelo pleno desenvolvimento sustentável, um tópico tão importante para a agenda internacional.

Dada suas limitações territoriais e com uma população com baixa quantidade de habitantes, encontrou no meio internacional as ferramentas para seu crescimento. As alianças estratégicas, programas de incentivo ao desenvolvimento de outros países, o

comércio internacional e a promoção do seu turismo são as formas como Cabo Verde tem desenvolvido sua economia.

Na 66ª. Sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher, CSW, em Nova Iorque, O ministro da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social de Cabo Verde, Fernando Elísio Freire, compartilhou com a UN News alguns dos seus objetivos e metas. Segundo ele, “antes da pandemia nós crescíamos a um ritmo de 6% a 7% por ano. Diminuímos a pobreza de 35% para 26%. Tomamos um conjunto de medidas na área social que aumentou a qualidade de vida da população, principalmente da mais vulnerável”.

Embora o auxílio da comunidade internacional não seja o único fator neste ponto, o mesmo contribui em grande parte. Isso reflete como as políticas de cooperação internacional, quando aplicadas corretamente, com o objetivo de beneficiar à população, podem ser meios de transformação.

Cabo Verde percebeu a necessidade que tinha do exterior para promover seu desenvolvimento, dados seus recursos limitados, e aplicou uma política externa amiga, de não alinhamento e não interferência. Posicionando-se como parceiro comercial e ativo dentro da grande aldeia global.



Anaclara Gutierrez Acosta, Graduada em Relações Internacionais e Gestão Comercial, empreendedora, É coordenadora do Comitê Jovens Empreendedoras da OBME - Organização Brasileira de Mulheres Empresárias, assessora pessoal de Lilian Schiavo e integrante da PACE - Plataforma de Ação para Comunicar e Engajar da Rede Brasil do Pacto Global. Trabalhou na Internacionalização de Projetos e Organização de Eventos Empresariais Internacionais. Atualmente, é Analista de Comércio Exterior na Massimex Trading Ltda. Membro do CERES.

Referências:

<https://news.un.org/pt/interview/2022/03/1783132>

<https://www.governo.cv/governo-aprova-plano-nacional-de-igualdade-de-genero-com-vista-a-promocao-do-desenvolvimento-sustentavel/>

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/16441/pdf>

<https://expressodasilhas.cv/pais/2022/07/14/cabo-verde-sobe-23-posicoes-no-ranking-dos-paises-com-maior-igualdade/81050#:~:text=Cabo%20Verde%20ficou%20na%2045,IsI%C3%A2ndia%20pel o%2013.%C2%BA%20ano>

As políticas de cooperação em Cabo Verde: desafios e perspectivas

António Pedro Melo Gomes

Enquadramento

Este trabalho foi realizado a partir de uma breve revisão bibliográfica sobre o tema mais largo que é a cooperação e o desenvolvimento humano nos países lusófonos. Para uma melhor compreensão do tema abordado, faz-se o enquadramento relativamente aos paradigmas da cooperação e breves citações de trechos de obras relevantes. Seguidamente, são analisadas sumariamente as políticas de cooperação após a independência de Cabo Verde, e evidenciados os desafios e as perspectivas no desenvolvimento atual do país.

As raízes da política de cooperação em Cabo Verde

Situamos a nossa abordagem na implementação do Plano Marshall, logo após a Segunda guerra mundial. Para a materialização do mesmo, os países beneficiários fundaram, em 1948, a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) que “aplicou bem o Plano Marshall e os Estados europeus recuperaram economicamente, surgindo, mesmo, fenómenos como o milagre alemão e o milagre italiano, para designar o rápido crescimento destes dois países” (Soares, 2005, p.117). Posteriormente, mais precisamente a 25 de março de 1957, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, França, Itália e Alemanha assinaram o Tratado de Roma que instituía a Comunidade Económica Europeia (CEE) segundo a qual “a vantagem de um Estado-membro é o resultado do sucesso do conjunto” (Soares, 2005, p. 172). Mais tarde, com a entrada do Reino Unido na CEE, surgiram as Convenções de Lomé e a criação do primeiro Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), com a duração de 5 anos, que estava anunciado na IV parte do Tratado de Roma e se destinava à concessão da ajuda técnica e financeira aos Países e Territórios Ultramarinos (PTU), “com os quais alguns membros da CEE tinham laços

históricos, de forma a contribuir para o desenvolvimento dos mesmos.” (Pinto, 2009, p. 99).

Deste grupo de Territórios Ultramarinos, inclui Cabo Verde e desde a sua descoberta no “século XV por navegadores portugueses, povoadas por gentes vindas principalmente de África e em menor grau da Europa, as ilhas de Cabo Verde vão ter a sua vida sempre marcada pelo exterior” (Lopes, 2003, p. 37). Depois de uma longa guerra colonial tão absurda quanto catastrófica, o nacionalismo triunfava em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, enquanto, em abril de 1974, a liberdade vencia o autoritarismo em Portugal, através da revolução dos “3 D”, de “descolonizar, democratizar e desenvolver” (Tolentino, 2006, p. 117).

Cabo verde era o país do grupo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) que, “à partida, em 1975, menos condições de sobrevivência política e económica tinha” (Lopes, 2003, p. 113). Nesta ótica, os observadores não davam a Cabo Verde mais de meio ano de vida após a independência. Depois da independência, instalou-se o regime de partido único. O mesmo “não foi uma ideologia”, mas sim “uma opção para dos líderes africanos para se perpetuarem no poder por analogia com a tradição africana. Segundo Romana (1997, p. 123), para os pequenos Estados em desenvolvimento, “a cooperação e ajuda internacional representam uma componente fundamental no atenuar das vulnerabilidades socioeconómicas e políticas e na criação de condições mínimas para a adoção de estratégia de desenvolvimento sustentado”.

O contexto e o sucesso da cooperação em Cabo Verde

A história que seguiu mostra que Cabo Verde conseguiu um histórico de cooperação muito frutífero no campo da cooperação nos vários domínios, e que pode de certa forma facilitar na implementação de medidas de políticas para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As políticas de cooperação seguiram uma perspectiva de apoio as boas causas, quer a nível interno, regional e global. Segundo Tolentino (2006, p. 151), a definição de pequeno país insular encerra a ideia de “pouca terra”. Todavia, faz sentido ver isso pelo outro prisma: a noção de *muita água*, que tem importância científica, económica, ambiental e estratégica.

Localizado a 500 km da costa ocidental de África, Cabo Verde é um arquipélago de dez ilhas, nove das quais habitadas. Com uma população de cerca de 491.233 (Censo de 2021), somente 10% do seu território é classificado como terra cultivável, e os recursos minerais são limitados. A fragmentação do seu território cria problemas significativos de conectividade, bem como desafios para a prestação de serviços, tais como o fornecimento de energia, água, educação e saúde.

Na década de 2000, a cooperação para o desenvolvimento é, “parte integrante de uma sociedade internacional imersa num processo de globalização e de integração acelerada atravessando um período de transição e de mudanças de resultados imprevisíveis” (Salvador, 2005, p. 71). Considerando a dívida externa cabo-verdiana e de acordo com o Programa Indicativo de Cooperação (PIC) Portugal/Cabo Verde 2008/2011 (IPAD, 2008), esta cooperação é composta principalmente por empréstimos de médio e longo prazo, contraídos junto aos parceiros bilaterais e multilaterais em circunstâncias bastante benéficas para Cabo Verde. As organizações multilaterais constituem os maiores credores do país. Assim, os dados oficiais indicam que a dívida total cabo-verdiana atingia 471 milhões de dólares em finais de 2003, dos quais 351 milhões relativos à dívida multilateral junto de instituições como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), enquanto a dívida bilateral totalizava 120 milhões de dólares.

Em termos económicos, Cabo Verde constitui um bom exemplo de como uma economia insular consegue, gradualmente, ir enfrentando os diferentes riscos e desafios inerentes à sua maior vulnerabilidade, baseada na boa governação, crescente abertura ao exterior, realização de investimentos públicos em infraestruturas básicas (portos, aeroportos, estradas), preocupações com os sectores sociais, atracção de investimento direto externo, bem como na remessa dos emigrantes. Considerando o bom desempenho económico e social verificado, Cabo Verde foi classificado pela ONU como pertencente ao grupo dos Países de Rendimento Médio (PRM) a partir de 2008, deixando assim a sua classificação anterior de País Menos Avançado (PMA), situação que obriga a uma redefinição dos mecanismos de apoio ao seu crescimento económico

e desenvolvimento social e à sua sustentabilidade financeira, social e ambiental. Cabo Verde testemunhou progresso económico significativo desde 1990, movido em grande parte pelo rápido desenvolvimento do turismo (25% do PIB), somado a um considerável desenvolvimento social, graças a políticas sociais robustas desde a década de 1970.

Em setembro de 2000, os dirigentes mundiais reunidos na Cimeira do Milénio reafirmaram as suas obrigações comuns para com todas as pessoas do mundo, especialmente as mais vulneráveis e, em particular, as crianças do mundo a quem o futuro pertence. Assim, comprometeram-se então, atingir um conjunto de objetivos específicos, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, e encaminharam os seus esforços coletivos nesta década no combate pobreza e ao desenvolvimento sustentável. Neste quadro internacional, Cabo Verde tem conseguido tirar proveito da sua posição geoestratégica no Atlântico, e conseguiu alcançar boa parte dos objetivos de desenvolvimento sustentado do milénio (ODM). De referir que as políticas de cooperação tiveram e têm um impacto positivo no desenvolvimento do país e a concretização dos ODM. A Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) gerou frutos e boa parte dos ODM foram alcançados. Contudo, os desafios são enormes relativamente ao alcance dos novos objetivos, o Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), até 2030, em todas as dimensões, nomeadamente, sociais, económicas e ambientais, pois a pandemia, trouxe mais pobreza, desigualdades, até fome, e fragilidade em lidar com problemas que são comuns nas economias dos PMA.

Novos desafios

De facto, há novos desafios relacionados agora com as questões sociais, económicas e ambientais em todo o mundo, desde que a ONU propôs em 2015 a criação da Agenda 2030, baseada nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Estes objetivos devem orientar as ações de entidades públicas, organizações sociais, empresas e sociedade civil para alcançar um futuro sustentável à escala global. Para alcançar os ODS, a cooperação é a condição necessária, pois, esses Objetivos evidenciam a intenção de mobilizar todo o planeta em busca de atitudes que sejam fatores de erradicação da

pobreza, de proteção ambiental do planeta e de melhores condições de vida para todas as pessoas. Neste quesito, evidencia o Objetivo 17 que se debruça sobre as parcerias e os meios de implementação.

Os ODS são apresentados como “integrados e indivisíveis”, equilibrando as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a económica, o social e a vertente ambiental. Cabo Verde, no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS -2017-2021) e no plano atual (PEDS – 2022-2026) tem justamente adotado políticas no âmbito de cooperação multilateral e bilateral voltadas para a agenda 2030. Até 2019, Cabo Verde era considerado na região da África Subsariana como um dos campeões em termos de redução de pobreza. Porém, faz face atualmente a desafios causados pelos impactos da COVID-19 e da crise na Ucrânia. Estimativas baseadas no crescimento económico sugerem que as taxas de pobreza, medidas pela linha de pobreza de U\$5,50-por-dia (PPC 2011), baixou em seis pontos percentuais entre 2015 e 2019, de 41% para 35%.

A pandemia e a recente crise na Ucrânia refletiram-se no crescimento do país, sobretudo através da inflação e dos seus impactos no consumo privado e na atividade económica. Pressões inflacionárias atingiram, segundo o Banco Mundial, o seu auge em 2022, com uma inflação geral estimada a alcançar 7,5%. Cabo Verde, apesar das restrições anteriormente apontadas, tem vindo a crescer de forma sustentada, embora dependendo do motor externo.

Mas os progressos são insuficientes para se falar de uma mudança estrutural relevante na economia, já que ela continua fortemente dependente dos fluxos de recursos externos em resultado das suas grandes vulnerabilidades económicas. Com indícios de retoma económica, o consumo privado, o investimento no turismo, e a economia azul, deverão apoiar o crescimento, se a retoma mundial acontecer igualmente, o que constitui uma das incertezas globais trazidas pela guerra na Ucrânia.

António Pedro Melo Gomes Diretor do Agrupamento nº 2, Escola Secundária de Cocoli, Cabo Verde. Doutorando em Desenvolvimento e Sustentabilidade Global, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

Referências bibliográficas

- INE (Instituto Nacional de Estatística). *Cabo Verde, Recenseamento geral da população*. Praia: INE, 2021.
- IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento). *Programa Indicativo de Cooperação (PIC) Portugal/Cabo Verde 2008/2011*. https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pic_cv_08_11.pdf
- LOPES, José Vicente. *Cabo Verde: os bastidores da independência*. Mindelo: Centro Cultural Português - Praia/Mindelo, 2003.
- PINTO, José Filipe. *Estratégias da ou para a Lusofonia? O Futuro da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editora Prefácio.
- ROMANA, Alberto Coelho Barras Romana. *São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*. Lisboa: ISCSP, 1997
- SALVADOR, Tânia Lara de Montalvão Costa. *A cooperação para o desenvolvimento: análise dos modelos português e irlandês*. Aveiro. 2004, <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/15271/1/Tese.pdf>
- SOARES, Andreia Mendes. *União Europeia: que modelo político?* Lisboa: ISCSP, 2005.
- TOLENTINO, André Corsino. *Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: o Caso de Cabo Verde*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação. Universidade de Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Lisboa, 2006.

A Ponte lusófona entre Cabo Verde e Guiné Equatorial – Breves apontamentos

Adilson Dias Ramos

Nota

Os apontamentos que se seguem são livres. Não seguem o rigor científico de um estudo histórico, socioantropológico ou linguístico. É sim, um conjunto de anotações e reflexões feitas a partir do conhecimento académico adquirido, do conhecimento da realidade cabo-verdiana, da experiência de trabalho e da vivência do autor vivência que há quase um (1) ano está residindo e trabalhando na Guiné Equatorial, num projeto de âmbito histórico e sociocultural.

Nos dias que correm, falar de Cabo Verde é a mesma coisa que falar de um país aberto ao mundo; uma abertura que desde há quinhentos (500) anos, está enraizada nos processos de formação sociocultural e identitário do país, e deriva do fato de “em território neutro, se terem cruzadas várias pessoas, várias culturas e pensamentos, em momentos e posições sociais distintas”¹⁰.

Diferentemente, a Guiné Equatorial, por ser um território maioritariamente continental, o processo de formação histórico e sociocultural é baseado nas migrações de tribos e etnias de caçadores da vasta floresta da África Central.

Do ponto de vista da formação e estruturação social, tanto o cabo-verdiano como o guineano é o resultado de um longo, lento e doloroso processo de misturas e cruzamentos de povos, etnias, culturas e civilizações.

Se em Cabo Verde, as marcas da lusofonia estão presentes em quase tudo o que se faz, tendo como expoente máximo o Português como Língua Oficial, na Guiné Equatorial, a

¹⁰ Cf. História Geral de Cabo Verde. Vol. I. Varios autores ; coord. Maria Emilia Madeira Santos, Luis de Albuquerque. - 2a ed.. - Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical ; Praia : Instituto Nacional de Investigacao Cultural, 2001.

influência portuguesa é impercetível em todos os domínios, pese embora a relação dominado/dominador que se estabeleceu entre os séculos XVI e XVIII.

Os apontamentos históricos enunciados são apenas pontos de partida para reflexão, compreensão e conhecimento de dois países, que em momentos e contextos diferentes, tiveram na base da sua formação um denominador comum, o Português como língua dominante.

Ora, deixando de lado as narrativas históricas, centramos a nossa reflexão na cultura, particularmente na Língua Portuguesa, como sendo a ponte que une os dois países, sem com isso dizer que as relações esgotam aqui¹¹.

Ao falar dos dois países, cristaliza-se a ideia de que são espaços onde existe uma forte diversidade e dinâmica cultural. Ainda que diferente de país para país, esta dinâmica é, ao nosso ver, o principal dínamo das relações que hoje se estabelecem entre Cabo Verde e Guiné Equatorial.

Sem evocarmos as doutrinas de bases antropológicas, mas atendo-se apenas e só nas máximas populares de que “tudo é cultura”, então, apontamos a **educação** e o **ensino** como sendo os “pivots” na estratégia de estreitamento de laços e construção da ponte lusófona entre Praia e Malabo.

A efetiva entrada da Guiné Equatorial na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o total e inequívoco apoio de Cabo Verde, escancararam-se as portas e edificaram-se os pilares estratégicos de divulgação e disseminação da Língua Portuguesa no território guineano.

Efetivamente, a troca de conhecimentos que se tem verificado entre os dois países, tem sido, estrategicamente, a aposta na educação e formação, em língua portuguesa, com Cabo Verde a emprestar a Guiné Equatorial todo o seu conhecimento técnico e

¹¹ Lembrando que os dois países têm na sua genética, os laços sanguíneos dos Bantus.

administrativo, através da disponibilização de formações de curta e longa duração de âmbito teórico e prático para os quadros guineanos.

Esta realidade, para além da valorização da língua portuguesa, através das relações bilaterais entre os dois países, tem permitido a muitos cabo-verdianos aproximarem e experimentarem, cada vez mais, a diversidade sociocultural africana.

É esta troca mais intensa entre os dois países que tem permitido o enriquecimento cultural e a disseminação da língua Portuguesa no território guineano, pois todo o cabo-verdiano¹², que desloca a Guiné Equatorial, leva consigo o português enquanto língua de trabalho, assim como a sua caboverdianidade. De igual modo, o intercâmbio de guineanos em terras crioulas tem permitido um contato direto com a Língua Portuguesa enquanto língua administrativa e, com o Crioulo de Cabo Verde como língua materna e de transmissão cultural.

Naturalmente, o processo de disseminação da Língua portuguesa em Cabo Verde e nos demais países da CPLP, não pode e nunca deve ser comparado com a Guiné Equatorial, devido as especificidades históricas apontadas, pois as barreiras e o contexto são completamente diferentes.

Quando falamos da dificuldade de disseminação da Língua Portuguesa na Guiné Equatorial, há que perceber os seguintes fatores: **1-** o fato de ser um território vasto, e com ocupação humana dispersa ao longo do rico e denso bosque da África Central; **2 –** o fato da colonização portuguesa ser “efémera”, litorânea e mais de exploração ao invés de ocupação efetiva; **3-** A língua oficial de instrução e de trabalho ser o Espanhol, seguida do Francês e do Fang¹³.

¹² Falo da relação Cabo Verde-Guiné Equatorial, por ser a minha realidade, mas a disseminação da língua portuguesa em solo guineano há muito que vem ganhando o seu espaço. A título informativo, na Guiné Equatorial existe uma vasta comunidade São-tomense, devidamente organizada em associação, assim como há muitos portugueses que têm como língua primeira e de trabalho, a Língua Portuguesa.

¹³ Fang- um dos dialetos dos povos nativos da Guiné Equatorial, Camarões e Gabão. O Fang é o dialeto mais falado na Guiné Equatorial.

Ora, estes três fatores são decisivos, mas nunca inibidores do processo, pois são eles que compõem a complexidade e riqueza sociocultural e identitária do país e, é a partir deles que as políticas de disseminação estão sendo traçadas.

Se analisamos o quadro de ações que a CPLP tem desenvolvido junto da Guiné Equatorial, facilmente se percebe que a questão da Língua Portuguesa está no centro das políticas, tendo a organização incrementado um conjunto de ações informativas e formativas para preparar as instituições estatais guineanas para o uso e a prática da língua portuguesa. Um exemplo disso é a formação em Património Cultural e Museus que se ministrou em Malabo no ano de 2022, no quadro dos encontros da CPLP e que tem permitido a falantes de língua portuguesa estarem a trabalhar e preparar pessoal local para atuarem nesta área.

Igualmente, já é perceptível a movimentação e preparação de professores e outros responsáveis administrativos para a introdução da língua portuguesa nos currículos escolares, para além de já se poder preencher/entregar documentos em língua portuguesa em instituições públicas e privadas do estado.

Os exemplos acima são para mostrar que o sistema de disseminação da Língua Portuguesa na Guiné Equatorial está seguindo o curso normal. Definitivamente, não será um processo rápido devido as especificidades apontadas e a necessidade de maturação dos mecanismos, mas a prática de comunicação em língua portuguesa será uma realidade mais frequente em solo guineano e a ponte entre Praia e Malabo parece ser o catalisador mor do processo.



ADILSON DIAS RAMOS, 36 anos e natural de Cabo Verde. Licenciado em História Ramo-Património pela Universidade de Cabo Verde, com formação técnica científica em Gestão de Bens Culturais pelo Centro Lúcio Costa (IPHAN), Brasil.

É Gestor de Património e Técnico Superior do Instituto do Património Cultural de Cabo Verde desde 2011. Atualmente, é Coordenador Auxiliar do projeto de criação e montagem do Museu Presidente Obiang Nguema Mbasogo, Mongomo, Guiné Equatorial. Membro JUPLP.

Timorenses procuram soluções na Europa, mas encontram o oposto

Diego Garcia

A República Democrática de Timor-Leste foi uma colónia portuguesa (século XVI até 1975), depois foi invadida pela Indonésia em 1975 e foi anexada como uma província do país, sendo considerado o primeiro novo país independente deste século, após a sua independência a 20 de maio de 2002. Atualmente, o país passa por dificuldades sociais e económicas bastante profundas já que o investimento que o Império português realizou não foi suficiente para o desenvolver adequadamente. É importante salientar que o contributo dado pela Indonésia na construção de infraestruturas supera o feito por Portugal, no entanto, grande parte das construções foram destruídas por grupos pró-indonésios no período que se seguiu à declaração de vitória dos independentistas. Assim, a fraca economia timorense foi completamente arrasada, tendo ficado à mercê da cooperação internacional. É neste contexto que Timor-Leste ainda vive.

Os timorenses saem do país cada vez com maior frequência à procura de melhores condições de vida, o principal destino é o Reino Unido, mas tendem a fazer uma paragem em Portugal aproveitando as facilidades para a obtenção da dupla nacionalidade. Em Portugal, sucedem-se os casos públicos de violações aos direitos laborais, habitacionais e de tráfico humano que os e as timorenses sofrem.

Um dos casos com maior dimensão aconteceu em setembro de 2022, quando 40 trabalhadores agrícolas foram despejados na casa onde residiam, em Cabeça Gorda, no distrito de Beja, de acordo com uma denúncia do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas da Agricultura e das Indústrias de Alimentação, Bebida e Tabacos de Portugal (SINTAB).

Os imigrantes chegaram a Portugal em julho desse mesmo ano e foram logo encaminhados para Beja, onde foram viver para uma casa com dezenas de pessoas e onde pagavam 100 euros de renda, pagaram mais 150 euros para que lhes fosse tratada a documentação na Segurança Social e na Autoridade Tributária. Este não é um caso

único e nos últimos tempos têm aparecido denúncias, de forma recorrente, alertando para as condições de vida dos timorenses, mas também de outras nacionalidades como senegaleses e indianos.

Em declarações à [Juventude Unida dos Países de Língua Portuguesa \(JUPLP\)](#), Renezio de Carvalho, um jovem timorense de 25 anos a residir no seu país e formado em Relações Internacionais, afirma que esta situação já um problema antigo de Timor “porque após a independência, em 2002, muitos jovens foram procurar trabalho no Reino Unido aproveitando a dupla nacionalidade, através de Portugal”.

O jovem acredita que o fluxo de imigração em Timor é enorme e tende a aumentar, chegando a realizarem-se 3 voos por semana com 200 a 300 pessoas em cada voo. Um dos principais motivos que provoca este fluxo, segundo Renezio de Carvalho, é o forte desemprego, sobretudo jovem, já que “os Censos populacionais e algumas pesquisas apontam que quase 80% da população de Timor é jovem”.

Face a isto, “surgiram muitas agências de viagens a facilitar a viagem de Dili para Portugal com o objetivo de chegar ao Reino Unido”. Para entrar em Portugal, os cidadãos timorenses não precisam de visto, precisam apenas de passaporte, como se de turistas se tratassem, de indicarem um local onde vão ficar alojados e de algum dinheiro. Com base na lei de imigração portuguesa, podem posteriormente arranjar trabalho e começar o processo de legalização em território português.

Em Timor, vai-se tendo notícias de que muitos timorenses foram abandonados e obrigados a dormir nas ruas de Portugal. Por isso existe um aproveitamento de empresários oriundos, sobretudo, da Índia e do Sri Lanka que exploram os jovens timorenses retidos em Portugal com promessas de obtenção de nacionalidade e com promessas de trabalho digno.

De acordo com dados da Secretaria de Estado da Igualdade e das Migrações de Portugal, só no ano de 2022 foram integrados mais de mil timorenses e estes são uma parte dos seis mil que se estima terem chegado a Portugal no último ano devido a uma rede de

tráfico de mão de obra, sobretudo para trabalhar na agricultura na região do Alentejo, só no Baixo Alentejo estima-se que existam mais de 600 trabalhadores timorenses em situações de emergência humanitária. O Governo português, através da ministra-Adjunta e dos Assuntos Parlamentares Ana Catarina Mendes, já apelidou esta situação como uma “questão humanitária”.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), contabiliza mais de três mil entradas de timorenses entre 1 de junho e 30 de setembro de 2022. No ano passado e no mesmo período não ultrapassaram as 350 e em 2020 foram 53.

Relativamente às eventuais existências de práticas criminais relacionadas com o recente aumento de entradas de cidadãos timorenses, o SEF já participou ao Ministério Público dez situações por indícios de auxílio à imigração ilegal e por indícios de tráfico de pessoas.

Já foram enumerados os principais motivos para este forte aumento da imigração timorense em Portugal, mas vários testemunhos de alguns jovens timorenses que se encontram em Lisboa à espera de alojamento, trabalho e documentação apontam para outros fatores.

João Bosco tem 24 anos, é licenciado em Saúde Pública e em declarações [A Mensagem de Lisboa](#), afirma que trocou Timor-Leste por Lisboa já que “o trabalho é pouco, é preciso sair”. João encontra-se nas ruas de Lisboa junto com Tomerlius e Fabianus, ambos estudaram Engenharia na Faculdade de Dili.

O salário médio em Timor é de 160 euros e quando Fabianus, Tomerlius ou João ouviram os discursos de Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República portuguesa, na Universidade de Dili no âmbito de uma visita de Estado, em maio de 2022, o país europeu tornou-se numa terra de oportunidades.

Marcelo disse: “Façam por ter melhores contactos e irem mais a Portugal. Se for preciso

uma ajudinha, não vão todos ao mesmo tempo, se não o Ministro das Finanças protesta imediatamente, mas vão assim por fatias..vão indo por fatias”.

Como é óbvio, o discurso de Marcelo não levou a que os 6735 timorenses tivessem entrado em Portugal em 2022, sendo que mais de 3 mil entre junho e setembro deste ano, mas é claro que contribuiu para criar uma maior ilusão desse futuro que os jovens timorenses procuram.

O objetivo destes jovens é chegar à Irlanda do Norte, considerada como o “El Dorado”. A comunidade timorense no Reino Unido foi aumentando também, com as redes sociais a propagar uma vida fictícia de luxo.



DIEGO GARCIA, É uma simbiose galego-portuguesa, passou a sua infância na Galiza, na Mezquita, até aos 16 anos, mas reside em Portugal, no distrito de Viseu, desde 2009. É um dos coordenadores da Juventude Unida dos Países de Língua Portuguesa e responsável pelo departamento de comunicação da organização. É finalista da Licenciatura em Estudos Europeus pela Universidade Aberta de Portugal, com especialização em Direito, Economia e Sociologia. Membro também do CERES – Centro de Estudos das Relações Internacionais e JUPLP.

BIBLIOGRAFIA:

- Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa (www.portaldiplomatico.mne.gov.pt)
- Portal Galego da Língua (www.pgl.gal)
- Juventude Unidas dos Países de Língua Portuguesa (www.juplp.com)
- infopedia.pt
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)
- amensagem.pt

Entrevista Centro de Línguas - UFF

Helena Andrade Teixeira Azevedo

A temática de cooperação e intercâmbio do corpo discente e docente de universidades ao redor do mundo é um tema extremamente atual e por muitas vezes esquecido dentro do campo de estudos das Relações Internacionais. O tema abrange diversas áreas e projetos que buscam em conjunto fomentar o conhecimento através das trocas culturais por programas de mobilidade.

Dentro do universo lusófono este é ainda um tema muito rico e cheio de programas interessantes em plena atividade.

Assim, esta entrevista é uma publicação que irá compor o Especial Lusofonia publicada no dia 5 de maio, Dia Mundial da Língua Portuguesa, em uma parceria do CERES com a JUPLP e o IGADI. Por isso, eu resolvi conversar sobre o ensino de português para estrangeiros com o Vitor Ierusalimschy. O Vitor é servidor da Universidade Federal Fluminense, atuando como chefe de setor de Projetos Educacionais da Superintendência de Relações Internacionais. Ele é responsável pelo setor de acolhimento dos estudantes estrangeiros interessados em realizar períodos de intercâmbio na UFF e, por isso, ele foi convidado para apresentar o projeto de programa português para estrangeiros da UFF.

Durante a entrevista, o Vitor apresentou o programa de Português para Estrangeiros que acontece desde 2015 na UFF – Universidade Federal Fluminense. A proposta é oferecer o ensino de português localmente a fim de fomentar o fluxo de mobilidade para a universidade e para o Brasil. O projeto é procurado tanto por estudantes que desejam iniciar os estudos idioma, por aqueles que querem aperfeiçoar o conhecimento e, para quem deseja também obter certificação específica para solicitação de nacionalidade e outros procedimentos burocráticos.

O programa possui modalidades intensiva e regular e pode ser cursado no modelo virtual ou presencial. Inclusive, sobre o modelo virtual o Vitor, nosso entrevistado, destaca que:

“(...) uma coisa que é muito interessante, que durante o período da pandemia em que estavam impossibilitados os fluxos de mobilidade física, nós desenvolvemos muito fortemente a oferta dos cursos de maneira virtual. Então, enquanto a universidade estava impossibilitada de receber alunos para a mobilidade acadêmica, nós tivemos um número grande de alunos que participou remotamente dos nossos cursos de português, mantendo ativo os nossos convênios, nossas parcerias com universidades estrangeiras e capacitando esses alunos para, no momento futuro pós pandemia, eles poderem vir a UFF no fluxo tradicional de módulos, modalidade física mesmo”.

O projeto, portanto, desde que começou nunca parou. A UFF é uma universidade membro da ULP - Associação de Universidades de Língua Portuguesa -, e é considerada um centro de treinamento de docentes para ensino de português para estrangeiros graças ao trabalho das professoras Adriana Leite do Prado Rebello e Sirlene de Souza Sanson.

Assim, a proposta da entrevista é apresentar o projeto e alguns temas importantes a fim de que outras universidades lusófonas possam replicar o programa. O Vitor ressalta ainda a importância de se ter profissionais especializados em ensino de língua estrangeira:

“É um projeto que é replicável, mas torna a dizer é necessário ter uma equipe, pelo um docente que seja ou que tenha um treinamento específico para essa questão do ensino do português para estrangeiros, porque são técnicas de ensino muito específicas para

you teach a language for students of any nationality, of any culture, who speak multiple native languages. And the classes are always conducted in Portuguese, so there are advanced techniques in this sense. And at UFF, we have these two teachers that I mentioned, Professor Adriana and Sirlene, and they have a discipline in the undergraduate course that is offered for students of the Letters course in general and who want to really improve in this sense. There are also postgraduate programs, so there is a very large focus on these types of training. It is a replicable program, but it must be done with specific care with the teacher's training as well."

Para **ouvir a entrevista na íntegra** e descobrir mais sobre o programa e outras propostas em atividade na UFF acesse o áudio abaixo:

Links relevantes:

<http://international.uff.br/>

<https://centrodelinguas.uff.br/ppe/>

<https://centrodelinguas.uff.br/celpe-bras/>

<http://prolem.uff.br/portugues-para-estrangeiros/>

Helena Azevedo - Olá, bom dia, boa tarde e boa noite para quem possa estar escutando. O meu nome é Helena, eu sou redatora voluntária pelo CERES RI - Centro de Estudos de Relações Internacionais -, nós somos um *think tank* multidisciplinar que tem como objetivo divulgar estudos de alunos, ex-alunos, professores e pesquisadores da área de Relações Internacionais. Esta tal entrevista vai integrar o Especial Lusofonia, que será publicada no dia 5 de maio, Dia Mundial da Língua Portuguesa, em uma parceria do CERES com a JUPLP e o IGADI. Por isso hoje eu vou conversar sobre o ensino de português para estrangeiros. E para isso está aqui comigo o Vitor Ierusalimschy. O Vitor é servidor da Universidade Federal Fluminense, atuando como chefe de setor de Projetos Educacionais da Superintendência de Relações Internacionais. Ele é responsável pelo setor de acolhimento dos estudantes estrangeiros interessados em realizar períodos de intercâmbio na UFF e, por isso, ele foi convidado para apresentar o projeto de programa português para estrangeiros da UFF. Oi, Vitor, tudo bem?

Vitor Ierusalimschy: Olá a todos e todas! É um prazer estar aqui hoje falando do nosso projeto de português. Antes da gente começar com as perguntas, eu queria só fazer uma menção a todos os membros que integram essa equipe que tornam esse projeto uma ação muito bem-sucedida, muito consolidada na nossa universidade. Então, um agradecimento especial às professoras Adriana Leite do Prado Rebêlo, professora Sirlene de Souza Sanson, que conduzem essas ações enquanto docentes que

fazem o treinamento capacitação dos nossos discentes para o ensino de português para estrangeiros. Agradecimentos também à professora Lívia Reis que o superintendente de Relações Internacionais, Adriana Milward de Andrade Maciel, que é a chefe do setor de mobilidade de projetos como um todo e vice superintendente. Então, é toda uma equipe voltada para essa questão de consolidar esse tipo de projeto, então gostaria de deixar aqui meu agradecimento a todos.

Helena Azevedo: Obrigada por estar aqui hoje. Obrigada pela presença e pela disponibilidade. Então vamos lá: Conta pra gente primeiro quando começou o programa e qual é a proposta inicial dele?

Vitor Ierusalimschy: [00:02:03]

Sim, então eu vou falar basicamente do programa de ensino de português para estrangeiros que nós organizamos para os alunos de mobilidade internacional na Universidade Federal Fluminense, na UFF. Basicamente, a ideia é oferecer o ensino da língua para alunos que querem estudar conosco por um ou dois semestres. A proposta original da criação desse curso tem muito a ver com a demanda que nós observamos desde sempre para fluxos internacionais de mobilidade acadêmica. A questão linguística sempre é uma questão, digamos, um obstáculo. De certa forma, no Brasil, tanto para enviar alunos que tem que ter um nível de proficiência mais altos, conhecimento de segundas, terceiras línguas, quanto para receber, porque a comunidade internacional não fala português tão amplamente, não é um idioma tão reconhecido no mundo como é o inglês, o espanhol, não é tão utilizado. Então, o oferecimento do ensino de português localmente é muito importante para fortalecer esses fluxos. O nosso programa começou no ano de 2015, com a contratação de dois docentes. Foi por volta do final de 2014 e início de 2015 para consolidar de fato a oferta contratação de duas docentes específicas especializadas no ensino de português para estrangeiros. Porque, é sempre importante ressaltar, é uma coisa que elas fazem muita questão de dizer: não é qualquer um que tem o conhecimento do treinamento para ensinar português para estrangeiro. É necessária uma especialização nesse sentido.

Helena Azevedo: Então, desde que o programa começou, você de fato consegue perceber que há interesse de alunos que não têm o português como idioma oficial, no programa, na proposta dele?

Vitor Ierusalimschy: Sim. O interesse é constante mesmo, mas tem vários níveis diferentes de interesse. Nós somos procurados no exterior por alunos que querem realizar o curso sem ter conhecimento nenhum no idioma. Então seria previamente à mobilidade acadêmica. Somos procurados por alunos que já tem conhecimento no idioma e que querem se aperfeiçoar, que querem alcançar um nível mais alto. Somos também procurados por pessoas que não são alunos de mobilidade, que são estrangeiros, que moram no Brasil, que têm interesse em fazer o curso para obter certificação específica para solicitação de nacionalidade e outros procedimentos burocráticos. Então, tem uma demanda muito grande no âmbito dos alunos de mobilidade acadêmica, tem todo semestre, os alunos participam do curso e vem estudar conosco. Então, só aí já percebe se que tem realmente um... eu digo todos os alunos, claro, os alunos,

alunos de países falantes de língua portuguesa. Mas sempre tem um interesse grande. Eles vêm com diferentes níveis. Nós, para mobilidade acadêmica, exigimos que os alunos tenham pelo um nível intermediário por volta do nível A2. Não chega a ser intermediário ainda, iniciante ou “iniciante avançado”, digamos assim, o nível A2, conforme o Quadro Europeu Comum de Referência é B1. Mas aceitamos A2 também

Vitor Ierusalimschy: Então eles vêm e já com um certo preparo. Mas eles participam do curso nas duas modalidades, porque para mobilidade acadêmica nós oferecemos o curso na mobilidade, intensiva, em que o curso tem duração de duas semanas, com aulas todo dia pela manhã. E o curso na modalidade regular que nós chamamos, que tem a duração de todo o semestre acadêmico. Esse curso acontece tanto para nível iniciante quanto para o avançado. A depender mais ou menos do nível dos alunos, do nível linguístico dos alunos que chegam, então sim, tem. Tem um interesse grande, constante. E uma coisa que é muito interessante, que durante o período da pandemia em que estavam impossibilitados os fluxos de mobilidade física, nós desenvolvemos muito fortemente a oferta dos cursos de maneira virtual. Então, enquanto a universidade estava impossibilitada de receber alunos para a mobilidade acadêmica, nós tivemos um número grande de alunos que participou remotamente dos nossos cursos de português, mantendo ativo os nossos convênios, nossas parcerias com universidades estrangeiras e capacitando esses alunos para, no momento futuro pós pandemia, eles poderem vir a UFF no fluxo tradicional de módulos, modalidade física mesmo.

Helena Azevedo: Interessante. O projeto realmente não parou.

Vitor Ierusalimschy: Não, nunca parou.

Helena Azevedo: **Acha que é possível dizer então que o curso de português para estrangeiros chegou a aumentar a procura da UFF como destino de intercâmbio para esses estudantes que não tem a familiaridade com o idioma?**

Vitor Ierusalimschy: É, a gente abriu portas. O curso de português, ele possibilitou novas oportunidades de internacionalização, principalmente durante esse período que a gente o ofertou remotamente. Porque uma questão que os alunos têm é que, se eles não têm o domínio linguístico do português, eles não se sentem seguros para vir fisicamente ao Brasil. Então, a realização do curso virtual é ideal nesse sentido, porque o aluno pode ter o estudo da língua, se preparar até adquirir a confiança linguística para que ele possa de fato vir ao Brasil presencialmente no semestre seguinte. Então, essa foi uma das portas para os alunos que ainda não tinham muita segurança para vir. E a outra oportunidade que foi aberta também foi com algumas redes de parceria. Nós estamos de parceria com a Rede Utrecht, uma rede europeia de múltiplas universidades para a qual nós oferecemos cursos de português exclusivamente para eles, também de modo a manter nossas relações ativas e também novamente capacitando alunos para a mobilidade física.

Helena Azevedo: Isso é muito bom, porque, de fato, mesmo que o aluno tenha nível A2, ou seja, ele já tendo um conhecimento no idioma, poderia desenvolver ele para seguir, talvez com os estudos. E isso faz toda diferença

Vitor Ierusalimschy: Exatamente. Tem alunos que apresentam o certificado de A2, mas chegando aqui eles percebem que eles não têm tanta familiaridade com a língua. O período de adaptação é um pouco complicado. Então eles fazendo o curso online, eles já chegam bem mais preparados. Mas de qualquer forma, também tem os cursos presenciais. Em algumas semanas eles já estão mais seguros.

Helena Azevedo: Pois é, o convívio com o idioma quando é próximo, é real com as pessoas ali também faz toda a diferença. E sabendo antes melhor ainda, você já tem todo um “pré-preparo” na área antes de chegar. Eu sei que em paralelo nós temos ainda Fala Mundo, um projeto também de engajamento entre estudantes estrangeiros e brasileiros. Conta para a gente sobre isso.

Vitor Ierusalimschy: Então o Fala Mundo é um projeto que surgiu no modelo de Tele Tandem, que é a ideia da prática linguística em um ambiente um pouco mais informal ou um pouco menos acadêmico de conversas diretas entre falantes nativos do idioma. Então, ele foi desenvolvido juntamente com a equipe do Português para Estrangeiros, que vale ressaltar nessas duas professoras que eu mencionei que elas foram contratadas em 2014 e 2015. Elas são extremamente dedicadas ao ensino da língua portuguesa. Elas são, assim, fundamentais para existência de todos esses projetos. O engajamento delas é uma coisa rara de se ver. Elas realmente têm muita paixão por essa questão. São a professora Adriana Leite do Prado Rebello e Sirlene de Souza Sanson. Elas são, assim, fundamentais para o projeto. E elas atuam também com a coordenação do curso de Português para Estrangeiro em outros projetos de língua da universidade. E elas atuam com a coordenação da aplicação dos exames de proficiência Celpe-Bras¹⁴. Elas atuam com alunos do projeto PEC-G¹⁵, que também é uma coisa muito bacana. Eu posso falar um pouquinho depois sobre isso. Então, elas são assim, um elemento essencial. Elas que trouxeram essa ideia de a gente trabalhar no modelo de Tele Tandem. Nós abraçamos, desenvolvemos esse projeto que se chama Fala Mundo e a ideia é bem simples: a gente parecia um aluno nativo falante do português com um aluno estrangeiro, falante, nativo de alguma outra língua que o aluno local também fale e colocamos eles para dialogar, para interagir por conta própria. A proposta é que os encontros tenham duração de 01h00 e nessa uma hora, trinta minutos sejam falados em português, 30 minutos sejam falados na língua nativa do outro aluno, de modo que todos possam praticar um pouco o idioma em um ambiente de conversa e desenvolver assim a questão linguística de uma maneira mais orgânica, mais fluida também.

Helena Azevedo: E, claro, uma troca também é muito bem-vinda, fomenta o interesse.

¹⁴ O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) é o exame brasileiro oficial para certificar proficiência em português como língua estrangeira. Mais informações disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/celpe-bras>.

¹⁵ Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G).

Vitor Ierusalimschy: Exatamente. O projeto ele continua existindo e ele é muito atrelado à mobilidade. Então, basicamente, a oferta que nós temos são dos alunos de mobilidade que vem para UFF, que querem participar. Agora nós estamos tentando integrar também mais o programa PEC-G, que eu mencionei. Então tem um pouco essa questão de a gente ampliar para a comunidade internacional, que faz parte da UFF, mas ele sempre existe enquanto há fluxo de mobilidade.

Helena Azevedo: E fora do Brasil, você sabe se algum outro país lusófono tem algum programa semelhante?

Vitor Ierusalimschy: Realmente eu não sei.

Helena Azevedo: Mas fica a dica, né?

Vitor Ierusalimschy: Fica a dica. Eu acredito que as universidades membras da ULP - Associação de Universidades de Língua Portuguesa -, todas têm uma estrutura nesse sentido, a UFF ela é membro da ULP e nós temos um convênio de parceria institucional que recebemos alunos, enviamos alunos para outras universidades, membro. Então, todas para entrarem nessa instituição tem que ter um foco, pelo menos na questão do ensino da língua portuguesa. Então elas provavelmente têm seus respectivos programas também.

Helena Azevedo: Eu acredito que seja possível, de qualquer forma, exportar esse modelo de projeto para outras universidades, certo? Então acho relevante tanto para as pessoas não terem conhecimento do idioma, aperfeiçoarem quanto pela cultura também. E quando você tem contato com o idioma, a gente acaba também tendo contato com o melhor autores da literatura, até a música, né? São ótimos meios também de apresentar o idioma.

Vitor Ierusalimschy: Sim, sim. É um projeto que é replicável, mas torno a dizer é necessário ter uma equipe, pelo um docente que seja ou que tenha um treinamento específico para essa questão do ensino do português para estrangeiros, porque são técnicas de ensino muito específicas para você ensinar um idioma para alunos de qualquer nacionalidade, de qualquer cultura, que falem múltiplos idiomas nativos. E as aulas são sempre conduzidas em português, então tem técnicas avançadas específicas nesse sentido. E a UFF ela tem essas duas docentes que eu citei, a professora Adriana e Sirlene, elas têm uma disciplina da graduação que é ofertada para alunos do curso de Letras em geral e que queiram realmente se aperfeiçoar nesse sentido. Existem programas de pós-graduação também, então tem um foco muito grande nesses tipos de treinamento. Ele é um programa replicável sim, mas tem que ter esse cuidado específico com o treinamento da docente também.



Helena Andrade Teixeira Azevedo, Internacionalista formada pela Universidade Federal Fluminense com ênfase em Gestão de Projetos e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas. Analista, pesquisadora e redatora com interesse nas áreas de comunicação política, cooperação internacional e direitos humanos. Atualmente atua como Analista de Proteção de Marcas pela React, organização internacional sem fins lucrativos. Membro do CERES.

Macau, o português e a China

Genildo Pereira Galvão

Macau é uma das regiões administrativas especiais da República Popular da China desde 20 de dezembro de 1999. Antes deste período Macau foi uma colônia portuguesa por mais de 400 anos. Foi o primeiro entreposto comercial europeu na Ásia e o último a se desfazer.

Sua organização sociocultural foi formada por três principais grupos: os chineses (que maioria absoluta) os portugueses e os macaenses (descendentes da miscigenação de portugueses e mulheres asiáticas, só tardiamente chinesas).

Muito se fala sobre Macau ser o território chinês que se fala o português. Será mesmo que em Macau se fala o idioma de Machado de Assis, de Fernando Pessoa, de José Saramago, de Maria Firmina de Jesus, dentre outros?

O português é sim uma das línguas oficiais de Macau, seguida do chinês. A administração da cidade é oficialmente bilíngue e todos os sinais e placas públicas são grafados em cantonês e português. 94% da população fala o cantonês, outros 2% a língua portuguesa¹⁶.

Mesmo com a presença dos portugueses, o ensino e divulgação da língua portuguesa só tardiamente foram preocupações centrais da antiga administração, nomeadamente com a criação das escolas luso-chinesas, um excelente projeto educativo que deu alguns frutos, mas que acabou por se ir desmoronando gradualmente. Nos últimos anos a língua portuguesa voltou a ganhar espaço não somente em Macau, mas na China, que nos últimos dez anos, o número de universidades chinesas que ensinam português praticamente quadruplicou, passando de seis para 23 instituições¹⁷.

¹⁶ [Por que a China aposta na língua portuguesa - BBC News Brasil](#)

¹⁷ [O PORTUGUS DE MACAU \(usp.br\)](#)

Este ano, na Assembleia Legislativa de Macau, houve discursão sobre a necessidade de apostar na tradução para português dos recursos académicos, científicos e tecnológicos da China. Com intuito principal em criar uma base solida de transferência de tecnologia entre o grande país asiático e os países lusófonos, uma vez que os recursos científicos e tecnológicos chineses na sua grande maioria são disponibilizados apenas em inglês, isto seria uma alternativa para favorecer a entrada de saberes chineses aos países falantes do português¹⁸.

Macau assumiu a importância de se tornar o centro difusor da língua portuguesa na China. Há uma vontade tangível da China de formar muitos professores e tradutores de língua portuguesa, mas por que o interesse chinês em fomentar o idioma lusófono em seu território?

A razão fundamental é o interesse econômico: avolumam-se os negócios entre a China Continental e os países de língua portuguesa. E Macau é vista como “uma plataforma” para estas negociações¹⁹. E o Vácuo de poder deixado pelo Brasil nos últimos anos como grande parceiro estratégico dos países africanos depois dos escândalos da Lava-Jato envolvendo empreiteiras brasileiras naquela região do globo, fez com que a China percebesse uma oportunidade para adentrar mais o território africano, focando em países como Angola e Moçambique, também falantes do português. O próprio Brasil é foco chinês, desde 2009 a China desbancou os Estados Unidos e se tornou o maior parceiro comercial do Brasil.

Outro aspecto importante também de se lembrar é que o português é uma língua global. é a terceira língua que mais cresce no mundo, perdendo apenas para o espanhol e para o inglês. Além disso, embora seja a quarta língua mais falada do mundo em termos absolutos, é a terceira em ambientes de negócios relacionados ao mercado de óleo e gás²⁰.

¹⁸ [Deputado quer Macau a traduzir tecnologia chinesa para português \(lusa.pt\)](http://lusa.pt)

¹⁹ [O PORTUGUS DE MACAU \(usp.br\)](http://usp.br)

²⁰ [Por que a China aposta na língua portuguesa - BBC News Brasil](http://bbcnews.com)

Desta forma, podemos dizer que Macau fala sim a língua portuguesa, entretanto, não é uma língua que se é falada em cada esquina das ruas do país, na realidade esta língua é mais presentes em placas destas ruas.

Contudo percebe-se que a China está buscando, através de Macau, fomentar o idioma português como forma de aumentar sua aproximação com os países lusófonos, em especial Angola, Brasil e Moçambique. Desta forma, o interesse Chines é, sobretudo, geopolítico.



GENILDO PEREIRA GALVÃO, Graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário IESB. Coursou um semestre do seu curso na Universidad Autónoma de Guadalajara, México. Conquistou essa oportunidade em um programa de bolsas do Programa Santander Universidades, no qual ficou entre os 9 selecionados do processo seletivo de 2017. Iniciou uma Licenciatura em História, em 2021, que trancou para iniciar uma em Filosofia que segue cursando. Atualmente está trabalhando no Ministério da Educação como Analista Jurídico Júnior pela THS Tecnologia. Membro do CERES.

Referências

Macau Portuguesa - Enciclopédia da História Mundial (worldhistory.org)

Por que a China aposta na língua portuguesa - BBC News Brasil

O PORTUGUS DE MACAU (usp.br)

Língua portuguesa é hoje mais falada em Macau e irá permanecer após 2049 (rtp.pt)

Macau: conheça algumas curiosidades sobre a cidade chinesa (falauniversidades.com.br)

[Deputado quer Macau a traduzir tecnologia chinesa para português \(lusa.pt\)](http://lusa.pt)

Qual é a língua mais falada em Macau? (certaspalavras.pt)

Análise dos 100 primeiros dias do 3º mandato do governo Lula

Bernardo Monteiro

Desde a redemocratização, com o fim da ditadura militar, as movimentações sociais, organizações políticas partidárias e principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida por Constituição Cidadã – uma vez que foi pautada na devolução e ampliação dos direitos civis, sociais, políticos e individuais da população – Luiz Inácio “Lula” da Silva é sem dúvida uma personagem que se mistura com toda nossa recente história, chancelado com a sua recente eleição para um terceiro mandato, algo inédito em nossa história republicana e democrática.

Algo muito comum em democracias ocidentais, presidencialistas ou não, mas que possuam ampla atuação do poder legislativo, é o período de força, de capital político, do novo mandatário do poder executivo. Funciona como uma espécie de “janela de oportunidade”, onde dentro dos primeiros 100 dias de governo, há uma força mais orgânica devido a vitória eleitoral, ao realinhamento de forças da nova legislatura federal e uma “boa vontade” política na aproximação do grupo vencedor, para que projetos e ideias mais reformistas e robustas possam ser aprovadas e / ou aceleradas em conjunto com os poderes.

O 3º mandato de Lula passou dos 100 dias na segunda feira dia 10 de maio de 2023, e como marco importante devemos fazer um balanço de ações, atitudes, mudanças, indicações, mas também analisarmos como tudo isso impacta positiva ou negativamente o primeiro ano de um novo governo, que geralmente “dá o tom” do que será a gestão futura.

“Nunca antes na história desse país, para citar frase comum ao próprio presidente, um governo teve o mês de dezembro a janeiro tão ameaçados politicamente. Já com o ministério praticamente completo, Lula enfrentou violentas manifestações no dia de sua

diplomação, em 12 de dezembro de 2022 e os mais impactantes e violentos politicamente, ataques a nossa república e democracia no dia 08 de janeiro deste ano. O governo mal tinha iniciado e já encontrava problemas inéditos, ainda que esperados em um grau menor, mas que desafiaram a capacidade institucional, de resposta rápida e gestão de crise. E as ações do executivo foram muito acertadas, ao não demonstrar fraqueza recorrendo às forças armadas, judicializar as ações de falta de ação do governo do DF, declarando intervenção federal e o afastamento do governador Ibaneis Rocha, da mesma forma que o ex-ministro e ex-secretário de segurança pública do DF Anderson Torres. O recado foi muito bem dado, mostrando firmeza contra o extremismo, a violência e as prováveis cumplicidades internas, deixando tudo nas mãos do poder judiciário.

Nesses 100 dias Lula conseguiu reconstruir os alvos principais da destruição das políticas públicas do governo anterior, demonstrando em números citados pelo próprio governo: de janeiro a março foram empenhados R\$3,3 bilhões em comparação aos R\$892 milhões no mesmo período do ano passado do governo anterior; no mesmo período foram também R\$323 milhões contra R\$82 em recursos hídricos; R\$535 milhões em ciência e tecnologia contra R\$128; R\$145 milhões em infraestrutura de saúde contra R\$56; R\$328 milhões em hidrovias contra R\$34; R\$203 milhões em habitação contra nenhum investimento;²¹

Porém resumir a política a números é um erro de iniciante e enviesa qualquer análise, sendo assim trago algumas observações sobre esse mesmo período. Lula (re)apresentou alguns dos mais importantes projetos sociais que fizeram o Brasil avançar em seus dois mandatos anteriores, como o Minha Casa Minha Vida, o Bolsa Família (reconfigurado para atender melhor as famílias de baixa renda e colocando exigências tiradas no governo anterior, como vacinação, frequência escolar, e ainda retirou um número expressivo de irregularidades), reintegrou o Luz para Todos ao projeto do Bolsa Família e reapresentou o Mais Médicos para o Brasil e o PAC (Programa de Aceleração do

²¹ Dados disponíveis em: [Lula sobre 100 dias de governo: 'Brasil volta a conciliar social e economia' | Band \(uol.com.br\)](#)

Crescimento) totalmente repaginados e focados na realidade atual e nas necessidades mais urgentes.

A retomada da importantíssima pauta do meio ambiente deve ser aplaudida de pé, seja com a volta de Marina Silva ao cargo de Ministra, seja com os impactos imediatos que já foram vistos. O “revogaço” das legalizações de atividades de extração, garimpo, tomada de áreas e que ao mesmo tempo impediam ações do IBAMA, FUNAI, PF entre outros órgãos. Somente com essa movimentação legal e retomando o aparato e independência desses órgãos, milhares de atividades ilegais foram reprimidas, inúmeras pessoas presas, organizações criminosas desmanteladas, equipamentos de extração foram apreendidos ou destruídos e áreas que estavam sem qualquer presença do Estado voltaram a ter proteção da Amazônia Legal. Para não deixarmos de falar das atuações internacionais, a Ministra Marina Silva, e posteriormente o presidente Lula, conseguiram a retomada do Fundo Amazônia de diversos países, algo que o Brasil havia abandonado desde o início de 2019.

O foco nas políticas para proteção e inclusão de minorias foi também ponto positivo do governo, que aprovou a lei que equipara o crime de injúria racial ao de racismo, garantiu uma cota de 30% para pessoas negras e em cargos de comissão da administração pública federal; apresentou um projeto focado na desassistência ao povo Yanomami em conjunto com o Ministério da Saúde e declarou emergência em saúde pública; as indicações em cargos chave de representatividade também foram grandes acertos e acenos do que pensa essa nova administração.

Outras medidas imediatas de Lula foram a revogação de inúmeros decretos ligados ao porte e posse de armas, assim como comércio e clubes de tiro, ao transporte e fiscalização, retomando a política de desarmamento e criando forças tarefa para fiscalizar as redes já estabelecidas no país. Na saúde, o governo voltou a negociar e comprar lotes de vacina contra a COVID-19, realizar campanhas de vacinação contra essa e outras doenças.

A política externa sempre foi o ponto louvável do Brasil, e nos dois mandatos anteriores de Lula não foi diferente. Agora o presidente assume com a mais tensa crise militar desde a crise dos mísseis em Cuba, uma invasão que já dura mais de um ano da Rússia na Ucrânia e que somente escala a insegurança regional e global, principalmente com a entrada de outras potências como Estados Unidos, Alemanha e França. Seguindo as práticas mais respeitadas do Itamaraty, de uma política externa pragmática, independente, pacífica, Lula durante esse período já se conversou ou se reuniu com Joe Biden, presidente dos Estados Unidos, Vladimir Putin, da Rússia e Xi Jinping da China, conseguindo não somente falar sobre a crise militar, mas ampliar a confiança e, no caso específico com a China, destravar inúmeros investimentos e parcerias estratégicas no comércio bilateral. Juntamente, a volta do Brasil como protagonista dos BRICS (acrônimo para Brasil, Rússia, Índia, China e South Africa – África do Sul), colocando para funcionar o Banco de Investimentos próprio desses países, e conseguindo fazer de Dilma Rousseff presidente do mesmo.

Mas toda análise tem de apontar acertos e erros, e aqui não será diferente. Junto algumas que referencio ao final do texto, as minhas, no entanto acredito que todas estejam ligadas ao mesmo tópico maior, a política institucional ou melhor o jeito de lidar com a política de 2023.

A principal crítica nesses 100 dias foi o abandono ou esquecimento de uma política do bom diálogo, transformando o senador Sérgio Moro em algoz e antagonista particular do presidente, alimentando a força de um grupo derrotado em sua narrativa de vingança. Outro ponto são as quedas de braço com Roberto Campos Neto do Banco Central na tentativa de também pessoalizar os problemas econômicos, principalmente sobre a queda da taxa de juros, algo que a equipe econômica e Fernando Haddad tem buscado uma abordagem mais política e que sabem bem que não funciona assim. Lula deve ter cuidado justamente na área em que domina com facilidade, o equilíbrio e o diálogo dentro da política institucional, principalmente com o legislativo. Ter sido eleito com uma frente ampla e conseguido o apoio para reeleger Arthur Lira e Rodrigo Pacheco não são uma garantia blindada, uma vez que tanto a Câmara quanto o Senado possuem

uma oposição forte, alicerçada e um número de possíveis opositores relativamente alto, caso se desagradem com o governo.

Ressalto ainda a falta de uma grande aprovação constitucional, algo que de fato ainda pode acontecer esse ano, mas que não pode passar disso. Era extremamente importante essa vitória para o governo, aprovar uma PEC que atacasse a reforma tributária ou fiscal, talvez algo menor, mas que alterasse a política do novo ensino médio ou que promovesse uma discussão de um novo pacto federativo para salvar municípios e até estados, mas nada disso foi apresentado. Ao invés disso, o governo se esforçou para demonstrar o novo arcabouço fiscal, na tentativa de acalmar o mercado e a oposição mais neutra, uma vez que o teto de gastos não deveria ser mais a regra de controle orçamentário do país. Não está tudo perdido, mas eu esperava muito mais de uma transição e de um governo com a equipe montada, já que são personagens políticos de peso e que sempre apresentaram ótimas ideias para reformas, como Simone Tebet, Geraldo Alckmin, Fernando Haddad, Márcio França, Esther Dweck, Alexandre Padilha, Carlos Lupi, Luiz Marinho...

A preocupação maior de Lula para o ano que segue deverá ser sobre a política interna, o governo precisa aprovar um novo método de controle de gastos (esse novo arcabouço fiscal), é fundamental que aprove medidas para frear ou reformular o novo ensino médio (a cada ano que passar o estrago dessa educação neoliberal e que pressiona professores e profissionais da educação, será algumas vezes pior) e focar na reforma tributária. Lula tem o melhor momento para conseguir algo que nenhum governo tentou sequer se aproximar, mexer na carga de impostos, e isso dará a ele muito capital político. É claro que o país precisa voltar a crescer e que com tantos gastos é fundamental que as contas sejam equilibradas, mas isso vai acontecer, será natural, o mundo passa por uma crise de oferta e que tem se agravado com a constante fraqueza na economia dos Estados Unidos, e Lula já mostrou que sabe controlar reservas cambiais, de alimentos, fazer acordos bilaterais, isso ainda sem incluir o poder ainda não liderado dentro dos BRICS e as alternativas que podem surgir em investimentos externos diretos e empréstimos internacionais.

O governo teve os seus primeiros 100 dias de muito trabalho, havia muita coisa para ser colocada em seu lugar e principalmente um orçamento bagunçado para organizar. O tecido social ainda está longe de estar reconstituído, mas o governo já encontrou alguns ótimos caminhos para isso. Acredito que o primeiro ano ainda será de muitos ajustes, porém não se pode perder muito tempo na política, principalmente na ameaçada democracia brasileira de 2023



BERNARDO MONTEIRO é graduado em Relações Internacionais pela UNESA e também pós graduado (MBA) em Relações Internacionais pela FGV-RJ; autor de Para uma Estabilidade Democrática, possui formação como analista político internacional; atua como escritor, analista político, pesquisador e divulgador científico sobre: política brasileira, história da democracia, democracias ocidentais e sociopolítica; foi pesquisador associado do Laboratório de Simulações e Cenários da Escola de Guerra Naval da Marinha do Brasil (LSC-EGN/MB); foi professor convidado para a disciplina Análise de Política Internacional para a graduação em

Defesa e Gestão Estratégica Internacional da UFRJ; membro do CERES.

Referências Bibliográficas:

[O que Lula fez nos 100 primeiros dias do governo? – Money Times](#)

[Lula sobre 100 dias de governo: ‘Brasil volta a conciliar social e economia’ | Band \(uol.com.br\)](#)

[100 dias de governo Lula: Cabeça de 2003 e choque de realidade \(uol.com.br\)](#)

[Em 100 dias, governo Lula colocou ‘reconstrução’ em prática, mas ‘união’ ainda não emplacou | Blog do Valdo Cruz | G1 \(globo.com\)](#)

[Lula, 100 dias: Sadi, Julia, Ana, Guedes e Valdo analisam acertos e erros do início do terceiro mandato do presidente; Vídeos | Política | G1 \(globo.com\)](#)

[O Brasil voltou! — Secretaria de Comunicação Social \(www.gov.br\)](#)

OGALUS

Observatório Galego da Lusofonia

Em parceria com:

CERES – Centro de Estudos das Relações Internacionais

JUPLP – Juventude Unida dos Países de Língua Portuguesa

05 de maio de 2023

Pontevedra

